



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**“Efeitos do Financiamento Europeu no
emprego, inovação e competitividade na
região Alentejo: Análise ao período 2007-
2013”**

Nuno Miguel da Silva Narciso

Orientação: Professora Dr.^a Elsa Vaz

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Dissertação

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**“Efeitos do Financiamento Europeu no
emprego, inovação e competitividade na
região Alentejo: Análise ao período 2007-
2013”**

Nuno Miguel da Silva Narciso

Orientação: Professora Dr.^ª Elsa Vaz

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Dissertação

Évora, 2017

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei para sempre grato.

À Professora Doutora Elsa Cristina Vaz, pela sua orientação, total apoio, disponibilidade, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e críticas, total colaboração no esclarecimento de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste longo trabalho.

Uma palavra de agradecimento à CCDR Alentejo, pois foi esta instituição que nos forneceu toda a base de dados que serviu de suporte para o trabalho realizado e esclarecimento de dúvidas que foram surgindo ao longo da elaboração da mesma. Com destaque para o meu amigo Nelson Faustino que foi incansável no fornecimento de todos os dados necessários.

Gostaria também de agradecer à Gráfica Eborense, empresa onde trabalhei durante alguns anos, que sempre me prestou todo o apoio durante a elaboração da dissertação.

Por último, tendo consciência que sozinho nada disto seria possível, deixo um agradecimento especial à minha família, pelo apoio incondicional, incentivo, amizade e paciência demonstrados e total ajuda na superação de obstáculos que ao longo desta caminhada foram surgindo. A eles dedico este trabalho!

Resumo

O processo de Integração Europeia tem tido um impacto importante em toda a economia portuguesa, nomeadamente no Alentejo com o financiamento de inúmeros projetos em todos os sectores de atividade, desde a adesão de Portugal à CEE. Efetivamente, o financiamento comunitário tem permitido a evolução da produção, do desenvolvimento tecnológico ou do emprego, entre outros aspetos, porém nem sempre semelhantes nas diferentes regiões da europa, ou mesmo nas diferentes regiões de Portugal. O principal objetivo foi compreender o comportamento do emprego na região Alentejo no período de 2007 a 2013 assim como a evolução do perfil competitivo da região, tendo como base os projetos financiados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) definido para esse período. Para tal, foram efetuadas análises estatísticas, pré e pós projetos, onde analisamos uma serie de variáveis que nos ajudaram a compreender a evolução do emprego, da inovação e da competitividade desta região.

Palavras-chave: Alentejo, Emprego, Inovação, Competitividade, Financiamento Comunitário.

Abstract

The European integration process has had a major impact on the whole of the Portuguese economy, particularly in Alentejo, with the financing of numerous projects in all sectors of activity, since Portugal's accession to the EEC. Effectively Community financing has allowed the evolution of production, technological development or employment, among other aspects, but not always similar in different regions of Europe, or even in different regions of Portugal. The main objective was to understand the employment behavior in the Alentejo region from 2007 to 2013, as well as the evolution of the region's competitive profile, based on the projects financed by the National Strategic Reference Framework (QREN) defined for this period. To that end, statistical analyzes were carried out, pre and post projects, where we analyzed a series of variables that helped us to understand the evolution of employment, innovation and competitiveness in this region.

Keywords: Alentejo, Employment, Innovation, Competitiveness, Community Financing

Índice

Agradecimentos	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Lista de Figuras.....	7
Lista de Quadros.....	8
Lista de Siglas	11
1. Introdução	12
2. Revisão de literatura	17
3. Caracterização da Região	27
3.1 O emprego na Região Alentejo	28
3.2 Inovação Empresarial em Portugal e no Alentejo.....	35
3.3 Competitividade	52
3.4 Dispersão Regional	59
4. Legislação de base dos Fundos Comunitários QREN 2007-2013	66
4.1 Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	66
4.2 Sistema de Incentivos à Inovação – SI Inovação	70
4.3 Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	74
5. Análise de impacto no perfil de competitividade e de inovação da região Alentejo ao abrigo do Programa Operacional QREN 2007-2013.....	78
5.1 Base de dados e metodologia de análise	79
5.2 Efeitos do QREN no emprego por tipo de inovador: Análise Global.....	82
5.3 Análise da evolução do emprego, VBP e VAB: Sector Terciário vs. Sector Secundário	87
5.4. Análise Geográfica.....	95
5.5 Análise Sectorial	103
5.6 Análise por Tipologia de Investimento.....	110
6. Conclusão	115
7. Referências Bibliográficas	122

Lista de Figuras

Figura 2.1 – Sistemas de inovação regionais

Figura 3.1 – Evolução da proporção (%) de empresas com atividades de inovação, por Região

Figura 3.2 – Evolução da despesa (10^3 euros) com inovação de produto e/ou processo, por Região

Figura 3.3 – Evolução dos indicadores de Inovação

Figura 3.4 – Evolução dos Indicadores no Alentejo

Figura 3.5 – Evolução dos indicadores no Alentejo e U.E

Figura 3.6 – Evolução das exportações, emprego e inovação no Alentejo e U.E

Figura 3.7 – Evolução da inovação entre Alentejo e U.E

Figura 3.8 – Indicador de desempenho em inovação: a posição das regiões portuguesas na U.E

Lista de Quadros

Quadro 3.1 – Taxa de emprego por local de residência e nível de escolaridade

Quadro 3.2 – Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto – Alentejo

Quadro 3.3 – Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto – Portugal

Quadro 3.4 – Emprego por sector de atividade

Quadro 3.5 – Emprego por sector de atividade

Quadro 3.6 – Proporção (%) de empresas com atividades de inovação de produto e/ou processo, por Região

Quadro 3.7 – Despesa com inovação de produto e/ou processo, por Região

Quadro 3.8 – Despesa com inovação de produto e/ou processo, segundo o tipo de despesa e por Região, antes e após aplicação do QREN 2007-2013

Quadro 3.9 – Evolução do indicador Intensidade de Inovação (%), por Região

Quadro 3.10 – Financiamento público das empresas com atividades de Inovação (produto e/ou processo), segundo a fonte de financiamento e por Região

Quadro 3.11 – Financiamento público das empresas com atividades de Inovação (produto e/ou processo), segundo a fonte de financiamento e por país

Quadro 3.12 – Empresas sem atividade de inovação na fase final do QREN 2007-2013: fatores de impedimento às atividades ou projetos de inovação classificados com o “grau de importância alto”, por Região, no biénio 2012-2014

Quadro 3.13 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Quadro 3.14 – Taxa de cobertura das importações sobre as exportações nas NUTTS III Alentejo

Quadro 3.15 – Exportações no Alentejo (em milhões de euros)

Quadro 3.16 – Importações no Alentejo (Valores em milhões de euros)

Quadro 3.17 – Volume de negócios e Valor acrescentado Bruto no Alentejo

Quadro 3.18 – Valor acrescentado bruto por sector de atividade

Quadro 3.19 – Quociente de Localização – Nº de Projetos

Quadro 3.20 – Quociente de Localização – Volume de Negócios por Tipologia de Investimentos

Quadro 3.21 – Quociente de localização – Emprego por Tipologia de Investimento

Quadro 4.1 – Sistema de Incentivos Qualificação

Quadro 4.2 – Sistemas Incentivos Inovação

Quadro 4.3 – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Quadro 5.1 – Tipos de Inovação em função da tipologia do investimento

Quadro 5.2 – Classificação dos Projetos por Tipo de Inovação

Quadro 5.3 – Efeitos do QREN 2007-2013 no emprego total, qualificado e técnico segundo o tipo de inovador

Quadro 5.4 – Efeitos do QREN 2007-2013 na produção e no valor acrescentado segundo o tipo de inovador

Quadro 5.5 – Efeitos do QREN 2007-2013 na produtividade do trabalho segundo o tipo de inovador

Quadro 5.6 – Quadro resumo dos inovadores de produção por emprego Total

Quadro 5.7 – Quadro resumo dos inovadores de produção por emprego Qualificado e técnico

Quadro 5.8 – Quadro resumo dos inovadores de produção por VBP e VAB

Quadro 5.9 – Quadro resumo dos inovadores por produtividade

Quadro 5.10 – resumo total de empresas por NUTTS

Quadro 5.11 – Empresas no Alentejo Central

Quadro 5.12 – Empresas do Baixo Alentejo

Quadro 5.13 – Empresas no Alto Alentejo

Quadro 5.14 – Empresas no Alentejo Litoral

Quadro 5.15 – Empresas na Lezíria do Tejo e Médio Tejo

Quadro 5.16 – Empresas do concelho de Lisboa/ Coimbra

Quadro 5.17 – Nº empresas por sector de atividade

Quadro 5.18 – Nº de empresas por sector de atividade

Quadro 5.19 – Nº de empresas por sector de atividade

Quadro 5.20 – Nº empresas por sector de atividade

Quadro 5.21 – Nº empresas por sector de atividade

Quadro 5.22 – Tipologias de Investimento no Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Central

Quadro 5.23 – Tipologias de Investimento no Alentejo Litoral

Quadro 5.24 – Lezíria do Tejo e Médio Tejo

Quadro 5.25 – Tipologia de Investimento na Grande Lisboa, Baixo Mondego, Oeste e Multi-distritos

Lista de Siglas

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

F.C. – Fundos Comunitários

UE – União Europeia

PO – Programas Operacionais

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VBP – Valor Bruto Produção

RIS – Regional Innovation Systems

SNI – Sistema Nacional Inovação

VN – Volume de Negócios

INE – Instituto Nacional Estatística

DGEEC – Direção Geral Estatística da Educação e da Ciência

CIS – Community Innovation Survey

I&D – Inovação e Desenvolvimento

I&DT – Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

SCT – Sistema Científico e Tecnológico

1. Introdução

No Conselho Europeu, de 22 e 23 Março de 2005, foi proposto pela Comissão Europeia aos parceiros comunitários o relançar da Estratégia de Lisboa, tendo como objetivo a criação de uma parceria para o crescimento e emprego. No texto das conclusões da Presidência pode ler-se *“a europa deve renovar as bases da sua competitividade, aumentar o seu potencial de crescimento, bem como a sua produtividade, e reforçar a coesão social, apostando sobretudo no conhecimento, na inovação, e na valorização do capital humano”*. Josep Borrel (Conselho Europeu 2005)

Para melhor se compreender o que foi descrito acima iremos definir alguns dos conceitos apresentados, entre eles, a inovação, a produtividade, a competitividade, o emprego, a coesão social e por fim financiamento comunitário. Estando o nosso estudo fortemente ligado ao Financiamento Comunitário é importante perceber que este conceito pode definir-se como o apoio que é dado pela União Europeia (U.E) aos países e respetivas regiões, no nosso caso Portugal, e mais concretamente o Alentejo, e dotá-los de fortes instrumentos, sejam eles de infraestruturas, recursos humanos ou em termos de promoção da marca, para que consigam crescer e competir com outros países da europa.

É a partir daqui que todos os outros conceitos surgem, por exemplo, uma empresa ao concorrer aos Fundos Comunitários (F.C.) tem que ter uma forte componente de inovação, ou seja, criar ou desenvolver algo de novo para a região ou para o país, algo que ainda não exista e que seja importante para o crescimento da mesma e do país/ região. Outro dos elementos importantes e que neste caso podem estar associados é a produtividade e a competitividade, vejamos: Os F.C. pretendem aumentar produtividade de uma empresa associando-a à inovação, ou seja, produzir cada vez mais e melhores produtos dotados da melhor tecnologia, o que por sua vez gera uma maior competitividade entre as empresas em querer produzir mais e melhor. Todos estes procedimentos têm um foco em comum, que é o aumento do emprego, pois toda esta tendência de crescimento pretende-se que conduza ao aumento do emprego. Todos estes fatores apresentados têm um objetivo em comum, contribuir para a coesão social e aumento da competitividade.

Nos últimos anos muito se tem falado na crise e na sua influência na economia, contudo, só poderá ser mais notória para as empresas e organizações que encontrem dificuldades na adaptação à mudança. Uma das características da sociedade atual é o aumento do ritmo da mudança, grande parte provocado pelo aumento do conhecimento e da inovação tecnológica, o que impulsiona a inovação. A capacidade competitiva de uma empresa, está muito relacionada com a sua capacidade de inovação, sendo que os países que apresentam maior capacidade de inovação, obtêm maior índice de desenvolvimento humano e de riqueza.

Em termos competitivos, uma empresa deve ter uma visão abrangente do mercado, tendo a capacidade de apostar numa presença global, através da criação e desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, na criação de marcas credíveis e com notoriedade, canais de distribuição adequados, presenças digitais bem direcionadas, e uma forte componente de vendas, tudo com o objetivo de satisfazer as necessidades do mercado, que vão mudando ao longo dos tempos, e vão tendo sempre diferentes soluções a cada momento. Esta maior competitividade global coloca maiores desafios às empresas. A flexibilidade, melhoria contínua e criatividade, devem ser orientadas e focadas para a resolução de problemas importantes na sociedade, e que permitam a sua monetização.

As orientações estratégicas comunitárias para o período 2007-2013, são bastante vincadas por uma política de coesão, que têm como principal objetivo o crescimento e o emprego. Estes dois elementos são a base de desenvolvimento da economia de uma região, de forma a torná-la mais competitiva e atrativa. As orientações estratégicas pode afirmar-se que são a base dos Quadros de Referencias Estratégicos Nacionais, tal como, dos Programas Operacionais (PO).

O processo de Integração Europeia têm tido um impacto importante em toda a economia portuguesa, nomeadamente no Alentejo, com o financiamento de variados projetos em todos os sectores de atividade, desde a adesão de Portugal à CEE. Efetivamente, o financiamento comunitário tem permitido a evolução da produção, do desenvolvimento tecnológico ou do emprego, entre outros aspetos, porém nem

sempre semelhantes nas diferentes regiões da europa, ou mesmo nas diferentes regiões de Portugal.

Podemos caracterizar o Alentejo, como a maior região NUTS II de Portugal, ocupa uma área de 31.550,9km², o que equivale a 34,3% do território nacional. Recentemente, a integração da NUTS III Lezíria do Tejo, na NUTS II Alentejo, conduziu a um aumento de 4.275,1 km², o que levou a um aumento de 15.7% da dimensão da região. Com esta agregação, a NUTS II Alentejo, passou a ser composta por 5 NUTS III: Alentejo Central, Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo.

Neste contexto, o principal objetivo da elaboração desta dissertação é compreender o comportamento do emprego na região Alentejo no período de 2007 a 2013 assim como a evolução do perfil competitivo da região, tendo como base os projetos financiados pelo QREN, definido para esse período. Para tal, serão efetuadas análises estatísticas, pré e pós projetos, onde iremos analisar uma serie de variáveis que nos irão ajudar a compreender a evolução do emprego, da inovação e da competitividade desta região.

As variáveis que iremos tratar ao longo da dissertação e que nos parecem ser aquelas que melhor nos revelam o panorama do emprego podem ser repartidas por: Emprego Jovem, Qualificado, Técnico, por Sexo e por Nível de Escolaridade. Outra variável também importante é o Valor Acrescentado Bruto (VAB), ou seja, procurar saber se o emprego está a gerar mais produtividade do que aquela que existia antes da adesão aos fundos comunitários. Para que estas variáveis fiquem mais completas iremos também ver o seu comportamento por sectores de atividade. Outros indicadores relevantes são a dimensão económica e financeira das empresas para que possamos avaliar o seu crescimento. O comércio externo é uma variável que devemos estudar para perceber o comportamento de Portugal e nomeadamente da nossa região, em termos de importações e exportações, comparativamente aos restantes países da Europa. Uma outra análise que é importante fazer é o sector de atividade (comércio, construção, serviços, turismo, energia, indústria e transportes) e o seu respetivo código de atividade empresarial (CAE), o que nos permite agrupar os sectores de atividade aos CAE e contabilizar o emprego existente nos diversos

sectores. Por último, mas não menos importante, devemos referir as tipologias de investimento que se podem repartir por Inovadores de Processo, Inovadores Organizacionais, Inovadores de Marketing e Inovadores de Produto.

Todas estas variáveis irão permitir efetuar uma caracterização do emprego no Alentejo e perceber se os fundos comunitários estão a conseguir impulsionar o emprego nesta região. Esta região é das mais envelhecidas da europa, com um índice de envelhecimento bastante elevado (193,1 em 2016). Em termos comparativos com a média nacional por exemplo, a produtividade do trabalho e o PIB por indivíduo empregado não apresentam números muitos díspares, mas quando se analisa a taxa de utilização dos recursos humanos, o Alentejo chega a ter diferenças de 10 a 25 pontos percentuais abaixo, comparativamente com outras regiões de Portugal. Um dos problemas reside no envelhecimento da população e na fraca criação de emprego pois o Alentejo é uma região muito envelhecida, o que de certa forma, em alguns casos, pode ser difícil de contornar, sobretudo quando se pretende aliar mão-de-obra com tecnologia.

Para se compreender melhor a aplicação destes Fundos Comunitários, e sabermos o que foi mudando ao longo dos anos, no nosso período de estudo, é também apresentado de uma forma resumida, a legislação dos fundos para se perceber o que se pretendia com a sua aplicação e a dotação orçamental de cada um para cada região e para cada tipo de projetos a desenvolver.

Sendo o emprego um tema que tanto nos preocupa e que tanto é falado todos os dias e que muito afeta o nosso país, é importante perceber se o objetivo pretendido está a ser alcançado. De facto, a criação de emprego, pode gerar poder de compra que por sua vez faz crescer a economia ou pode ter efeitos adversos em termos de produtividade que afetem os níveis de vida médios das populações. É importante criar medidas que conduzam à criação de emprego e consequentemente diminuição do desemprego, sendo este o motor da economia e criação de riqueza. Quanto menor for o desemprego numa região mais atraente ela se torna para a fixação de população jovem. A captação de grandes empresas, como por exemplo multinacionais, são importantes para a criação de emprego e desenvolvimento da região. Outro fator

importante nas regiões é a sua localização, os seus acessos e a proximidade dos grandes centros, o que as torna mais atrativa tanto para a população como para as grandes empresas, ou mesmo para quem queiram iniciar uma nova atividade.

Assim, esperamos poder desenvolver uma investigação que possa ajudar a compreender melhor o efeito das políticas públicas nacionais e regionais nos últimos anos e facilitar o planeamento do futuro na região.

2. Revisão de literatura

A inovação, pode definir-se como a introdução de novos e melhores produtos, serviços, processos, assim como a introdução de novas e melhores estratégias organizacionais ou de marketing (OCDE, 2009¹ citado em Lisetchi & Brancu, 2014).

Capello (in Cooke *et al.*, 2015) refere-se à inovação, numa perspetiva mais moderna, como a utilização inteligente de conhecimento avançado, sendo um fator chave para o crescimento económico numa sociedade guiada pelo conhecimento. A mesma autora apresenta três perspetivas ou abordagens diferentes no que respeita à relação entre inovação e desenvolvimento local: uma abordagem sectorial ou funcional, na qual a inovação resulta da presença de sectores inovadores, e onde a proximidade física entre os atores facilita a troca de conhecimento e gera “*spillovers*” (Breschi, 2015 in Cooke *et al.*, 2015); a abordagem estrutural, onde a inovação surge como resultado de fatores estruturais e distintivos nas regiões, tornando umas mais propensas à inovação do que outras; e finalmente uma abordagem cognitiva, a única onde o território assume um papel chave, como fonte de eficiência dinâmica, gerando conhecimento, aprendizagem e capacidade de inovação contínua ao longo do tempo. Na abordagem cognitiva a inovação é o resultado de processos de aprendizagem coletivos e socialização do risco de inovação, assentes nas relações entre os atores do território que interagem com proximidades física e social, seguindo algumas normas de comportamento que, por um lado facilitam a cooperação entre os atores e consequente socialização do conhecimento, e por outro garantem o apoio aos agentes económicos (indivíduos, empresas e instituições locais), no sentido de desenvolver formas organizacionais que apoiem processos de aprendizagem interativos. Só assim se explica o fato de alguns territórios, mais do que outros, revelarem características endógenas que lhes permitem crescer através da inovação.

É no contexto desta última abordagem que surge o conceito de sistemas de inovação regional (RIS – *regional innovation systems*). Segundo Tödting e Trippel (2015) (in Cooke *et al.*, 2015) estes sistemas constituem um enquadramento relevante para as

¹ OECD (2009). Innovation Policy reviews. Download from: www.oecd.org/sti/innovation/reviews/13/06/2011.

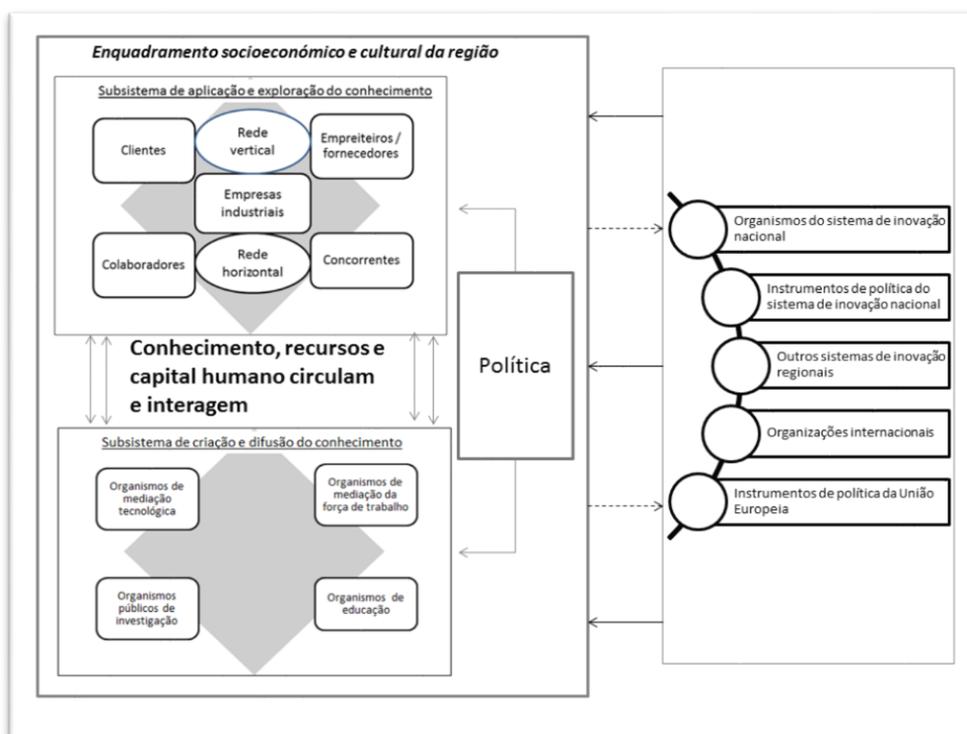
atividades de inovação, nomeadamente para o desempenho das empresas. De facto, alguns fatores-chave da inovação estão localizados e são de alguma forma imóveis, como sejam o próprio contexto institucional formal e informal, o conhecimento tácito de algumas organizações na área do conhecimento, sendo que, normalmente, a inovação requer a combinação do conhecimento mais formal com o conhecimento tácito. Estes autores identificam diferentes tipos de RIS, consoante o enquadramento institucional, os atores e o tipo de governança. Quanto aos atores, podemos ter um RIS institucional (conduzido pelas instituições) ou que resulta do empreendedorismo dos indivíduos e das empresas. No que respeita à governança, observam-se dois tipos: *bottom-up* ou *top-down*. Em termos de ambiente institucional, podemos encontrar RIS em diferentes tipos de regiões: ricas, industriais, periféricas... O RIS pode ainda assentar em diferentes tipos de conhecimento: analítico, sintético ou simbólico. Quanto à política de inovação, nomeadamente a governança, observa-se cada vez mais um modelo de governança multinível. Quando os atores são envolvidos (*bottom-up*) e são consideradas as necessidades das empresas e dos indivíduos residentes nas regiões (políticas orientadas pela “procura”, ou, neste caso, pelos destinatários), a probabilidade de sucesso é maior. Na figura 2.1., adaptada de Tödlting e Trippl (2005), e baseada em Autio (1998), sintetiza a estrutura base e as inter-relações de um sistema de inovação regional.

A política regional de inovação, em termos genéricos, pode definir-se como o conjunto de iniciativas e práticas que têm por objetivo a melhoria das capacidades das empresas de uma dada região, no que respeita ao desenvolvimento de novos produtos e processos, permitindo a entrada em novos mercados e/ou a adoção de novas práticas de negócio, mediante a aplicação bem-sucedida do conhecimento (Legendijk, 2015). Esta política tem vindo a ganhar importância nas últimas décadas, nomeadamente na União Europeia, onde grande parte do apoio estrutural, através do financiamento para o desenvolvimento regional, é canalizado, e de forma crescente, para o incentivo à inovação (Bachtler *et al.*, 2007 citado em Legendijk, 2015). Para além disso, segundo Soete, (2009)², também as próprias iniciativas regionais têm vindo a adaptar-se às políticas de inovação e competitividade da União Europeia. Tal como

² Citado em Legendijk (2015).

na governança do RIS, na definição da política regional de inovação também encontramos duas abordagens diferentes: *bottom-up*, quando é a própria região a delinear as medidas de política para impulsionar a economia regional, ou *top-down*, quando se trata da adaptação da política nacional (ou europeia) a uma determinada região (Howells, 2005 citado em Legendijk, 2015).

Figura 2.1 – Sistemas de inovação regionais



Fonte: Tödtling & Tripl (2005), baseada em Autio (1998), ambos citados em Tödtling & Tripl (2015) (in Cooke et al., 2015).

O regulamento de 2006 do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional³ reflete a importância da inovação, associada à criação de emprego, em termos de política regional, na programação política da União Europeia referente ao período 2007-2013. No artigo 2º deste regulamento refere-se que “o FEDER dá cumprimento às prioridades da Comunidade e, em especial, à necessidade de reforçar a competitividade e a inovação, de criar e manter empregos sustentáveis e de assegurar o desenvolvimento sustentável.”⁴, chamando-se a atenção no preâmbulo (ponto 10)

³ REGULAMENTO (CE) N.º 1080/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 5 de Julho de 2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999, Jornal Oficial da União Europeia, 31/07/2006.

⁴ *Idem*, p. 3.

para a coordenação do FEDER com outros instrumentos de financiamento como sejam o Sétimo Programa-Quadro de Atividades em Matéria de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração, e o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação. No artigo 4.º relativo ao objetivo convergência⁵, refere-se que “o FEDER centra a sua intervenção no apoio ao emprego e ao desenvolvimento económico integrado sustentável, a nível regional e local, através da mobilização e do reforço da capacidade endógena, mediante programas operacionais destinados à modernização e diversificação das estruturas económicas e à criação e manutenção de postos de trabalho duradouros”⁶, tendo como primeira prioridade (ponto 1 do artigo 4.º) a “investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e espírito empresarial (...), nomeadamente (...) fomento do espírito empresarial e do financiamento da inovação para PME (...)”⁷.

Howells (2005) defende que a política regional de inovação, não deve ser apenas imposta numa perspetiva *top-down*, deve ser sobretudo articulada com o próprio território, dando lugar a uma *sociedade do conhecimento inclusiva*, baseada numa economia sustentável, em vez de uma *economia do conhecimento seletiva* (Legendijk, 2015).

Segundo o regulamento (U.E) do Parlamento Europeu e Conselho⁸, pode definir-se Emprego compreendendo todas as pessoas que exerçam uma atividade produtiva. Tendo por base esta definição, nos dias de hoje o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo sendo importante compreender se as medidas que estão a ser tomadas, no sentido de melhorar e aumentar a oferta de emprego estão a resultar ou não. Daí ser importante estudar o seu comportamento e as variáveis que o influenciam tendo por base os fundos comunitários.

É importante avaliar a relação entre inovação e emprego (objetivos do FEDER 2007-2013 conforme artigo 2.º do respetivo regulamento), nomeadamente no que respeita ao impacto das inovações de produto e de processo das empresas no crescimento do emprego, podemos considerar como exemplo o modelo desenvolvido

⁵ Onde está classificada a região Alentejo (veja-se <http://www.qren.pt/np4/qren>).

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Artigo nº 549/2013

por Harrison *et al.* (2014), a partir do qual se realizaram estudos aplicados a diferentes territórios, como sejam o de Elejalde *et al.* (2015) e de Aboal *et al.* (2015). Harrison *et al.* (2014) estudam a relação entre a inovação e a criação de emprego, quer na própria empresa, quer no respetivo sector de atividade, assim como os canais através dos quais se refletem os impactos da inovação no emprego. Os resultados obtidos apontam para o facto da inovação não reduzir o número de trabalhadores, aumentando a produção. O aumento da produção deve-se à redução dos preços e por outro lado a inovação de produtos conduz a um aumento do número de funcionários.

Um outro exemplo que se pode dar para uma ligação entre emprego e inovação é o caso de Antonucci e Pianta (2002), onde estes autores utilizavam a variável intensidade de inovação, podendo ser calculada de três formas alternativas: despesas em inovação em percentagem das vendas, despesas em inovação por empregado e por último através da percentagem de empresas inovadoras no total das empresas. Esta última fórmula de cálculo para Antonucci (2003) poderá não ser significativa pois não são especificados os diferentes aspetos das estratégias de inovação. Os resultados mostram que, na última década, a mudança tecnológica teve um grande impacto no emprego na indústria transformadora, associada ao domínio de uma estratégia ativa de competitividade de preços.

Um ponto em comum entre estes autores e os que mencionamos anteriormente são a distinção entre inovadores de produto e de processo, pois ambos provocam diferentes impactos sobre o emprego. Segundo Schumpeter (1934) a inovação de produto define-se como a introdução de um novo produto ou nova qualidade de um bem, e a inovação de processo como a introdução de um novo método de produção ou a forma de lidar com uma nova mercadoria.

Blechinger *et al.* (1998) sistematizaram de forma clara as relações possíveis entre inovação e emprego. Segundo estes autores as *inovações de produto* podem contribuir para aumentar a qualidade e variedade dos produtos, abrindo assim a porta a novos mercados, aumento da procura e aumento do número de postos de trabalho (Lanthenmaier e Rottman, 2011). No entanto, poderá não gerar os efeitos desejados, pois se a procura não aumentar o emprego também não aumenta, ou seja, se o nível

de substituição dos produtos novos for elevado, não conduzirá a um aumento do emprego. Contudo, se se verificar que os novos produtos são complementares aos já existentes irá gerar um efeito positivo no emprego. Segundo Blechinger et al (1998) existe ainda um efeito indireto da inovação de produto, neste caso se os novos produtos gerarem novo rendimento, esse impacto irá gerar um aumento da procura e consequente subida do emprego.

Tendo como base Lachenmaier e Rottmann (2011), as *inovações de processo* têm como objetivo principal aumentar a eficiência, tornar o processo mais intensivo, o que gera economias na mão-de-obra e diminui o emprego. Este tipo de inovação permite às empresas melhorar a sua produção com menor custos e menos empregados. Blechinger et al (1998), que defende que apesar de ser necessário ter em conta os efeitos indiretos dos inovadores de processo, se as empresas conseguirem aumentar a sua produtividade, podem conseguir manter a produção com custos mais baixos, o que conduz a uma diminuição dos preços, aumento das vendas e aumento do emprego.

De acordo com o manual de Oslo (2005) a procura de mercado é um fator que influencia a inovação e o emprego de diversas maneiras. Por um lado a procura incentiva as empresas a alterarem os produtos constantemente de forma a aumentar as vendas, por outro conduz as empresas a procurar soluções de produção mais eficientes com menores custos. Se tivermos em consideração que quando a procura cresce rapidamente a pressão competitiva é bastante menor, o que conduz a um aumento do emprego, mas também pode acontecer o contrário, ou seja, se a procura for menor a pressão competitiva é também menor logo há uma diminuição do emprego. Segundo Pianta (2001), devemos ter em consideração que o crescimento da procura só por si poderá não conduzir a um aumento do emprego pois podem surgir outros fatores externos que condicionem o seu crescimento.

Um conceito chave no nosso estudo é a competitividade nas empresas, que segundo Mariotto (1991) pode ser compreendida como a capacidade que as empresas têm para tirar o maior proveito para si mesmas da estrutura e dos padrões de concorrência no mercado onde atuam e assim conseguir rentabilidade a longo prazo.

Para conseguir atingir o objetivo da rentabilidade a longo prazo não basta só conseguir aproveitar a estrutura e os padrões de concorrência de mercado, é necessário ter em conta outros fatores, como por exemplo, as vendas e a gestão de recursos humanos.

De acordo com Porter (1980), na sua obra "*Competitive Strategy*", propõe um método de análise do ramo de negócios em que a empresa atua, com o objetivo de desenvolver uma estratégia para a empresa. O método concentra-se na concorrência existente no ramo em que a empresa atua. A conceção de concorrência do autor não se restringe à consideração das empresas que, num dado momento, concorrem num dado ramo, mas é muito mais ampla, pois abrange a estrutura económica e institucional dentro da qual a concorrência se desenvolve naquele ramo de negócios.

O principal instrumento do método de análise do autor é um modelo que representa a estrutura da concorrência existente num dado ramo de negócios através de cinco forças que atuam sobre a empresa: 1) ameaça de entrada de novos concorrentes no ramo; 2) ameaça de substitutos, ou seja, produtos ou serviços de outros ramos que possam substituir o produto ou serviço do ramo considerado; 3) poder de negociação dos compradores; 4) poder de negociação dos fornecedores; e 5) rivalidade entre as empresas existentes. Segundo este modelo, clientes, fornecedores, assim como os concorrentes, todos exercem pressões sobre a empresa, as quais serão maiores ou menores, de acordo com cada caso.

Segundo Ansoff, a atual noção de competitividade é útil e oportuna mas a empresa não deve deixar de considerar outras soluções estratégicas.

Para a OCDE⁹ os países devem tornar-se mais "competitivos" se quiserem manter a sua posição económica em relação a outras nações e responder a desafios como as lacunas de produtividade percebidas, a concorrência por investimento estrangeiro, a rápida adoção de novas tecnologias ou comércio eletrónico. Alargando o conceito ao nível regional, a OCDE considera uma região competitiva aquela que pode atrair e manter empresas bem-sucedidas e manter ou aumentar padrões de vida para os habitantes da região.

⁹ disponível em <http://www.oecd.org/cfe/regional-policy/regionalcompetitiveness.htm> (consultado em 01.01.2018)

As visões dos economistas Schumpeter, Sylos – Labini e Scott, oferecem perspectivas otimistas para os países em desenvolvimento e para as empresas neles instaladas, ou seja, a concorrência através da inovação e das economias de especialização estão cada vez mais presentes nos mercados mundiais. É importante que sejam os governos a criar condições para tal, onde incluam a formação de recursos humanos, infra-estrutura, estímulo à concorrência e a informação e educação de quem pretende iniciar uma atividade.

A procura excessiva pela competitividade pode conduzir a dois riscos: por um lado pode aumentar o individualismo, o corporativismo e o comportamento anti-social dos cidadãos e das empresas, com o objetivo de se superarem uns aos outros na procura de aumentar os lucros, por outro lado pode levar a políticas excessivamente liberais, baseadas em modelos económicos já ultrapassados.

Segundo Mateus *et al* (2015), o objetivo do QREN 2007 – 2013 passava por assegurar os financiamentos estruturais comunitários mas não substituindo o esforço nacional de investimento, contribuindo para o seu aumento e assegurar a alavancagem das capacidades e possibilidades nacionais de concretização de investimento e ações de desenvolvimento. Segundo o autor, a dimensão territorial da coesão saiu valorizada com o tratado de Lisboa, onde procuraram melhorar condições para investir e trabalhar, melhor acesso ao conhecimento e inovação e mais e melhor emprego e onde os fundos para desenvolvimento rural e das pescas não são considerados estruturais. De acordo com o autor, a evolução das elegibilidades do Fundo de Coesão tem revelado significativa estabilidade, estando sujeito às mesmas regras de programação, de gestão e de controlo dos fundos estruturais no período 2007- 2013. A evolução da política de coesão da União Europeia deveria conduzir à sua progressiva concorrência com os fundos estruturais. De acordo com Mateus (2015) a abordagem estratégica adotada nas orientações da política regional comunitária no período 2007 – 2013 introduziu inovações substanciais e passou a privilegiar o contributo para o crescimento, para a competitividade e emprego, a par da promoção da equidade regional. O autor reconhece que *“a concretização de políticas sociais e as dirigidas a melhorar a dotação regional de infraestruturas e de equipamentos coletivos nem sempre produziu resultados significativos no crescimento das economias*

regionais”, sendo que a orientação estratégica do novo quadro, procurou gerar uma dinâmica sustentada de crescimento com base no conhecimento e inovação.

Tendo por base o desempenho em inovação, e de acordo com Mateus (2015) Portugal foi o estado membro que mais progrediu nos últimos sete anos, no que respeita ao desempenho em inovação na União Europeia, passando de “Inovador Modesto” para “Inovador Moderado” e com este indicador o país passou de 64% para 79% da média europeia entre 2006 e 2010, recuando para 74% em 2013. Segundo o autor, esta dinâmica global positiva acaba por encobrir os diferentes pontos fortes e fracos do Sistema Nacional de Inovação. Se nos dedicarmos a observar a escala de inovação regional da União Europeia, em Portugal não existe nenhuma região como “líder de Inovação”, existe sim, Lisboa como “Seguidora de Inovação” e as restantes regiões são classificadas como “Inovadoras Moderadas”, com a exceção da Madeira que está classificada como “Inovadora Modesta”. Tendo por base o que foi dito anteriormente, o autor considera que a despesa em Intensidade de I&D concentrou-se sobretudo entre 2005 e 2009, estando associado a incentivos fiscais, o que conduziu a que o investimento empresarial em I&D praticamente triplicasse.

Tendo por base o estudo realizado por Neto et al (2015) sobre os fundos comunitários, o QREN assumiu como ponto relevante a qualificação da mão-de-obra, de forma a valorizar o conhecimento, a ciência, a tecnologia, e a inovação, bem como o crescimento económico, sociocultural e de qualificação territorial. Estes objetivos foram alcançados através de três grandes agendas temáticas: Agenda Operacional para o Potencial Humano, para os fatores de competitividade e para a valorização do território. A Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade foi dedicada ao reforço dos fatores de competitividade, onde se prosseguiu um conjunto de prioridades centradas na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico, na modernização e internacionalização empresariais, na promoção da atratividade do investimento direto estrangeiro, na promoção da sociedade da informação e do conhecimento e na redução dos custos públicos e promoção da eficiência e a qualidade das instituições públicas.

Para o mesmo autor, o QREN definiu também que os sistemas de incentivos ao investimento empresarial passassem a privilegiar o investimento destinado a reforçar a base produtiva da economia, através da prioridade horizontal que se relaciona com fatores críticos de competitividade associados ao conhecimento e inovação e o aproveitamento de sinergias resultantes da eficiência coletiva. Segundo Neto et al (2015) o que se assistiu foi uma concentração significativa do investimento empresarial num reduzido número de projetos e que dos investimentos aprovados existiu uma evidência clara na indústria extrativa, transformadora e alojamento e restauração. Afirma ainda que não se verificou uma reestruturação do padrão de especialização no sentido de existir um maior peso nos sectores de tecnologia ou conhecimento, sendo que o foco mantém-se nas indústrias que estão ligadas a baixos níveis de intensidade tecnológica e conhecimento. Verificou também que predominam as atividades que baseiam a sua atividade competitiva em economias de escala. Sendo este um importante contributo para o estudo do QREN na região do Alentejo.

3. Caracterização da Região

Sendo o Alentejo uma região do interior do país, como se sabe, é sempre mais difícil encontrar emprego, o que leva muitas vezes as pessoas a procurar o litoral ou as grandes metrópoles como Lisboa e Porto, ou mesmo o estrangeiro para se fixarem, o que também contribui para uma dificuldade em termos de aumento de competitividade e inovação nesta região do interior.

Com uma economia muito baseada na agricultura, o Alentejo apresenta nos últimos anos um forte desenvolvimento da atividade económica no sector terciário, passando a agricultura para um plano inferior, no conjunto dos três sectores de atividade. Contudo, o sector primário no Alentejo continua a deter uma importância muito superior à média nacional. O perfil da especialização produtiva do Alentejo estrutura-se ao redor dos serviços de carácter não transacionável, como por exemplo, administração pública, educação e ação social, destacando-se uma forte implementação dos serviços de apoio à atividade económica.

O principal desafio do Alentejo passa por aumentar significativamente a sua competitividade económica, que lhe permita mobilizar e potenciar os seus recursos e competências, tendo como finalidade criar emprego e também o desenvolvimento da inovação. Dada a situação económica que se vive e que se vivia também na altura do nosso período de estudo, os fundos comunitários assumem-se como um importante instrumento de política pública para reforçar a competitividade da economia no Alentejo, e consequentemente gerar o sucesso desejado no ajustamento macroeconómico e para a mudança estrutural exigida para a região. É por isso que neste capítulo vamos estudar de forma separada o comportamento do emprego, da competitividade e da inovação na região Alentejo.

Existem duas variáveis muito importantes para compreender a evolução do estudo, sendo essas variáveis o valor acrescentado bruto (VAB), que se traduz no resultado do acréscimo da produção e a outra variável é o Volume de negócios (VN), que reflete o valor líquido das vendas e prestações de serviços, relacionados com a atividade desenvolvida.

3.1 O emprego na Região Alentejo

Neste capítulo procuramos caracterizar o perfil competitivo e o emprego na região do Alentejo, e mostrar como está repartido de acordo com o nível de escolaridade, conforme quadro 3.1. O nosso período de referência será o mesmo de acordo com o Sistema Operacional QREN, de 2007 a 2013. Neste sentido, podemos verificar que em 2007 o Alentejo apresentava uma taxa de emprego de 51.2%, sendo a média nacional 57.3% e em 2008 este valor baixou para 49.9% muito tendo contribuído o início de uma das maiores crises em Portugal, contudo a nível nacional o valor manteve-se praticamente inalterado. Nos restantes anos, este valor manteve-se relativamente estável, terminando em 2013 com uma taxa de emprego a rondar os 46.3%, sendo a média nacional de 49.7%.

Quadro 3.1 – Taxa de emprego por local de residência e nível de escolaridade

Anos	Local de residência (NUTS - 2013)	Taxa de emprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual (1)						
		Nível de escolaridade mais elevado completo						
		Total	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
		%	%	%	%	%	%	%
2013	Portugal	49,7	15,1	36,5	57,8	51	61,2	70,7
	Continente	49,7	15	36,3	58,1	51	61,3	70,5
	Norte	49,4	15,2	38,3	61,7	51,5	59,4	69,5
	Centro	53,5	21,4	43,2	63,7	58,1	65,1	70,1
	Área Metropolitana de Lisboa	47,9	9,5	27,2	46,2	44,3	59,8	70,5
	Alentejo	46,3	8,1	32,3	59,2	53,2	63,9	75,8
	Algarve	49,9	-	33,5	53,2	51,9	63,1	72,7
	Região Autónoma dos Açores	48,5	-	38	54,9	50,8	61,1	77,8
	Região Autónoma da Madeira	49,3	21,3	41,3	52,8	50,3	56	77,3
2012	Portugal	50,8	17,2	39,5	60	52,5	60,7	72,3
	Continente	50,8	16,9	39,3	60,3	52,6	60,7	72
	Norte	51,4	17,7	42,1	64,4	53,9	58,3	73,2
	Centro	53,4	22,8	45,2	63,6	57,3	63,6	70,6
	Área Metropolitana de Lisboa	48,9	10,1	29,7	51	46,8	59,8	71,3
	Alentejo	47,2	11	34,9	58,1	55,9	63,7	75,4
	Algarve	50,7	15,8	36,2	57	52,3	64,2	72,6
	Região Autónoma dos Açores	50	-	40,7	56,8	52,1	62,4	83,2
	Região Autónoma da Madeira	50,6	24,5	45,6	55,1	47,7	61,3	78,4
2011	Portugal	52,8	18,8	42	62,7	55,7	63,4	75,2
	Continente	52,8	18,7	41,8	62,8	55,7	63,3	74,9
	Norte	53,4	19,2	45	65,6	56,1	60,8	77,3
	Centro	54,8	24,2	48,1	67,9	60,3	64,1	71,9

	Área Metropolitana de Lisboa	51,4	13,7	31	53,7	50,5	64,7	74,3
	Alentejo	49,6	11,1	38,7	63,4	59,2	65,9	76,6
	Algarve	52,5	16,1	38,8	59,2	57,9	65	74,9
	Região Autónoma dos Açores	52,6	20,5	43,4	62,3	57,5	64,4	81,5
	Região Autónoma da Madeira	53,3	22,5	49,9	57,6	52,8	65,7	82,4
2010	Portugal	54,6	21,4	45,8	65	57,5	63,4	77,7
	Continente	54,6	21,3	45,5	64,9	57,5	63,2	77,5
	Norte	54,2	23,9	46,8	67	55,7	59,7	79,1
	Centro	59,9	31,2	57,9	72,4	61,7	64	77,2
	Lisboa	52,3	10,4	32,1	54	55	65	76,7
	Alentejo	49,4	9,7	38,8	64,6	61,7	65,9	78,3
	Algarve	52,6	-	42,3	59,3	59,7	67,1	73,8
	Região Autónoma dos Açores	54,5	19,7	48	64,6	55	69,2	81,5
	Região Autónoma da Madeira	57,5	26,2	54,5	66,5	58,7	66,7	85
	2009	Portugal	55,6	22,1	47,7	66,2	59	63,9
Continente		55,5	22	47,5	66,2	59,1	63,8	78,8
Norte		54,9	23	48,1	68	58,6	60	79,3
Centro		60,7	33	59,7	73	62,3	63,2	78,2
Lisboa		53,7	14,8	35,1	55,1	55,8	66,2	79,1
Alentejo		49,6	8	40,8	66,5	62,8	67	79,7
Algarve		54,9	10,9	45,7	68,1	60,8	67,5	74,9
Região Autónoma dos Açores		55,8	22,7	49,2	66,4	59,8	66,6	79,9
Região Autónoma da Madeira		57,2	26,5	56	65,3	55,5	65,3	85,7
2008	Portugal	57,4	23,8	51,6	69,3	61	63,3	79,8
	Continente	57,4	23,7	51,6	69,4	61,1	63,2	79,7
	Norte	57	23,1	51,8	71,6	62	60,5	79,7
	Centro	62,7	35,5	63,2	76,7	63,7	62,8	79
	Lisboa	55,6	17,9	40,6	59,9	57,2	65,2	79,9
	Alentejo	49,9	9,6	43,9	65,7	63,9	61,5	82,7
	Algarve	56,3	16,4	47,9	68,2	63,4	69,3	76,4
	Região Autónoma dos Açores	55,9	24,1	49,2	69	61,9	66,1	76,3
	Região Autónoma da Madeira	57,7	29,1	55,4	65,5	58,7	65,7	86,2
2007	Portugal	57,3	24,6	53,1	69,2	60,4	62,3	78,9
	Continente	57,3	24,6	53,1	69,4	60,5	62,2	78,8
	Norte	56,9	24,6	54	71,7	58,4	59,9	78,5
	Centro	63	36,3	65,1	74,9	64,6	60,9	78,8
	Lisboa	54,9	16,3	40,1	60,6	58,2	63,3	78,5
	Alentejo	51,2	12	47,4	67	64,7	65,8	81,2
	Algarve	56,5	17	48,8	67,3	65,7	68,1	81,7
	Região Autónoma dos Açores	54,5	20,7	50,8	66,7	55	65,9	79
	Região Autónoma da Madeira	56,8	27	55,3	63,8	58,6	64,2	84,2

Fonte: INE e Pordata – (-) Valores não disponíveis

Em termos de empregabilidade e de acordo com o nível de escolaridade, é evidente que os escalões com menores níveis de escolaridade apresentam sempre menor taxa de emprego, no entanto, quem mais sofreu foram os licenciados pois a população com ensino superior em 2007 tinha uma taxa de emprego 81.2%, e com o início da crise e o prolongar da mesma este valor desceu de forma significativa para

75.8%. A região Alentejo no ano de 2007 encontrava-se acima da média nacional, em termos de empregabilidade que na altura era de 78.9%, tendo descido gradualmente até se fixar em 2013 numa taxa de empregabilidade de 70.7%, superior à média nacional.

Quadro 3.2 – Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto – Alentejo

Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual				Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual			
	Período de referência dos dados				Período de referência dos dados			
	2013	2012	2011	2010	2013	2012	2011	2010
	€	€	€	€	€	€	€	€
Total	14257692226	14035717007	14788530903	14756768438	3016453711	2986405248	3452982373	3625190743
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1554486404	1440410784	1347185698	1276262270	308122332	273849332	257561437	267421391
Indústrias extrativas	520711584	545796563	531481825	502346552	254862277	291816224	311003362	334217947
Indústrias transformadoras	4397250232	4268857294	4284851595	3868791187	717205775	680048995	848157129	850759589
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	154355764	116267402	103283501	91594125	56138651	53791084	40482868	38975228
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	208093236	229617325	216725204	203728238	89315921	94731604	93838807	87910930
Construção	480988499	543486023	760232512	854470856	162263050	171654862	278617042	293594204
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	5064678430	5036074006	5497163927	5860522892	596591836	584606028	679189203	747065792
Transportes e armazenagem	564383448	518903329	523329118	508749592	248498439	224640577	234826784	250610806
Alojamento, restauração e similares	369021927	400773958	494953379	508634928	139640895	154498592	206995774	211761072
Atividades de informação e de comunicação	87912586	83568641	66388303	46992851	28090153	31453153	26901304	21761655
Atividades imobiliárias	83835713	87059447	126683736	158650953	29063356	34178905	41174482	58057439
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	198463941	211578627	223485011	218957500	110843300	112643989	123143655	127001714
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	242350727	231554243	268715938	281973558	122957814	120973599	142727304	146557477
Educação	35698702	42597838	41450974	58324123	19241736	22720646	21898568	33147148
Atividades de saúde humana e apoio social	170077049	171921516	179836136	187459754	85094903	88569869	96738211	103005600
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	41039913	35541283	36778199	34658146	17198787	13978535	15757385	14645907
Outras atividades de serviços	84344071	71708728	85985847	94650913	31324486	32249254	33969058	38696844

Fonte: Pordata.

Quadro 3.2 – Volume de Negócios e Valor Acrescentado Bruto – Portugal

Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual				Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual			
	Período de referência dos dados				Período de referência dos dados			
	2013	2012	2011	2010	2013	2012	2011	2010
	€	€	€	€	€	€	€	€
Total	317333213867	319767027798	341046330350	349084286296	72922195214	72925018832	79158333128	84795451804
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5548169721	5153042539	4955475983	4733948092	1213594052	1118975945	1081055889	1125307196
Indústrias extrativas	989032119	1065292502	1168606167	1163419386	429337945	474353765	537441842	582134468
Indústrias transformadoras	79428970065	78831320738	80166101777	75326309630	16731636256	16316872714	17268342360	18078224642
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	21552394507	20677400473	19822803703	17842122502	4417282539	4302411174	3995576097	4020705335
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	3197398539	3372127734	3459326483	3235405944	1338282610	1354472050	1364456550	1310507516
Construção	19495744549	22043171242	29121915466	34863221859	5508212187	6019164171	7489757709	8806323504
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	116784758028	117347379751	125851965830	131887346957	14031827559	13905858890	15395528291	17066813419
Transportes e armazenagem	17520379876	17564879190	17988490488	17698527754	5867086511	5768576816	6025927414	6315019920
Alojamento, restauração e similares	8424619140	8471540622	9769251600	9943090259	3165591370	3138032121	3880385247	3969497711
Atividades de informação e de comunicação	11653617199	12072765765	12688101872	13712684899	4903727098	5090161917	5368782832	5783559798
Atividades imobiliárias	3729164644	3721212701	4729779828	5878297455	1344637725	1335582552	1598454294	1862081143
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	9679490624	9890090902	10616163016	11186799305	4429506840	4477166887	4822878256	5057101552
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9180002372	9342676026	9995966757	10516595453	4659209318	4718096163	5122357081	5402113605
Educação	1400582279	1454333140	1612581063	1724992524	772692047	823433404	897782576	974042429
Atividades de saúde humana e apoio social	5880915308	5842286477	5958702880	6022244518	2782603516	2766241281	2863778880	2942211394
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1568938741	1610435143	1708474002	1803403188	813494866	774528403	871564388	865009826
Outras atividades de serviços	1299036156	1307072853	1432623435	1545876571	513472775	541090579	574263422	634798346

Fonte: Portata.

No período em estudo, podemos observar no quadro 3.2, que de uma forma geral, o valor acrescentado bruto nos anos apresentados revela uma tendência decrescente, com raras exceções como por exemplo a agricultura devido ao fato de o Alentejo ser uma zona com tradição agrícola repartida pelas diversas partes da região, onde o VAB acabou por subir ligeiramente. Podemos destacar também a indústria transformadora, onde um dos grandes impulsionadores é a indústria extrativa que contribui muito para o desenvolvimento local de Vila Viçosa, Borba e Estremoz que exportam para toda a parte do mundo, há a destacar também o comércio por grosso e a retalho pois é uma área muito diversa e que abrange quase todas as atividades. Por sua vez, e em termos médios, o Volume de negócios acabou por se manter praticamente inalterado, isto na nossa região de estudo, o Alentejo, com destaque para a indústria transformadora e o Comércio por grosso e a retalho, onde muito contribuíram as condições que referimos para o VAB, e há também a destacar as atividades administrativas e de serviços de apoio, pois nos dias de hoje, o sector terciário é o sector predominante e de maior relevância para o crescimento da economia. Se comprarmos com a média nacional, quadro 3.3, podemos verificar que o VAB de uma forma geral também decresceu, onde se destacam as indústrias transformadoras, sobretudo no norte do país e no litoral, onde se encontra a grande massa industrial, o comércio por grosso e a retalho pelo mesmo motivo referido no Alentejo e o transporte e armazenagem, que podemos dar como exemplo as grandes transações rodoviárias diárias que ocorrem no país e os portos onde são transportadas milhões de mercadorias diariamente. Já o volume de negócios diminuiu ligeiramente, onde podemos destacar também a indústria transformadora, o comércio por grosso e a retalho e as atividades terciárias de informação e de comunicação, uma vez que é uma atividade em grande crescimento, sobretudo nos meios digitais, tanto a nível nacional como a nível mundial.

Quadro 3.4 – Emprego por sector de atividade

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual			
		Período de referência dos dados			
		2013	2012	2011	2010
		N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	Total	3373518	3401181	3627639	3727488
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	160959	106015	108249	104453
	Indústrias extrativas	9628	10297	11352	11804
	Indústrias transformadoras	637427	647947	679182	690976
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8913	9264	9371	9496
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	29945	30483	30917	29953
	Construção	307907	340913	403575	444669
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	723488	747594	794138	812944
	Transportes e armazenagem	147757	150267	157972	160685
	Alojamento, restauração e similares	265694	272957	290128	293071
	Atividades de informação e de comunicação	82744	81346	81229	79848
	Atividades imobiliárias	45299	46985	51190	54081
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	211386	211023	220840	225882
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	375670	375555	402051	418290
	Educação	91749	94941	101920	105998
	Atividades de saúde humana e apoio social	150020	149303	150617	148033
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	43586	43387	45272	45187	
Outras atividades de serviços	81346	82904	89636	92118	

Fonte: PORDATA

Quadro 3.5 – Emprego por sector de atividade

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual			
		Período de referência dos dados			
		2013	2012	2011	2010
		N.º	N.º	N.º	N.º
Alentejo	Total	180309	182529	194887	197753
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	33113	29347	30129	29924
	Indústrias extrativas	2479	2536	2478	2392
	Indústrias transformadoras	30484	31949	33629	33305
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	128	92	57	42
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1776	1806	1784	1799
	Construção	13268	14924	18445	19914
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	38319	40048	42517	43298
	Transportes e armazenagem	6055	5882	6340	5877
	Alojamento, restauração e similares	13969	14814	15785	15994
	Atividades de informação e de comunicação	1118	1053	1107	982
	Atividades imobiliárias	1648	1860	2077	2190
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8325	8391	8809	8940
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11961	11907	12777	13630
	Educação	4374	4465	5035	5309
	Atividades de saúde humana e apoio social	6620	6696	6798	6866
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1884	1870	1987	1969	
Outras atividades de serviços	4788	4889	5133	5322	

Fonte: PORDATA

Se nos focarmos no pessoal ao serviço das empresas, existem algumas variações, nuns sectores aumentou e noutros diminuiu. Podemos destacar como uma descida acentuada, o sector da construção que devido à crise acabou por abrandar, no sentido inverso e no seguimento da explicação que se fez para o VAB, pois as atividades com maior destaque são precisamente as mesmas, ou seja, maior número de funcionários representou uma maior produção (quadro 3.3) onde podemos destacar a agricultura, a indústria transformadora e o comércio por grosso e a retalho, que acabaram por aumentar o número de pessoal ao serviço. O volume de negócios, conforme se referiu anteriormente foi dos mais elevados na indústria transformadora e no comércio por grosso e a retalho, em termos de agricultura já não era dos mais elevados mas sim as atividades de sector terciário como os serviços administrativos. A nível nacional tanto O VAB como Volume de negócios estão ligados às atividades que empregam maior número de pessoas, ou seja, a indústria transformadora e o comércio por grosso e a retalho, nestas atividades um maior número de trabalhadores significou melhor rentabilidade económica.

De uma forma breve se compararmos, os dados atuais no nosso período de estudo com o período anterior de 1999 – 2001, estudo levado a cabo por Augusto Mateus e Associados (2005), sob o tema “Pria – Plano Regional do Interior Alentejano” e conforme apresentado, pode verificar-se que neste período a produtividade do Alentejo encontrava-se distante nos níveis praticados na União Europeia e também da média nacional, no entanto no período de 2007 – 2013 verificaram-se melhorias e o Alentejo está mais próximo daquilo que são os níveis praticados na União, com índices de produtividade mais elevados e com melhores capacidades para dar resposta às necessidades da economia, muito por culpa da aplicação do fundos comunitários nas áreas chave para o seu crescimento.

3.2 Inovação Empresarial em Portugal e no Alentejo

A análise da inovação empresarial no presente subcapítulo tem por base os dados divulgados nos portais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

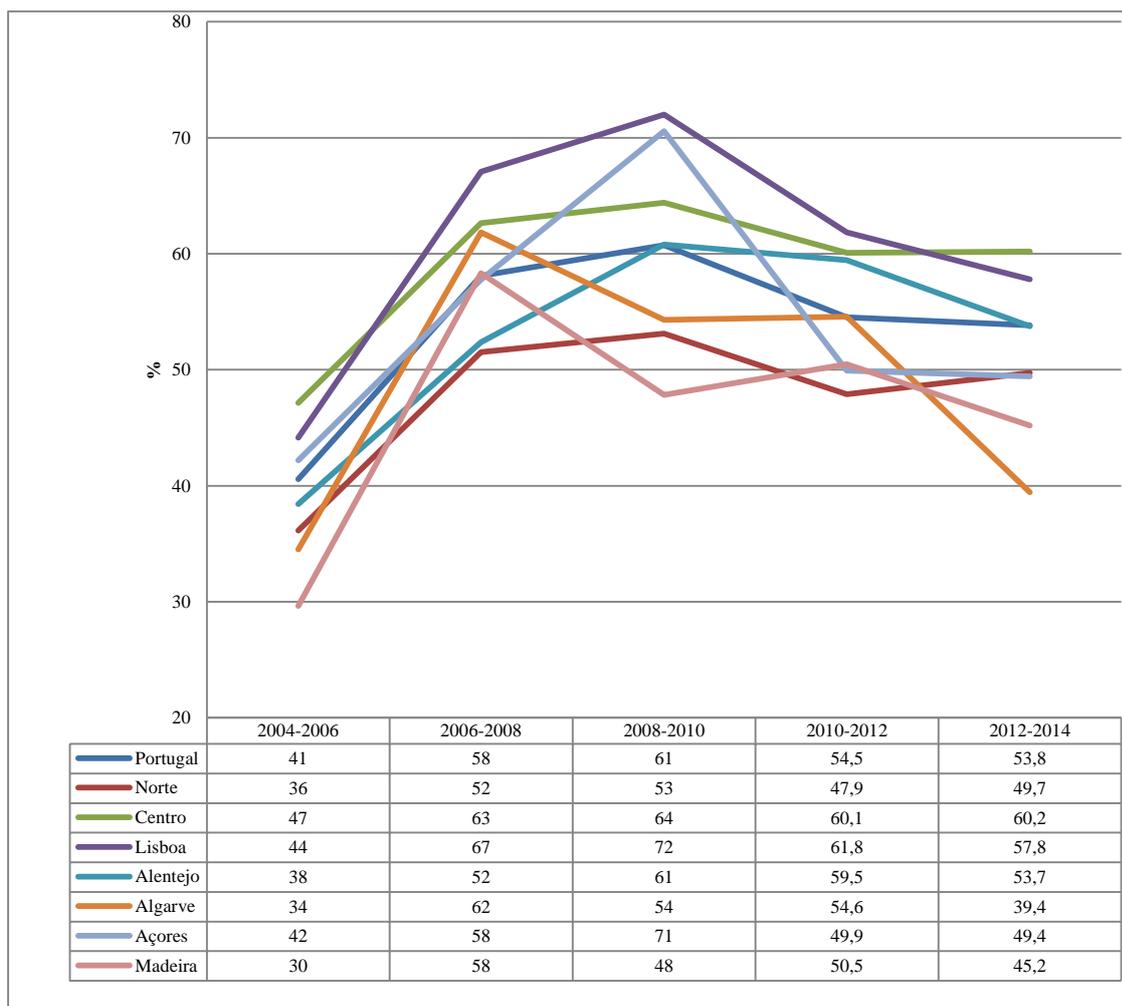
O conceito estatístico de inovação, de acordo com o INE, pode definir-se como a introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa. Em Portugal, esta informação é recolhida através do Inquérito Comunitário à Inovação (Community Innovation Survey - CIS), instrumento de notação do sistema estatístico nacional regulamentado pela União Europeia, e realizado sob a orientação do Eurostat com base nos princípios definidos no Manual de Oslo da OCDE. É um inquérito por amostra de periodicidade bienal e Portugal participa nas inquirições CIS desde a sua primeira edição, realizada em 1991 – 1992 (portal da DGEEC).

O CIS tem representatividade regional ao nível das regiões NUTS¹⁰II e incide apenas sobre empresas com 10 ou mais trabalhadores.

Nos quadros e figuras abaixo apresentamos alguns dados, por região, relativos à inovação realizada por empresas com 10 e mais trabalhadores, entre 2006 (resultados CIS 2004-2006) e 2014 (resultados CIS 2012-2014) para abarcar, quer a situação inicial (2006), quer todo o período de aplicação do QREN 2007-2013.

¹⁰ NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatístico. No presente trabalho utilizam-se as duas últimas versões desta nomenclatura: NUTS 2002 e NUTS 2013 (<http://smi.ine.pt/Versao>).

Figura 3.1 – Evolução da proporção (%) de empresas com atividades de inovação, por Região



Fonte: DGEEC

Na figura 3.1. observa-se uma tendência crescente, e comum a todas as regiões, na proporção de empresas com atividades de inovação até aos anos 2008-2010, inclusive. Nos inquéritos realizados nos dois biénios seguintes verifica-se uma inversão desta tendência, o que se explica pela conjuntura económica vivida em Portugal. De fato, dado o contexto de crise económica, nos últimos anos têm-se assistido a uma quebra do investimento privado por vários motivos, entre eles a insuficiência de capitais próprios e a dificuldade de acesso ao crédito bancário por parte das empresas (veja-se a este propósito o quadro 3.6.). Ainda assim é de destacar o desempenho da região Norte, cuja proporção de empresas inovadoras já regista uma recuperação no inquérito 2012-2014.

Pela sua importância em termos de valor acrescentado, analisamos com mais detalhe as atividades de inovação de produto e/ou processo, considerando os

conceitos estatísticos definidos pelo INE. Para inovação do produto considera-se a introdução no mercado de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado relativamente às suas capacidades iniciais, tais como a melhoria no *software* ou na interface com o utilizador, novos componentes ou subsistemas. Esta inovação deve ser nova para a empresa, mas não necessita ser nova no sector ou mercado da empresa. Além disso, não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela empresa ou por outras empresas. Relativamente à inovação de processo considera-se a implementação de um processo de produção ou de um método de distribuição novos ou significativamente melhorados, ou de uma atividade de apoio aos seus bens ou serviços também nova ou significativamente melhorada. Também neste caso não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela empresa ou por outras empresas e excluem-se inovações de índole puramente organizacional..

O quadro 3.6 apresenta informação relativa à proporção de empresas com atividades de inovação deste tipo ao longo do período em análise e verifica-se um decréscimo contínuo na generalidade das regiões, com exceção do Alentejo que regista um ligeiro aumento na proporção de empresas inovadoras de produto e/ou processo em 2008-2010 (47,3%), sendo que em 2010-2012 (42,3%) diminui para um valor inferior a 2006-2008 (44,8%). Dentro deste grupo de empresas, assumem um maior peso as empresas com inovação de processo, cuja proporção é superior relativamente às empresas com inovação de produto, para todas as regiões e para todos os anos em análise. Com exceção da região Algarve o período 2012-2014 mostra-nos uma recuperação na proporção de empresas inovadoras de produto. Na inovação de processo esta exceção alarga-se também às regiões autónomas.

Quadro 3.6 – Proporção (%) de empresas com atividades de inovação de produto e/ou processo, por Região

Localização geográfica (NUTS 2002 e NUTS 2013) ¹¹	Empresas com inovação de produto e/ou processo ²				Empresas com inovação de produto				Empresas com inovação de processo			
	2006-2008	2008-2010	2010-2012	2012-2014	2006-2008	2008-2010	2010-2012	2012-2014	2006-2008	2008-2010	2010-2012	2012-2014
Portugal	50,2	46,6	41,2	44,6	34,0	29,9	25,9	28,3	42,0	39,4	33,5	35,2
Norte	44,5	41,3	36,8	41,2	29,1	25,5	22,3	25,4	37,7	35,1	30,5	33,6
Centro	54,6	50,6	46,8	50,7	37,9	35,0	30,3	33,6	45,8	42,7	39,0	40,3
Lisboa	58,2	53,8	45,1	48,3	40,4	35,5	30,4	31,2	47,6	45,9	34,8	35,9
Alentejo	44,8	47,3	42,3	42,3	32,6	25,1	22,3	25,9	38,6	41,1	31,9	34,7
Algarve	53,2	35,8	42,4	31,6	32,2	20,4	25,0	11,0	43,9	27,6	35,9	24,3
Açores	44,2	49,4	31,7	36,1	26,9	26,4	15,9	28,2	36,3	38,0	28,8	23,5
Madeira	49,2	35,0	34,9	30,3	32,1	19,3	23,9	20,8	37,9	26,9	28,9	21,4

Fonte: DGEEC

Mais importante que o número e proporção de empresas inovadoras, é o montante da despesa em inovação e os respetivos contributos de cada região (quadro 3.7 e figura 3.2.). Durante anos a região de Lisboa assumia o maior peso relativo em termos do montante nacional de despesas com inovação de produto e/ou processo, chegando mesmo aos 50,7% em 2012, assiste-se em 2014 a uma redução para 34,4%, perdendo a liderança para a região Norte com um peso relativo de 36,3% (31,9% em 2006). Sublinhe-se a importância adquirida pela região Centro, com um peso de 12,2% em 2006 e de 24% em 2014 (quase que duplicou o peso relativo na despesa nacional). Comportamento inverso regista a região Alentejo, a qual em 2006 representava 6,1% em termos da despesa (das empresas) nacional em inovação de produto e/ou processo, e em 2014 representa apenas 2,9% (ainda assim com uma ligeira recuperação relativa a 2012, com um peso de 2,4%). Quando comparamos os pesos relativos em 2006 e 2014, as regiões do Algarve e dos Açores não registam grandes alterações, com ligeiro decréscimo para a primeira (0,6% em 2006 e 0,4% em 2014) e um ligeiro acréscimo para a segunda (1,5% em 2006 e 1,6% em 2014). A região da Madeira oscila ao longo do período 2006-2014, mas regista um peso relativo de apenas 0,5% em 2014, sendo que em 2006 era de 1,3%.

¹¹ A partir de 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor uma nova versão das NUTS (NUTS 2013). Ao nível da NUTS II ocorreu apenas uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa" (portal do INE).

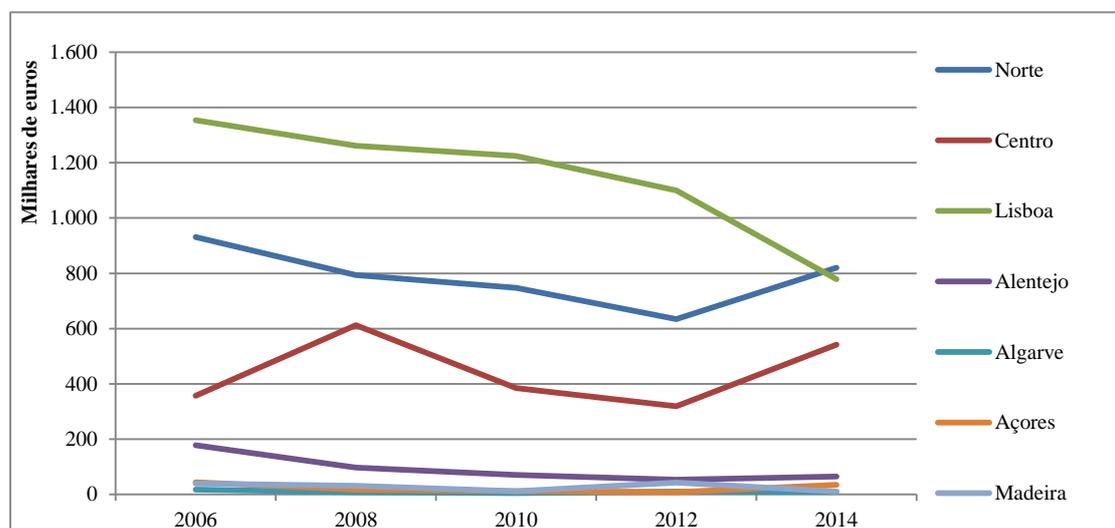
Quadro 3.7 – Despesa com inovação de produto e/ou processo, por Região

Localização geográfica (NUTS 2002 e NUTS 2013)	2006		2008		2010		2012		2014	
	10 ³ euros	%								
Portugal	2 920 306	100	2 821 700	100	2 454 944	100	2 167 643	100	2 261 422	100
Norte	931 654	31,9	793 700	28,1	747 860	30,5	634 846	29,3	819 866	36,3
Centro	356 513	12,2	611 950	21,7	384 352	15,7	319 000	14,7	542 344	24,0
Lisboa	1 353 611	46,4	1 261 915	44,7	1 224 538	49,9	1 099 691	50,7	778 831	34,4
Alentejo	178 219	6,1	97 372	3,5	70 492	2,9	53 096	2,4	65 161	2,9
Algarve	16 933	0,6	8 031	0,3	4 764	0,2	9 894	0,5	9 681	0,4
Açores	44 489	1,5	17 495	0,6	11 422	0,5	8 465	0,4	35 070	1,6
Madeira	38 887	1,3	31 198	1,1	11 516	0,5	42 652	2,0	10 470	0,5

Fonte INE e DGEEC

Em termos da evolução da despesa com inovação de produto e/ou processo por região (figura 3.2.), a maioria das regiões exibe uma tendência decrescente entre 2008 e 2012 (anos marcados pela crise económica em Portugal), e uma recuperação em 2014, com exceção da região de Lisboa onde se agrava a tendência decrescente.

Figura 3.2 – Evolução da despesa (10³ euros) com inovação de produto e/ou processo, por Região



Fonte: DGEEC

Uma análise do tipo de despesa com inovação de produto e/ou processo revela-se de grande importância (quadro 3.7). Na expectativa de tentar saber acerca do impacto das políticas inerentes ao QREN 2007-2013, optámos por centrar a nossa análise nos anos de 2006 (antes da aplicação do QREN 2007-2013) e de 2014 (pós aplicação do QREN 2007-2013, embora alguns dos incentivos tenham chegado às

empresas já em 2014). E realmente observa-se uma alteração no perfil das despesas, comum a todas as regiões, sendo que ocorreu um reforço do peso das despesas em I&D (investigação e desenvolvimento) dentro das próprias empresas, o que esperamos represente uma maior capacitação das regiões em termos de investigação, a qual será com certeza muito útil no contexto atual de política regional (estratégias regionais de especialização inteligente).

Quadro 3.8 – Despesa com inovação de produto e/ou processo, segundo o tipo de despesa e por Região, antes e após aplicação do QREN 2007-2013

Unidade: %		2006				2014			
Localização geográfica (NUTS 2002 e NUTS 2013)	I&D dentro da empresa	Aquisição externa de I&D	Aquisição de maquinaria, equipamento e software	Aquisição de outros conhecimentos externos	I&D dentro da empresa	Aquisição externa de I&D	Aquisição de maquinaria, equipamento, software e edifícios	Aquisição de conhecimento existente noutras empresas ou instituições	Todas as outras atividades de inovação
Portugal	27,0	7,4	58,7	6,9	36,2	7,6	44,2	2,2	9,8
Norte	27,7	6,6	60,3	5,4	32,4	9,4	45,4	2,7	10,1
Centro	20,7	4,2	73,4	1,7	30,4	4,8	53,4	1,9	9,6
Lisboa	29,9	8,9	51,3	9,9	46,9	8,1	32,4	2,1	10,6
Alentejo	21,3	2,0	75,1	1,6	26,9	4,8	64,7	0,6	3,1
Algarve	16,6	4,5	72,7	6,2	27,6	0,9	64,2	0,1	7,2
Açores	2,3	9,7	83,1	4,9	3,2	2,7	90,1	0,0	4,0
Madeira	23,3	29,3	36,6	10,8	17,3	12,2	64,4	0,0	6,1

Fonte: INE e DGEEC.

A intensidade de inovação é importante para determinar o crescimento de uma região em determinado período, e verificar se as medidas que estão a ser tomadas estão a ter os resultados pretendidos. A intensidade de inovação é maior quanto maior for a participação das pessoas e das empresas, nas questões relacionadas com a inovação, o que significa que esta envolvência pretende a promoção da cultura de inovação e consequentemente a implementação de medidas de acompanhamento e promoção da inovação em concordância com medidas de apoio e ações inovadoras. É importante dar prioridade às atividades que as empresas considerem como sendo de I&D ou de desenvolvimento tecnológico para permitir que consigam atingir o seu objetivo e promover a melhoria em termos de inovação no Alentejo.

A estratégia passa pelo aumento de despesas em I&D, para promover a recuperação no atraso do nível de despesas da região, relativamente a outras regiões portuguesas e europeias. Para que isto se concretize é necessário que as empresas

apresentem mais projetos focados em I&D, de forma a inverter esta tendência e crescerem em termos de inovação.

Em termos regionais a política de inovação deve promover a participação de todos os intervenientes no sistema, ou seja, todos os envolvidos devem trabalhar de uma forma organizada e produtiva para aumentar os níveis de cooperação e transferência de conhecimentos. Se nos focarmos no caso do Alentejo, a estruturação de um sistema de inovação envolve uma coordenação de políticas de âmbito nacional, sendo mais abrangente com o desenvolvimento tecnológico e inovação, ou seja, acaba por envolver a integração de recursos regionais na posse de diferentes intervenientes, recorrendo a um âmbito mais vasto, nacional e internacional.

A intensidade de inovação só se consegue se forem garantidos os seguintes objetivos:

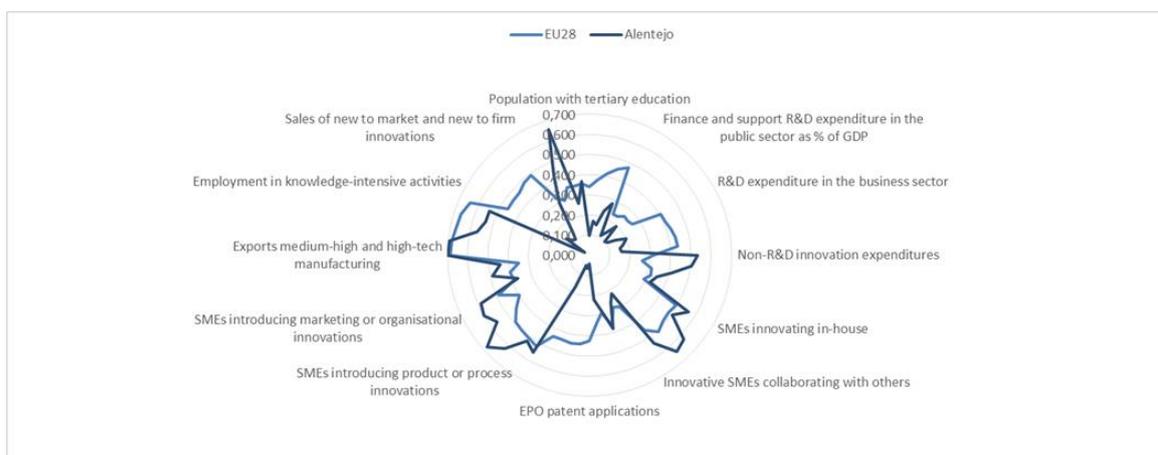
- Estimular a criação de novas atividades de base tecnológica em sectores emergentes que possam ajudar a diversificação do tecido produtivo para áreas de maior intensidade tecnológica;
- Expandir as atividades científicas e tecnológicas da região, multiplicando significativamente os Recursos Humanos e as despesas com I&D;
- Desenvolver localmente as capacidades e o conhecimento necessário para que os serviços de apoio possam, de facto, atuar como estímulos a um aproveitamento eficaz das tecnologias já existentes e eventualmente a introduzir nas empresas;
- Promover de forma ativa nas empresas uma mudança cultural no sentido de favorecer uma visão da inovação em colaboração com outras empresas e entidades, como principal fator de competitividade;
- Estruturar um modelo de articulação dos apoios locais à tecnologia e inovação, conseguindo uma maior proximidade desses apoios com atividades científicas, mas não esquecendo as necessidades prioritárias das empresas.

Para se perceber melhor o que se falou nos parágrafos anteriores, o Alentejo está classificado como “Inovador Moderado”, sendo que o seu desempenho em

termos de inovação manteve-se praticamente inalterado tendo por base a classificação de anos anteriores, disponibilizada pela Comissão Europeia.

Se observarmos a figura 3.3 podemos verificar os diferentes tipos de inovadores e comparar a evolução do Alentejo com a União Europeia a 28, e de uma forma geral, o Alentejo consegue superar a média da U.E nos inovadores de produto, e na inovação que é produzida do Alentejo (*SME, in-house*), o que mostra que a região têm potencial para crescer e alcançar níveis altos de inovação.

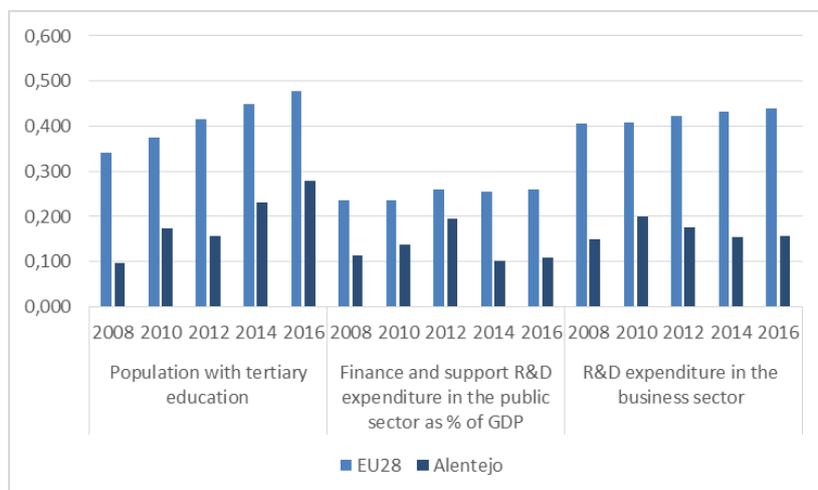
Fig. 3.3 – Evolução dos indicadores de Inovação



Fonte: Site Comissão Europeia – Indicadores de Inovação

Se olharmos para a evolução do Alentejo numa perspetiva de educação, despesas públicas em I&D e despesas I&D nos negócios, verifica-se claramente que existiu uma grande subida na educação, o que revela aposta na formação para que se consiga no futuro melhorar a inovação e que as pessoas tenham mais conhecimentos sobre o tema e que consigam obter melhores resultados, por outro lado, as despesas publicas em I&D subiram entre 2008 e 2012 o que revela que foram efetuados apostas na inovação, e de 2012 para 2014 desceram numa perspetiva de aplicação da inovação que foi adquirida nos anos anteriores. No que respeita às despesas em I&D de negócios os indicadores mantiveram-se praticamente constantes pois este tipo de despesas ocorre ao longo de todo o processo do projeto.

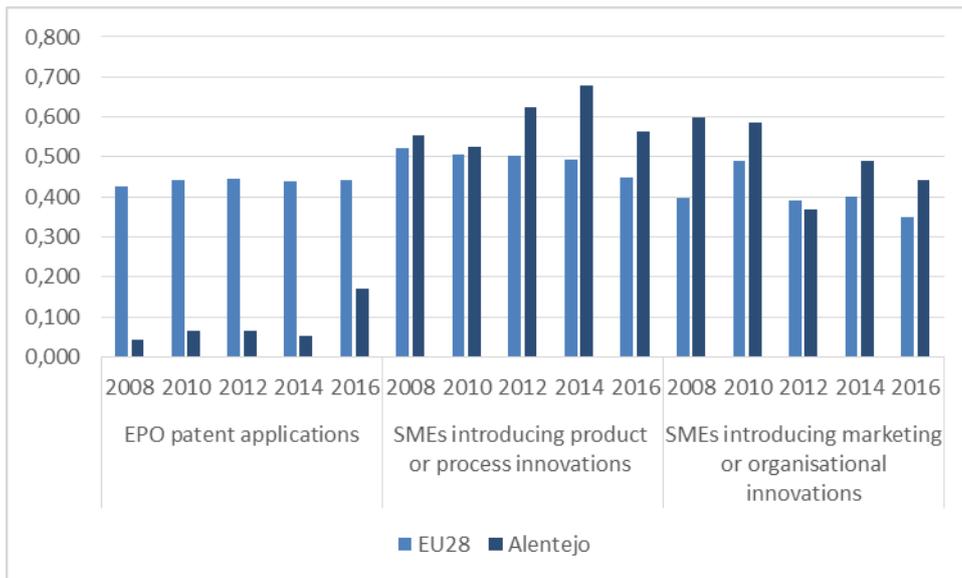
Fig. 3.4 – Evolução dos Indicadores no Alentejo



Fonte: Site Comissão Europeia- Indicadores Inovação

Um outro indicador que também é importante analisar é a evolução dos inovadores no Alentejo, e tendo por base a figura 3.5 podemos verificar que se compararmos os inovadores de produto e processo com os inovadores de marketing e organizacional podemos verificar numa primeira fase, digamos pré projeto, as empresas viam as suas necessidades baseadas em inovadores de marketing e organizacional e numa fase pós projeto verificou-se que as necessidades das empresas seriam mais vocacionadas para inovadores de produto e processo, daí verificar-se essa inversão no gráfico.

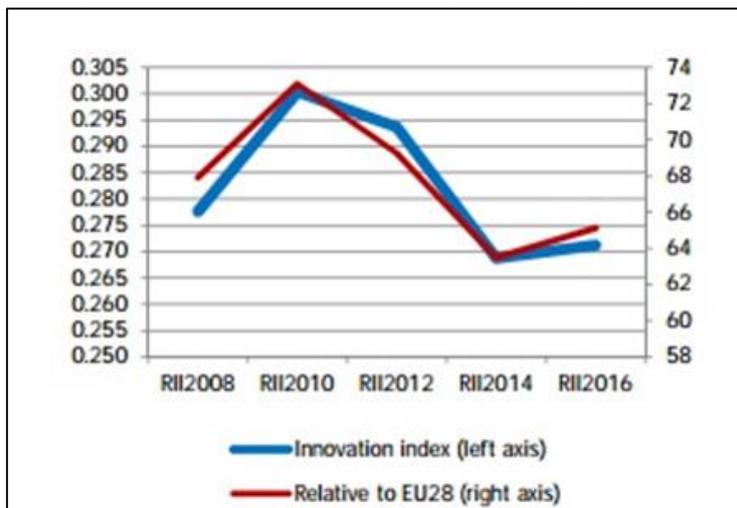
Fig. 3.5 Evolução dos indicadores no Alentejo e UE



Fonte: Site Comissão Europeia – Indicadores de Inovação

É importante focarmos também outros indicadores como as exportações de média e alta tecnologia, emprego intensivo em conhecimento e novas inovações nos produtos para venda e perceber a sua evolução tendo em conta o gráfico abaixo. As exportações de média e alta tecnologia acabam por abrandar no seu crescimento pois o foco passa a ser a inovação interna das empresas que lhes permita o seu crescimento económico, neste caso no Alentejo e não tanto para o exterior, o emprego intensivo em conhecimento é uma variável que teve algum crescimento mas que acabou por ser constante ao longo dos anos, o que mostra que é um fator ainda a melhorar para que seja aumentada essa formação de modo a que os empresários e os funcionários tenham melhor e mais conhecimento tecnológico e de inovação. Se nos referirmos às novas inovações nos produtos para venda compreende-se que se registre um forte crescimento neste indicador pois é o objetivo principal para além de dotar as empresas de inovação, que os produtos também têm melhorias significativas, o que se refletiu no período de 2007 a 2013, acabando por decrescer no ano seguinte.

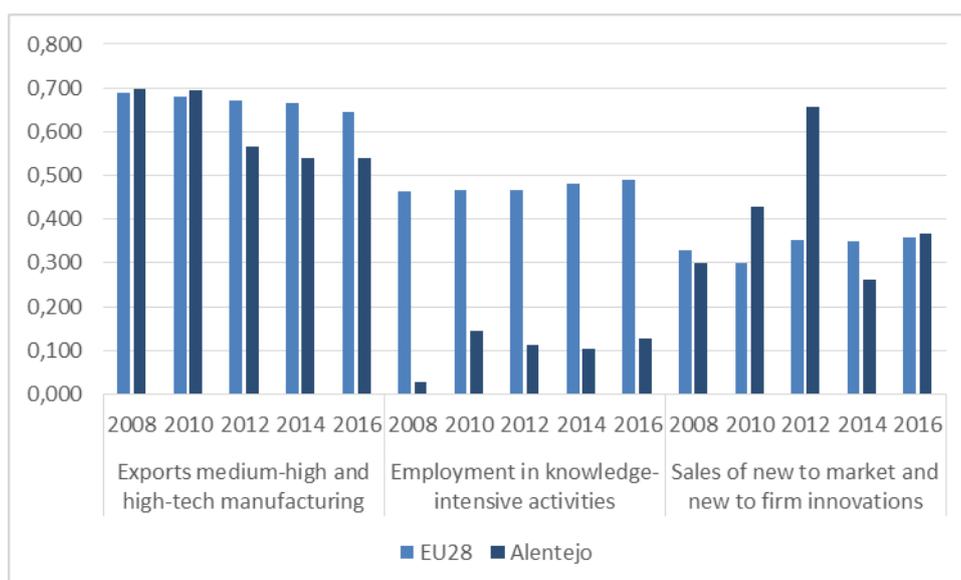
Fig. 3.6 Evolução das exportações, emprego e inovação no Alentejo e U.E



Fonte: Site Comissão Europeia – Indicadores Inovação

Se tomarmos em atenção a figura 3.7 podemos comparar o índice de inovação do Alentejo com a média da União Europeia onde se verifica que em 2008 ambos sofreram um crescimento que lhes permitiu atingir o nível mais alto em 2010, mas a partir daí sofreram uma quebra acentuada, contudo mais visível na União Europeia do que no Alentejo, sendo que em 2014 a União Europeia mostra sinais de recuperação superiores aos do Alentejo.

Fig. 3.7 Evolução da inovação entre Alentejo e U.E



Fonte: Site da Comissão Europeia dados de 2016 – Indicadores Inovação

Esta evolução pode estar a revelar o desfasamento temporal do impacto da crise financeira na esfera real da economia e o facto do resgate à economia portuguesa ter ampliado as suas dificuldades de recuperação.

A intensidade de inovação, relaciona a despesa em inovação com a dimensão das empresas em termos do volume de negócios (quadro 3.9). Em 2012 apenas três regiões registam intensidade de inovação igual ou superior a 2%, Norte, Centro e Algarve, e em Lisboa o valor é de apenas 1,3%. De registar ainda a quebra significativa no que respeita a este indicador, registada no Alentejo: 3,6% em 2006 e 1,5% em 2012. As diferenças regionais em termos de intensidade de inovação estão com certeza relacionadas com as características do próprio tecido empresarial, sendo que em Lisboa temos uma concentração de grandes empresas, o que justifica que a intensidade de inovação possa permanecer. Este indicador sofreu uma grande quebra no Alentejo, sendo que um fator que possa ter contribuído foi a crise que se instalou em Portugal nesta altura, e fez com que as empresas retraíssem o seu investimento sobretudo em regiões do interior, o que condicionou a ação das empresas em investir em inovação ou simplesmente instalar as suas fábricas nesta zona, o que condicionou o desenvolvimento económico, pois caso se registasse um crescimento de empresas na zona ou maior inovação, outras empresas poderiam seguir o mesmo rumo, mas assim tal não acontece. Se compararmos com a média nacional, também acaba por sofrer um decréscimo mas bastante mais ligeiro.

Quadro 3.9. Evolução do indicador Intensidade de Inovação (%)¹², por Região

<i>Unidade: %</i>	2006	2008	2010	2012
Portugal	2,0	1,3	1,4	1,6
Norte	2,3	1,8	2,0	2,2
Centro	2,3	3,7	2,4	2,0
Lisboa	1,7	0,9	1,1	1,3
Alentejo	3,6	1,9	2,1	1,5
Algarve	1,6	0,9	0,9	2,0
Açores	1,4	0,9	0,8	0,7
Madeira	2,4	0,5	0,6	2,4

Fonte: Site INE – Evolução dos Indicadores intensidade de Inovação

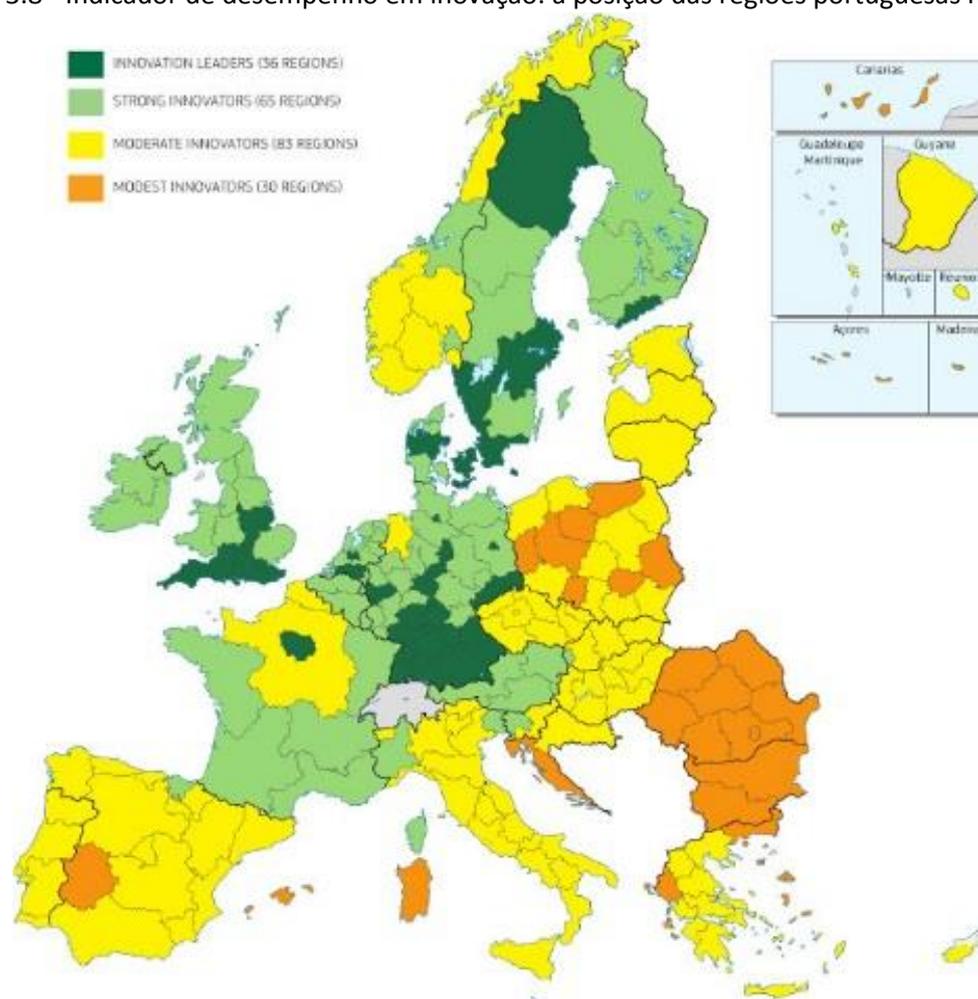
Portugal foi o estado membro que mais progrediu nos últimos anos no indicador de inovação da União Europeia, o que fez com que passasse de um inovador

¹² Não encontramos dados disponíveis para 2014.

modesto, para um inovador moderado, o que de certa forma é significativo, o que conduziu que o país subisse de 64% para 79% da média europeia no período de 2006 a 2013, no entanto baixou para 74% em 2013.

Na escala da inovação regional da U.E, Portugal não possui nenhuma região como “líder de inovação”, estando o Alentejo classificado como “inovador moderado”.

Fig. 3.8 - Indicador de desempenho em inovação: a posição das regiões portuguesas na UE



Fonte: Site Comissão Europeia – Indicador dos desempenhos de Inovação

As políticas públicas de incentivo à inovação podem assumir várias formas facilitadoras para as empresas, sendo que o apoio financeiro é relevante, e a sua inexistência pode ser considerada fator inibidor da inovação empresarial (quadro 3.10).

Como tal, no quadro 3.10 apresenta-se informação relativa à proporção de empresas apoiadas por financiamento público, segundo três fontes de financiamento

alternativas: administração local ou regional, administração central e União Europeia (UE). Da leitura do quadro percebe-se a crescente preocupação com o financiamento da inovação, uma vez que se regista um aumento generalizado da proporção de empresas financiadas por qualquer das três fontes consideradas. Tendo por base o quadro 3.10, com exceção para o período 2006 a 2008, devido as fatores referidos no parágrafo anterior, o Alentejo, tem recorrido cada vez mais ao financiamento público, de forma a aumentar a sua intensidade de inovação e acompanhar a evolução dos mercados europeus. A principal fonte de financiamento é a administração central, ou seja, é através dos fundos que o governo recebe provenientes da Comissão Europeia, que as empresas procuram crescer e inovar. As outras fontes de financiamento com o passar dos anos começam a ter um maior crescimento, o que pode indicar que as empresas comecem a apostar mais nestes financiamentos.

Quadro 3.10. Financiamento público das empresas com atividades de Inovação (produto e/ou processo), segundo a fonte de financiamento e por Região¹³

Localização geográfica (NUTS 2002 e NUTS 2013)	2004 – 2006			2006 – 2008			2008 - 2010			2010 – 2012		
	Adm. local ou regional	Adm. Central	UE	Adm. local ou regional	Adm. Central	UE	Adm. local ou regional	Adm. central	UE	Adm. local ou regional	Adm. central	EU
Portugal	1,7	8,8	4,6	1,5	9,8	4,5	2,5	18,9	6,7	4,0	21,7	10,6
Norte	1,3	9,1	4,6	1,4	10,1	4,3	2,2	20,9	6,6	3,6	25,4	11,7
Centro	1,6	12,5	4,8	1,7	12,8	5,8	1,7	24,6	8,9	5,0	25,3	11,5
Lisboa	0,4	5,5	3,8	0,5	8,0	3,5	1,0	12,8	4,6	1,4	13,4	6,3
Alentejo	5,8	8,6	4,8	0,7	6,9	1,9	6,4	14,6	6,7	6,3	15,2	9,7
Algarve	0,0	8,0	3,2	1,1	3,1	6,4	0,8	22,1	4,5	2,2	33,5	27,1
Açores	19,7	8,2	7,5	22,8	5,0	7,4	38,2	11,9	10,8	29,4	8,6	15,3
Madeira	12,7	4,8	15,1	4,2	5,5	8,9	10,1	5,7	14,3	23,7	18,4	18,9

Fonte: INE e DGEEC.

Através da base de dados da *Community Innovation Survey* (CIS) disponível no portal do Eurostat¹⁴, verifica-se ainda que, em termos da percentagem de empresas apoiadas financeiramente pelo 7º programa quadro (2007-2013) da União Europeia, em 2012, Portugal encontra-se no 13º lugar, *ex aequo* com a França e a Espanha (quadro 3.11). No que respeita ao apoio financeiro interno por parte da administração central (principal órgão de definição das políticas públicas de índole sectorial em Portugal), Portugal ocupa o 9º lugar (21,9% de empresas inovadoras apoiadas), sendo

¹³ Não encontramos dados disponíveis para 2014.

¹⁴ <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>

que este ranking é liderado pela Holanda, onde cerca de 44% das empresas inovadoras são apoiadas financeiramente pelo governo central. Finalmente, se considerarmos a proporção global das empresas que receberam algum tipo de financiamento público, Portugal mantém o 9º lugar, com 28,5%, sendo que em França (1º lugar do ranking), quase 50% das empresas recebem algum tipo de apoio financeiro (49,4%). Conforme se fez referência no paragrafo anterior tendo em conta o quadro 3.10, tanto o Alentejo como a média das regiões Portuguesas optam por recorrer com maior frequência aos financiamentos da administração central, ou seja, aos apoios do Governo, para inovarem a sua empresa, pois para além de ser um processo onde há um maior conhecimento da realidade, da situação, muitas vezes acaba por existir menos burocracia no acesso ao financiamento, e por isso muitas empresas optam por esta via e as regras também são menos apertadas do que as da União Europeia. No entanto em Portugal (quadro 3.11) apenas uma pequena percentagem de empresas receberam algum tipo de apoio público, cerca de 28.5%, e a maioria provavelmente situa-se nas grandes cidades ou litoral, daí ser importante reverter esta situação, aumentar o número de empresas concorrentes (muitas por vezes não concorrem por desconhecimento do financiamento ou por não saberem como efetuar a candidatura), de forma a melhorar os indicadores de intensidade de inovação presentes no quadro 3.10.

Quadro 3.11. Financiamento público das empresas com atividades de Inovação (produto e/ou processo), segundo a fonte de financiamento e por país¹⁵

Países	EU	Administração central	Administração local ou regional	7º Programa Quadro (2007-2013)	Empresas que receberam algum tipo de financiamento público
Alemanha	5,2	17,1	7,4	3,7	23,7
Áustria	8,5	33,2	21,0	3,1	39,7
Bélgica	5,1	13,8	15,4	3,0	26,4
Bulgária	14,4	11,0	1,5	1,5	20,3
Chipre	7,7	27,1	13,2	0,4	36,8
Croácia	3,1	21,2	5,1	0,9	24,9
Eslováquia	13,3	3,8	1,4	4,3	16,0
Eslovénia	12,8	24,3	2,1	5,2	28,3
Espanha	4,1	17,5	14,7	2,2	28,0
Estónia	14,3	22,3	1,6	3,9	31,4
Finlândia	5,9	28,4	9,3	2,9	34,9
França	7,2	19,1	11,8	2,2	49,4

¹⁵ Não encontramos dados disponíveis para 2014.

Grécia	5,8	15,2	2,5	3,2	18,2
Holanda	5,5	44,3	8,2	1,6	46,9
Hungria	33,8	23,3	2,1	3,5	45,6
Itália	3,6	6,6	15,8	0,8	22,0
Lituânia	19,2	6,6	1,9	2,4	21,1
Luxemburgo	1,9	10,2	10,7	1,5	19,5
Malta	12,5	16,8	:	0,4	25,4
Polónia	19,5	8,4	4,6	3,8	23,2
Portugal	10,5	21,9	3,9	2,2	28,5
República Checa	17,1	13,0	2,8	3,2	24,8
Roménia	11,1	7,0	3,5	2,1	17,5
Sérvia	3,4	21,6	8,4	0,8	28,6
Suécia	5,8	8,8	:	:	13,0
Turquia	1,8	22,0	3,6	0,6	24,0

Fonte: EUROSTAT; Notas: o símbolo : significa que não há dados disponíveis.

Quadro 3.12. Empresas sem atividade de inovação na fase final do QREN 2007-2013: fatores de impedimento às atividades ou projetos de inovação classificados com o “grau de importância alto”, por Região, no biénio 2012-2014

Localização geográfica (NUTS 2013)	Falta de financiamento interno para a inovação	Falta de crédito ou capital privado	Falta de pessoal qualificado dentro da empresa	Dificuldades na obtenção de subsídios ou apoios públicos para a inovação	Falta de parceiros de cooperação	Mercado com procura incerta para as suas ideias de inovações	Demasiada concorrência no mercado de atuação da empresa
	%	%	%	%	%	%	%
Norte	10,7	7,6	3,3	9,1	4,0	5,1	7,7
Centro	11,2	7,5	3,6	8,1	2,9	4,6	5,4
Área Metropolitana de Lisboa	6,8	6,3	0,9	5,6	2,9	4,1	5,5
Alentejo	9,6	9,7	2,6	9,3	2,1	4,0	8,4
Algarve	14,7	12,5	3,4	7,0	2,9	3,8	11,4
Açores	6,9	5,0	1,4	5,5	4,3	6,9	6,2
Madeira	2,6	7,5	0,0	2,8	0,8	2,0	2,6

Fonte: INE e DGEEC.

Numa perspetiva de contributo para o desenho de políticas públicas futuras no âmbito da inovação, no quadro 3.12. apresentam-se os principais fatores de impedimento à inovação identificados pelas empresas não-inovadoras em 2012-2014. Os que assumem maior peso continuam a estar relacionados com o financiamento, interno, público e bancário. De certa forma, o fato de o Alentejo se situar no interior, só por si é uma condicionante para o desenvolvimento económico de muitas empresas, mesmo optando pelo financiamento público. Nestes casos, nem sempre correm bem, uns nem chegam a começar o processo, outros terminam a meio da candidatura e outros casos como os presentes no quadro 3.12, que chegam ao final do

projeto e não conseguem implementar a atividade de inovação. Essa dificuldade na nossa região deve-se a fatores como, a falta de financiamento interno e apoios públicos para a inovação, ou seja, muitas vezes as verbas destinadas para o efeito não são suficientes para que a inovação pretendida fique a funcionar em pleno e para além destes financiamentos não há outras alternativas que forneçam o apoio ou o subsídio que falta. Outro fator é a falta de crédito ou financiamento privado, esta situação acontece porque os financiamentos não são suportados a 100% pela entidade pública, logo a restante percentagem têm que ser da responsabilidade da empresa e esta muitas vezes não têm capacidade de se auto financiar ou os bancos não concedem empréstimos. Outra variável de impacto está relacionada com a concorrência, pois por vezes existem muitas empresas para o mesmo ramo de negócio na mesma localidade e quando são pequenas cidades ou vilas mais difícil se torna implementar o negócio.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, e de uma forma breve, podemos afirmar que o Alentejo, sendo uma região do interior do país e estando muitas vezes com níveis mais baixos do que se “pratica” a nível nacional é de total importância e sempre bem-vinda toda e qualquer atitude sobretudo das empresas para que se fixem na nossa região e contribuam para o seu crescimento. A região têm feito um percurso de preparação de instrumentos estratégicos com vista ao estímulo do conhecimento, da inovação e da transferência de tecnologia, aplicados ao desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, e melhoria de já existentes. Estes instrumentos têm-se tornado modelos estratégicos, que de forma mais ou menos assertiva, têm contribuído para o alargamento das opções da região neste domínio. É a partir deste instrumentos que se procuram melhores resultados decorrentes da nova configuração de abordagem do conhecimento, da tecnologia e da inovação no processo de desenvolvimento regional, beneficiando igualmente da avaliação e maturação das experiências anteriores.

É importante aumentar o investimento, sobretudo em regiões deficitárias em atividades inovadoras (produto, processo, organizacional e marketing) que iremos aprofundar mais à frente. Ao reforçar-se o investimento empresarial em atividades inovadoras está a promover-se o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil do tecido económico da região, através do desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos

resultados de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos e ainda a criação de emprego qualificado.

Segundo o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, outro elemento que pode ser considerado inovador é o reforço da capacidade empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços através de investimento em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam de certa forma para a progressão na cadeia de valor. O Alentejo precisa de investimentos no domínio da diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, bem como nas suas fileiras produtivas e cadeias de valor que deverão ser mais alargadas e ter capacidade para gerar mais valor acrescentado.

3.3 Competitividade

Um dos principais focos dos Programas Operacionais visa aumentar a competitividade, neste caso do Alentejo, dotá-lo de ferramentas capazes de fazer face quer à concorrência nacional quer internacional. Para isso é necessário aumentar a produtividade, melhorar a capacidade de respostas a situações com que a região se depara e consolidar uma presença ativa no mercado global, através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade.

Através dos Programas Operacionais com vista a melhorar os fatores dinâmicos da competitividade¹⁶, podem ser efetuadas melhorias em áreas como: 1. Propriedade industrial; 2. Criação Moda & Design; 3. Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; 4. Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); 5. Qualidade; 6. Ambiente; 7. Inovação; 8. Diversificação e eficiência energética; 9. Economia Digital; 10. Comercialização e Marketing; 11. Internacionalização; 12. Responsabilidade Social e Segurança e Saúde trabalho.

Uma referência importante do ponto de vista da competitividade é a taxa de cobertura das importação pelas exportações, que é a percentagem das vendas de bens e serviços ao resto do mundo (exportações) relativamente às compras (importações). A taxa de cobertura é inferior a 100% quando se importa mais do que se exporta, e é superior a 100% quando se exporta mais

¹⁶ Fatores dinâmicos de Competitividade – Aviso 07 SI 2011

do que importa. Pode observar-se no quadro 3.13 a evolução desta taxa no nosso período de estudo na região do Alentejo e ver também a sua evolução em termos nacionais

Quadro 3.13. – Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Localização geográfica (NUTS - 2002) (1)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual						
	Período de referência dos dados (2)						
	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	82,97	80,20	71,92	63,55	61,69	60,52	63,90
Continente	84,76	81,68	72,87	64,41	62,50	60,79	64,73
Norte	141,61	142,40	125,04	115,92	112,49	106,70	111,42
Centro	124,36	126,72	114,46	120,57	120,11	108,96	111,03
Lisboa	50,89	46,72	41,44	32,92	32,02	31,86	33,21
Alentejo	134,08	139,53	116,87	101,65	101,02	107,64	113,44
Algarve	62,62	66,53	56,04	52,74	43	42,15	42,72
Região Autónoma dos Açores	65,16	53,76	65,36	36,04	48,64	40,11	29,90
Região Autónoma da Madeira	75,93	83,45	52,40	37,03	39,21	37,72	25,18

Fonte: Pordata e INE

Ao longo do período 2007-2013 o Alentejo deparou-se com uma situação onde as exportações eram superiores às importações, em 2007 a taxa de cobertura era de 113,44% valor que baixou entre 2008 e 2010, muito por força da crise que se viveu na europa, o que levou a uma diminuição das exportações, fixando-se nos 101.65%, mas que a partir dai foi sempre a subir atingindo o valor mais alto do período fixando-se nos 134.08%. Se compararmos esta realidade com a média nacional podemos ver que a taxa de cobertura é inferior a 100%, logo, acaba por se importar mais do que se exporta, por exemplo em 2007 o valor da taxa de cobertura era de 63.90% e em 2013 de 82.97%, comparativamente mais baixo que o Alentejo. Para uma análise mais precisa, podemos observar o comportamento da taxa de cobertura em todo o Alentejo, no quadro 3.14

Quadro 3.14 – Taxa de cobertura das importações sobre as exportações nas NUTTS III Alentejo

Localização geográfica (NUTS - 2002) (1)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual						
	Período de referência dos dados (2)						
	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
	%	%	%	%	%	%	%
Alentejo Litoral	154,90	133,29	154,48	169,95	131,08	200,33	181,68
Alto Alentejo	167,87	191,01	94,62	68,89	118,41	94,06	89,59
Alentejo Central	163,95	170,62	161,21	173,42	190,21	174,01	187,32
Baixo Alentejo	501,32	617,23	547,14	440,65	473,26	528,02	818,61

Fonte Pordata e INE

Tendo em conta o quadro 3.14, pode observar-se que a taxa de cobertura das importações pelas exportações no período de estudo, 2007 – 2013, apresenta sempre valores bastante elevados, o valor mais baixo registou-se em 2010 no alto Alentejo com 68.89% mas a partir desse ano os valores voltaram a subir consideravelmente. Por outro lado o valor mais elevado registou-se em 2007, com 818.61%, registado no baixo Alentejo. Tendo em conta o ano de início e de fim do estudo, pode dizer-se que em 2013 estas percentagens apresentavam-se mais baixas que em 2007 com exceção do alto Alentejo que subiu. Estes valores podem indicarnos uma tendência onde se exporta mais do que importa, muito em parte por culpa da crise que se sentiu e da necessidade da criação de novos produtos que abram as portas ao exterior. Considerando a capacidade exportadora como um indicador de competitividade pode-se afirmar que o Baixo Alentejo é a região que revela maior competitividade externa e o Alto Alentejo a que demonstra menor competitividade.

Quadro 3.15 – Exportações no Alentejo (em milhões de euros)

Exportações					
Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Alentejo	1.699.198.391	2.266.227.001	2.665.284.194	2.735.571.880	2.858.569.240
Alentejo Litoral	369.910.568	685.174.315	858.460.312	593.842.158	642.410.218
Baixo Alentejo	336.757.391	434.199.785	519.277.311	535.794.380	530.198.123
Lezíria do Tejo	523.068.795	588.505.672	684.252.719	748.530.702	781.229.067
Alto Alentejo	X	x	159.156.286	393.861.610	422.795.935
Alentejo Central	X	x	444.137.566	463.543.030	481.935.897

Fonte: Pordata

Para uma noção mais concreta dos milhões de euros que o Alentejo exporta, no quadro abaixo podemos observar as exportações no período de 2009 – 2013 (2007 e 2008 não encontramos dados), e pode verificar-se que as exportações têm vindo a aumentar de uma forma geral com destaque para Alentejo Litoral, devido em parte ao porto de Sines e à refinaria de petróleo, e para a Lezíria do Tejo.

Quadro 3.16 Importações no Alentejo (Valores em milhões de euros)

Importações					
Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Alentejo	1.681.961.036	2.229.488.989	2.280.575.234	1.960.534.551	2.131.970.520
Alentejo Litoral	282.204.894	403.150.769	555.722.612	445.534.765	414.734.418
Baixo Alentejo	71.157.642	98.537.185	94.907.930	86.806.611	105.759.589
Lezíria do Tejo	1.031.553.246	1.264.325.483	1.179.091.127	951.233.303	1.065.932.865
Alto Alentejo	X	x	183.748.070	211.407.846	263.697.609
Alentejo Central	X	x	267.105.495	265.552.026	281.846.039

Fonte: Pordata

A par das exportações também as importações têm vindo a aumentar, daí a taxa de cobertura das importações pelas exportações ser elevada, conforme verificamos no quadro 3.16. No caso concreto das importações, tal como nas exportações, também é o Alentejo litoral e a Lezíria do Tejo que apresentam valores mais elevados, comparativamente às restantes regiões do Alentejo. Estes valores podem ser mais elevados nestas regiões, por se tratarem de locais com maior número de população, o que gera a necessidade de obtenção de um maior número de bens.

Quadro 3.17 – Volume de negócios e Valor acrescentado Bruto no Alentejo (em milhares euros)

Anos	Volume de negócios				Valor Acrescentado Bruto			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Alentejo	14.756.768	14.788.531	14.035.717	14.257.692	3.625.191	3.452.982	2.986.405	3.016.454
Alentejo Litoral	2.459.640	2.751.423	2.244.798	2.342.607	566.543	621.179	447.990	470.878
Baixo Alentejo	1.831.651	1.866.825	1.849.628	1.852.486	636.932	594.711	566.453	549.752
Lezíria do Tejo	6.112.612	5.837.903	5.626.060	5.643.273	1.320.974	1.190.888	1.088.007	1.080.028
Alto Alentejo	1.718.591	1.694.653	1.856.025	1.958.526	413.585	380.666	315.082	362.171
Alentejo Central	2.634.275	2.637.726	2.459.206	2.460.801	687.157	665.538	568.873	553.625

Fonte: Pordata

No quadro 3.17 podemos observar o volume de negócios e o valor acrescentado bruto, nas diferentes regiões do Alentejo e Lezíria do Tejo, no período compreendido entre 2010 e 2013 (não foram encontrados valores de 2007 até 2009), estes valores dizem respeito ao total de todas as atividades económicas desenvolvidas na região. De uma forma geral tanto o volume de negócio como o VAB mantiveram-se constantes, acabando por não se verificar grandes

oscilações no período. Estes valores podem estar associados de certa forma à retração de muitas empresas em aumentar o investimento muito por culpa da crise que se vivia, e nas dificuldades no acesso à banca, o que retraia as empresas de certos investimentos que não se saberia se ia ou não ter o retorno desejado.

Quadro 3.18 – Valor acrescentado bruto por sector de atividade

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual			
		Período de referência dos dados			
		2013	2012	2011	2010
		€	€	€	€
Alentejo Litoral	Total	470877888	447990393	621178563	566543338
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	74211698	63976580	63965263	58977523
	Indústrias extrativas	1080700	1918624	2798405	2540881
	Indústrias transformadoras		26921035	115429764	107520073
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4792733	729042	1553346	1038875
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	14000569	15904980	19294353	12953549
	Construção	35375879	39688062	92674610	58242678
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	67913882	66172814	78168162	79327715
	Transportes e armazenagem	128417595	114765626	110680432	120567122
	Alojamento, restauração e similares	32101941	36726946	48419331	44425507
	Atividades de informação e de comunicação			903038	622659
	Atividades imobiliárias	9992527	15013538	15780677	23037710
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13037791	15503548	16699159	17404541
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	25591611	28003258	33816981	20424897
	Educação			2894204	3558535
	Atividades de saúde humana e apoio social	7458599	8097225	8438874	8657809
	Atividades artísticas, de espetáculos	5706362	4329125	5046572	2002572
	Outras atividades de serviços	4167543	4050457	4615392	5240692
Baixo Alentejo	Total	549752149	566453302	594711178	636931737
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	65711579	52294424	38935427	39039337
	Indústrias extrativas	228074406	262128649	276071381	298690039
	Indústrias transformadoras		41888940	49132511	52181040
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	35149591	37520729	33646287	30240448
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	7602667	6866580	5346208	5854034
	Construção	20115061	19271040	24314242	30438448
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	73689256	73618361	81471855	87860806
	Transportes e armazenagem	5860372	5212379	6042072	6623093
	Alojamento, restauração e similares	19305423	21825255	27900430	29023773
	Atividades de informação e de comunicação			891537	925863
	Atividades imobiliárias	3152390	2185735	2802208	3318071
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16845199	16483071	17788061	17604795
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	7399066	7462876	8586986	9942690
	Educação			3688742	5209177
	Atividades de saúde humana e apoio social	9011380	10124074	12112330	13681869
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1292388	1320695	1440090	1746574
	Outras atividades de serviços	4997382	4482276	4540811	4551680

Lezíria do Tejo	Total	1080027952	1088007170	#####	1320974482
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	92292926	99676406	87201975	99410248
	Indústrias extrativas	16236831	16805365	18518138	20237360
	Indústrias transformadoras		380238737	384631526	391812413
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11042851	11629841	549094	
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	40677142	43226427	40907899	43138434
	Construção	55469591	58005499	88930140	118381935
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	215155409	210011794	257084286	288347832
	Transportes e armazenagem	79042642	68576631	77558213	89736025
	Alojamento, restauração e similares	27683328	31656899	44923644	49909169
	Atividades de informação e de comunicação			10472406	8389648
	Atividades imobiliárias	8603423	6662748	10123135	16805019
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	34349861	33938670	37136822	39493546
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	68856247	64651229	76373000	90240953
	Educação	6017845		6685740	10745813
	Atividades de saúde humana e apoio social	31583963	31458482	33887365	36179226
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5082713	3346556	3320130	
	Outras atividades de serviços	10132458	11661039	12584507	13636196
Alto Alentejo	Total	362170515	315081580	380666265	413584674
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	27265216	19852277	22747342	22007687
	Indústrias extrativas	1180524	1127101	2757532	1680430
	Indústrias transformadoras		40376215	67842345	74153239
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5093771	3852878	4742915	
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	16485601	15975566	15118998	14452522
	Construção	20993068	21970400	25920560	28579349
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	130305013	123537464	140187972	152512961
	Transportes e armazenagem	11690494	11819185	12919639	16369200
	Alojamento, restauração e similares	27109559	24105808	33133249	35967228
	Atividades de informação e de comunicação			1212093	1318923
	Atividades imobiliárias	5482994	5176626	6051490	7383075
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	20992143	20505702	19927176	20420239
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4745542	5572137	6997219	7630169
	Educação	3135204		3330345	3774583
	Atividades de saúde humana e apoio social	9789435	10106811	11575469	12818822
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2637938	2035384	2496041	
	Outras atividades de serviços	4773776	4752590	3705880	4757593
Alentejo Central	Total	553625207	568872803	665538347	687156512
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	48640913	38049645	44711430	47986596
	Indústrias extrativas	8289816	9836485	10857906	11069237
	Indústrias transformadoras		190624068	231120983	225092824
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	59705	58594	-8774	
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	10549942	12758051	13171349	11512391
	Construção	30309451	32719861	46777490	57951794
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	109528276	111265595	122276928	139016478
	Transportes e armazenagem	23487336	24266756	27626428	17315366
	Alojamento, restauração e similares	33440644	40183684	52619120	52435395
	Atividades de informação e de comunicação			13422230	10504562
	Atividades imobiliárias	1832022	5140258	6416972	7513564
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	25618306	26212998	31592437	32078593

Atividades administrativas e dos serviços de apoio	16365348	15284099	16953118	18318768
Educação	4033612		5299537	9859040
Atividades de saúde humana e apoio social	27251526	28783277	30724173	31667874
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2479386	2946775	3454552	
Outras atividades de serviços	7253327	7302892	8522468	10510683

Fonte: Pordata

Uma variável a ter em conta é o valor acrescentado bruto por sector de atividade que nos permite analisar o comportamento de cada atividade e por cada região do Alentejo. Tendo em conta o quadro 3.18 pode verificar-se que no Alentejo Litoral o VAB tem vindo a diminuir, no entanto em 2013 parece começar a aproximar-se para os valores de 2010, o que revela uma ligeira melhoria na economia nesta região e uma maior aposta no investimento por parte das empresas, sendo que as empresas com um VAB mais elevado estão associadas a atividades como transportes e armazenamento, dada a localização do porto e da refinaria de petróleo em Sines é perfeitamente normal que assim seja, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, atividades administrativas e comércio por grosso e a retalho. Pode dizer-se que o sector terciário predomina nesta região do Alentejo.

Se olharmos para o baixo Alentejo, a situação é diferente, pois o VAB baixa de ano para ano o que demonstra um decréscimo do desenvolvimento económico, e predomina a indústria extrativa, comércio por grosso e a retalho e alguma agricultura. No que se refere ao alto Alentejo, o comportamento do VAB é semelhante ao Alentejo litoral, no sentido em que também decresceu mas começa em 2013 a aproximar-se dos valores praticados em 2010, o que demonstra alguma recuperação em termos económicos. Quanto às empresas há a destacar as atividades de comércio por grosso e a retalho, alguma agricultura e alojamento e restauração e similares, não que a sua capital de distrito seja muito procurada por turistas mas as zonas envolventes como Marvão e Castelo de Vide podem contribuir para estes valores mais elevados.

O Alentejo Central apresenta o VAB idêntico ao baixo Alentejo, ou seja, apresenta uma diminuição constante do período apresentado, quanto às atividades das empresas há a destacar o comércio por grosso e a retalho, a indústria extrativa que muito contribui Borba, Estremoz e Vila Viçosa e o Alojamento Restauração e similares, devido à forte procura turista desta zona do Alentejo.

Por fim temos a Lezíria do Tejo, que apresenta o VAB mais alto do nosso estudo, muito por culpa da sua localização geografia, que já não é tão no interior do país e fica próximo de zonas como Lisboa, o que facilita as relações comerciais. No entanto os seus valores diminuíram mas em 2013 começava a notar-se um ligeiro crescimento. Quanto aos serviços há a destacar o comércio por grosso e a retalho a agricultura e as atividades administrativas e serviços de apoio.

Há a destacar o Alentejo Litoral, a Lezíria do Tejo e o Alto Alentejo, que começam a melhorar ligeiramente os seus resultados, mostrando alguma recuperação, por outro lado, o baixo Alentejo e o Alentejo central ainda não mostram essa evolução neste período de análise.

3.4 Dispersão Regional

Uma vez que as atividades económicas não se desenvolvem de forma uniforme no espaço, faz com que existam diferentes padrões de localização dessas atividades, geram estruturas produtivas diferenciadas das unidades territoriais que integram o espaço de estudo. Para se compreender esta distribuição podem utilizar-se indicadores de localização das atividades e de especialização das unidades territoriais que, sendo medidas de índole descritiva, permitem-nos caracterizar as diferentes atividades existentes, em termos de nível de concentração espacial e caracterizar diferentes unidades territoriais através do nível de especialização das suas estruturas produtivas.

Quando se efetua a comparação das características da distribuição espacial de uma variável de referência, o que se obtém são os indicadores relativos de localização, sendo definidos a partir do cálculo de quocientes e dos desvios. Dentro destes indicadores destacamos os quocientes de localização e os coeficientes de localização.

O quociente de localização (QL) de um sector k na unidade territorial i determina-se pela comparação entre o contributo relativo da unidade territorial i em termos do sector k para o valor total desse sector, com o contributo relativo dessa mesma unidade territorial para um agregado territorial de referência, ou seja, permite avaliar o nível de concentração relativa do sector de atividade k na unidade territorial i .

$$QL_{ik} = \frac{\frac{x_{ik}}{x_k}}{\frac{x_i}{x}}$$

Quanto ao coeficiente de localização, o mesmo indica o grau de semelhança entre o padrão de localização desse sector e o padrão de localização do agregado territorial de referência, obtendo-se assim uma medida de proximidade ou divergência de dois padrões de localização.

$$CL_k = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^I \left| \frac{x_{ik}}{x_k} - \frac{x_i}{x} \right|$$

No quadro 3.19 apresentam-se os resultados do cálculo dos principais indicadores de localização referente às diferentes tipologias de investimento. A análise do valor do quociente de localização permite determinar que regiões constituem polos de concentração relativa de cada tipologia de investimento. De acordo com os valores apresentados observamos que o empreendedorismo, I&DT e transferência de tecnologia bem como a Inovação estão mais implementados no Alentejo Litoral, muito por culpa do porto de Sines que acaba por dar grande contributo nestas tipologias. Quanto à energia/ambiente esta tipologia de investimento encontra-se com maior facilidade nas localidades do alto Alentejo, sendo que os projetos individuais e cooperação apresentam maior concentração no Alentejo Central.

O coeficiente de localização permite avaliar o padrão de localização de um dado sector relativamente a um modelo territorial de referência, neste caso o padrão de localização do número total de empresas em todo o Alentejo. Assim em termos globais o sector que apresenta um coeficiente de localização mais diferenciado, embora não muito diferente dos projetos de cooperação, acaba por ser a tipologia de investimento em I&DT e transferência de tecnologia, sendo o que apresenta o valor mais elevado neste indicador. Em sentido inverso nos projetos individuais a distribuição espacial do número de empresas está mais próximo do número total de empresas. Estes resultados evidenciam que o padrão de distribuição dos diferentes tipos de investimento financiados pelo QREN no período 2007-2013 acompanhou as diferenças relativas das subregiões.

Quadro 3.19 - Quociente de Localização – Nº de Projetos

Tipologia de Investimento	Quociente de localização - nº de projetos						Coeficiente Localização	Índice de Herfindahl	Índice de Entropia
	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Alto Alentejo	Alentejo Litoral	Lezíria Tejo	Lisboa/Coimbra/Multi distritos			
Empreendedorismo	0,7644	0,8998	0,7531	1,0041	1,3904	1,0848	0,1148	0,2541	0,6672
Energia ou Ambiente	0,6657	0,2865	1,4157	0,1770	1,9603	0,0000	0,3280	0,3904	0,5061
I&DT e Transferência de Tecnologia	0,2430	0,0000	0,5815	2,3259	1,9819	0,0000	0,4460	0,4184	0,4581
Inovação	0,8962	0,9481	0,5559	1,1119	1,3112	0,4805	0,1035	0,2564	0,6508
Projecto em Cooperação	1,7012	0,0000	0,0000	0,0000	1,7342	0,0000	0,4178	0,5000	0,3010
Projecto Individual	1,1503	1,0249	1,0725	0,9820	0,7983	1,1726	0,0604	0,2240	0,6972
(em branco)	1,0404	1,1204	1,2827	0,9779	0,7683	1,2293	0,0695	0,2114	0,7102

Fonte: Cálculos do autor

Quadro 3.20 - Quociente de Localização – Volume de Negócios por Tipologia de Investimentos

Tipologia de Investimento	Quociente de localização - Volume de Negócios por Tipologia de Investimento												Coeficiente Localização		Índice de Herfindahl		Índice de Entropia	
	Alentejo Central		Baixo Alentejo		Alto Alentejo		Alentejo Litoral		Lezíria Tejo/ Médio Tejo		Lisboa/Coimbra/Multi distritos							
	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto	VN Pre Projeto	VN Pos Projeto
Empreendedorismo	0,1644	--	9,2414	--	1,1027	--	0,0000	--	0,0977	--	0,0000	--	0,7325	0,0000	0,6712	--	0,2885	--
Energia ou Ambiente	0,7582	--	1,2191	--	2,1580	--	0,0716	--	1,2343	--	0,0000	--	0,2394	0,0000	0,3415	--	0,5404	--
I&DT e Transferência de Tecnologia	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,0000	0,0000	--	--	--	--
Inovação	0,7592	--	1,3798	--	1,4381	--	1,6126	--	0,8910	--	0,4460	--	0,1445	0,0000	0,2235	--	0,7080	--
Projecto em Cooperação	--	0,0000	--	0,0000	--	0,0000	--	0,0000	--	1,3461	--	0,7811	0,0000	0,2537	--	0,9741	--	0,0304
Projecto Individual	1,4335	3,0931	1,1298	2,8331	1,0230	4,0164	0,8317	1,9563	1,0042	0,3610	0,1149	0,7011	0,1012	0,4735	0,2778	0,2430	0,6324	0,6689
(em branco)	0,8010	0,7634	0,6620	0,7961	0,6547	0,6475	0,9895	0,9061	1,0199	1,0712	2,0483	1,0432	0,1072	0,0529	0,2548	0,6292	0,6780	0,3597

Fonte: Cálculos de autor

Quanto ao Índice de Herfindahl indica-nos a maior ou menor concentração espacial das empresas no território,

$$H_k = \sum_{i=1}^I \left(\frac{x_{ik}}{x_k} \right)^2$$

No nosso estudo de caso, este indicador confirma a maior concentração de empresas que apostaram nos projetos de cooperação e em projeto de I&DT e transferência de tecnologia, ainda que os valores sejam relativamente baixos.

Também podemos calcular o Índice de entropia, que confirma os resultados do índice de Herfindahl.

$$E_k = - \sum_{i=1}^I \left[\left(\frac{x_{ik}}{x_k} \right) * \log \left(\frac{x_{ik}}{x_k} \right) \right]$$

Considerou-se interessante repetir esta análise para o Volume de Negócios de forma a avaliar se a concentração dos projetos de maior dimensão se verifica em alguma sub-região ou em algum sector de atividade (quadro 2).

Quanto ao quociente de localização associado ao volume de negócios, o mesmo foi calculado de duas formas, ou seja, pré-projeto e pós-projeto porque numa percentagem muito significativa a base de dados não tem os valores pós-projeto para esta variável. Em situação de pré-projeto podemos destacar com um quociente de localização mais elevado em termos de empreendedorismo o Baixo Alentejo, em termos de Energia e Ambiente o maior quociente acaba por ser na Lezíria do Tejo, seguida de perto pelo Baixo Alentejo. No que respeita à inovação, a mesma existe em maior número no Alentejo Litoral, podendo este valor estar associado a Sines. Quanto aos projetos individuais a maior concentração localiza-se no Alto Alentejo. Este resultado mostra que, ainda que em número de projetos o alto o baixo Alentejo não estejam muito diferentes do padrão médio de todo o Alentejo, quando avaliamos a dimensão financeira dos mesmos projeto é evidente que esta é maior nestas sub-regiões.

Quanto ao coeficiente de localização dos projetos no que respeita ao volume de negócios em pré-projeto o tipo de investimento que apresenta um padrão de localização mais concentrado é o empreendedorismo, sendo o que apresenta o valor mais elevado deste indicador. Em sentido inverso temos o I&DT e transferência de tecnologia e os projetos de cooperação que apresentam valores nulos. Quanto ao volume de negócios pós-projeto disponível os projetos individuais apresentam maior concentração, onde grande parte dos mesmos é nulo.

Quanto aos Índices de Herfindahl e de entropia a maior concentração do volume de negócios verifica-se nos projetos de empreendedorismo, considerando a situação de pré-projeto, e em pós-projeto destacam-se os projetos de cooperação.

Para finalizar a análise vamos observar o comportamento dos indicadores no emprego pré-projeto e pós-projeto, que consta no quadro 3.

Quanto ao quociente de localização associado ao emprego, o mesmo foi repartido em pré-projeto e pós-projeto por razões semelhantes. Em situação de pré-projeto podemos destacar com um quociente de localização mais elevado os projetos de empreendedorismo no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, em termos de Energia e Ambiente, I&DT e transferência de energia e Inovação o maior quociente acaba por ser na Lezíria do Tejo. No que respeita à inovação, a mesma existe em maior número no Alentejo Litoral, podendo este valor estar associado a Sines. Quanto aos projetos individuais a maior concentração localiza-se no Alto Alentejo. Se olharmos numa perspectiva pós-projeto a maior concentração foi nos projetos individuais com destaque para o Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo/ Medio Tejo.

Quanto ao coeficiente de localização do emprego em pré-projeto o tipo de investimento que apresenta um padrão de localização mais diferenciado é o I&DT e transferência de tecnologia, sendo o que apresenta o valor mais elevado deste indicador. Em sentido oposto temos os projetos individuais e os projetos de cooperação que apresentam valores bastante mais reduzidos. Quanto ao volume de negócios pós projeto os projetos de cooperação apresentam os maiores indicadores, onde grande parte dos mesmos é nulo.

Quadro 3.21- Quociente de localização – Emprego por Tipologia de Investimento

Tipologia de Investimento	Quociente de localização - Emprego por Tipologia de Investimento												Coeficiente Localização		Índice de Herfindahl		Índice de Entropia	
	Alentejo Central		Baixo Alentejo		Alto Alentejo		Alentejo Litoral		Lezíria Tejo/ Médio Tejo		Lisboa/Coimbra/Multi distritos							
	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	Emp Pré Projeto	Emp Pós Projeto	VN Pré Projeto	VN Pós Projeto	VN Pré Projeto	VN Pós Projeto	VN Pré Projeto	VN Pós Projeto
Empreendedorismo	0,9155	--	1,9303	--	0,9236	--	1,2368	--	0,8316	--	0,0000	--	0,1120	--	0,2351	--	0,6626	--
Energia ou Ambiente	1,0021	--	0,4435	--	1,4997	--	0,3149	--	1,1786	--	0,0000	--	0,1352	--	0,3397	--	0,5442	--
I&DT e Transferência de Tecnologia	0,4017	--	0,0000	--	0,2455	--	1,1803	--	1,7958	--	0,0000	--	0,3489	--	0,5811	--	0,3541	--
Inovação	0,8221	--	1,0012	--	0,5578	--	1,3198	--	1,1724	--	0,4597	--	0,1050	--	0,3125	--	0,6006	--
Projecto em Cooperação	--	0,0000	--	0,0000	--	0,0000	--	0,0000	--	1,2279	--	75,3216	--	0,7197	--	0,5556	--	0,2764
Projecto Individual	1,1588	0,9871	0,9728	0,8891	1,0347	0,9200	1,0317	1,0428	0,9145	1,0996	0,1308	0,3896	0,0479	0,0332	0,2663	0,2399	0,6326	0,6618
(em branco)	1,0350	1,0094	1,1327	1,0769	1,3697	1,0556	0,7292	0,9711	0,8621	0,9313	2,6904	1,3810	0,0855	0,0228	0,2427	0,2265	0,6769	0,6862

Fonte: Cálculos do autor

Quanto aos Índices de Herfindahl e de entropia a maior concentração do emprego está centrada nos projetos de I&DT e transferência de tecnologia, considerando a situação de pré-projeto, e em pós-projeto destacam-se os projetos de cooperação no índice de Herfindahl e no índice de entropia.

4. Legislação de base dos Fundos Comunitários QREN 2007-2013

Ao longo do nosso período de estudo, ou seja, 2007 a 2013 foi surgindo variadíssima legislação com uma regulamentação específica para aquela altura, neste capítulo vamos procurar explicá-la de uma forma simplificada. Para se conseguir ter uma melhor percepção do que se vai tratar, o nosso capítulo irá dividir-se em três secções, como sendo, Sistemas de Incentivos à Qualificação e Internacionalização (SI Qualificação), Sistemas de incentivo à Inovação (SI Inovação) e Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT).

4.1 Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)

A primeira legislação a ser conhecida foi a legislação para Sistemas de Incentivo (SI) à qualificação e Internacionalização das pequenas e médias empresas (PME), designado *SI Qualificação de PME*. Poder-se-ia concorrer a estes fundos de forma individual ou em cooperação.

De acordo com o regulamento *SI Qualificação de PME*, a apresentação de candidaturas processava-se através de concursos, onde os avisos de abertura eram definidos pelos órgãos de gestão com competência para tal, pelos meios legais, e também no sítio na internet e no portal “incentivos QREN”.

Neste ponto iremos abordar toda a legislação relevante que foi surgindo ao longo do período em análise, sendo o seu principal objetivo solucionar as dificuldades de evolução das empresas quer no mercado nacional, quer no mercado internacional e verificar se realmente eram eficazes na resolução do problema.

Na metodologia de apuramento do mérito do projeto apesar de cada um ter a sua fórmula específica é necessário ter em consideração o fator em comum para todos

eles, ou seja, os seus critérios de pontuação, que são atribuídas numa escala de 1 a 5 o que vai definir o Mérito do Projeto. Quando o Mérito do Projeto na sua fase pós – projeto for inferior ao que foi determinado no início da candidatura pode conduzir a uma resolução do contrato de concessão dos incentivos.

O *SI Qualificação PME* incentivava projetos tendo em conta a capacidade financeira das empresas, através da utilização dos fatores dinâmicos de competitividade. Considerando as condições da economia portuguesa, a concentração de investimento para atividades transacionáveis e a conseqüente orientação das empresas portuguesas para o mercado externo, eram as principais prioridades, nunca deixando para trás o foco da competitividade empresarial. O seu âmbito territorial era o conjunto de todas as regiões NUTS II do continente. Quanto à tipologia de projetos a apoiar dependeria do que ficasse definido na legislação do concurso específico, ou seja, se fosse um projeto individual ou cooperação só esse tipo de projetos seria elegível. Quanto às despesas elegíveis grande parte dos projetos aceitava despesas em formação de recursos humanos, desde que não ultrapassasse os 30% do total do projeto, como é o caso dos projetos individuais e de cooperação, programa estratégico +E+I – projetos individuais e os Projetos individuais de internacionalização e qualificação.

Um aspeto que importa referir são as diferentes metodologias de apuramento do mérito do projeto, que acabaram por diferir em caso de projetos individuais ou conjuntos. Começamos pelos projetos individuais que também poderiam ser individuais para a internacionalização. Neste caso a formula para o cálculo do mérito do projeto individual seria:

$$MP = 0.25A + 0.25B + 0.20C + 0.10D + 0.10E + 0.10F$$

Legenda:

A – Coerência e pertinência do projeto, no quadro de uma atuação em torno dos fatores dinâmicos de competitividade e, no caso dos projetos em cooperação, a avaliação das perspetivas de aprofundamento futuro da cooperação.

B – Grau de Integração dos Investimentos previstos no projeto, tendo em vista a melhoria da qualificação e competitividade da empresa.

- C – Carácter inovador das iniciativas constantes do projeto.
- D – Contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos.
- E – Grau de abordagem aos mercados internacionais, com o objetivo de avaliar o impacto do projeto na orientação da empresa para os mercados externos.
- F – Sustentabilidade financeira do projeto medido pelo peso dos novos capitais próprios para financiamento do projeto, sobre as despesas elegíveis.

Para os projetos individuais de Internacionalização a fórmula seria um pouco diferente:

$$MP = 0,30A + 0,30B + 0,40C$$

Legenda:

- A – Carácter inovador e consistência do projeto no quadro de uma atuação em torno dos fatores dinâmicos de competitividade;
- B – Contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos;
- C – Grau de abordagem aos mercados internacionais, com o objetivo de avaliar o impacto do projeto na orientação da empresa para os mercados externos.

Relativamente à dotação orçamental os valores eram muito idênticos com um total muito próximo dos 30 milhões euros, sendo que ao Alentejo coube uma fatia de 2 milhões e 500 mil de euros.

Importa também referir que nos projetos conjuntos e os projetos conjuntos de internacionalização, embora apresentassem uma metodologia idêntica, as percentagens a atribuir a cada rubrica seriam diferentes:

- Projetos conjuntos internacionais:

$$MP = 0.25A + 0.10B + 0.20C + 0.10D + 0.10E + 0.25F$$

- Projetos conjuntos:

$$MP = 0.25A + 0.15B + 0.20C + 0.15D + 0.15E + 0.10F$$

Legenda:

- A – Consistência, nível de pré-adesão das PME e grau de inovação das ações propostas no Plano Conjunto;

- B – Competência e experiência da equipa coordenadora e entidades externas a envolver;
- C – Efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados a outras empresas e sectores;
- D – Grau de integração e homogeneidade das PME participantes na cadeia de valor;
- E – Grau de integração dos investimentos previstos no projeto, tendo em vista a melhoria de qualificação e competitividade das empresas;
- F – Grau de abordagem aos mercados internacionais, com o objetivo de avaliar o impacto do projeto na orientação das PME para os mercados externos.

Tendo em conta a legenda acima podemos verificar o peso de cada rubrica que diferiu de projeto conjunto nacional para projeto conjuntos internacional, tendo sido dada maior importância à *competência da equipa*, ao *grau de integração e homogeneidade das PME* e dos *investimentos previstos* no primeiro grupo de projetos e ao *grau de abordagem aos mercados internacionais* no primeiro grupo de projetos.

Em termos de dotação orçamental existem algumas diferenças, pois para os projetos conjuntos internacionais o valor atribuído era cerca de 23 milhões de euros, sendo que ao Alentejo coube uma fatia de 500 mil de euros. Por outro lado em termos de projetos conjuntos apesar da fatia do Alentejo ser a mesma, a nível nacional baixou consideravelmente para os 7 milhões de euros. É sempre importante referir a existência dos vales, que eram considerados processos mais simples, sendo a metodologia de projeto a apoiar hierarquizada por ordem crescente da dimensão da empresa, medida pelo número de trabalhadores inscritos na Segurança Social no mês imediatamente anterior ao da apresentação da candidatura. No caso de empresas constituídas no ano de apresentação da candidatura, estes elementos reportavam-se aos últimos dados disponíveis. A dotação orçamental foi definida em 15 milhões de euros, cabendo ao Alentejo cerca de 2 milhões de euros.

Quadro 4.1 – Sistema de Incentivos à Qualificação

Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas; • Entidades Publicas; • Associações Empresariais
Sectores de Atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Construção; • Indústria; • Serviços; • Turismo; • Transportes e Logística; • Energia; • Comércio
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Eram suscetíveis de apoio os seguintes as seguintes tipologias de investimento tendo por base os fatores dinâmicos da competitividade: • Internacionalização; • Comercialização e Marketing; • Economia Digital; • Diversificação e Eficiência energética; • Inovação; • Ambiente; • Qualidade; • Criação moda & design; • Propriedade Industrial; • Desenvolvimento e Engenharia de produtos, processos e serviços; • Organização e Gestão das TIC; • Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho; • Igualdade de Oportunidades
Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas ao SI Qualificação processaram-se através da abertura de concursos, com os respetivos avisos divulgados pelos órgãos de gestão; • As candidaturas eram submetidas através de formulário eletrónico; • Os avisos estabeleciam as tipologias de investimento elegíveis e as modalidades de projetos aceites.
Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> • Limites máximos de 400 mil euros para projetos individuais; 180 mil euros por empresa no projeto conjunto e 25 mil euros por projeto simplificado; • Incentivo não reembolsável com uma taxa base de 45% podendo ser acrescido majorações.

Fonte: UNIDADE DE MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA - UMPP ESTUDOS - Nº1 - 2015

4.2 Sistema de Incentivos à Inovação – SI Inovação

Tendo em conta a legislação do sistema de Incentivos à Inovação, o seu objetivo passava por promover a inovação no tecido empresarial através do estímulo ao empreendedorismo qualificado. Se tivéssemos em conta a economia portuguesa, a concentração do investimento em favor das atividades transacionáveis e a

consequente concentração das empresas portuguesas para os mercados externos constituíam prioridade evidente, não podendo deixar de determinar o sentido da desejada focalização dos instrumentos do QREN de estímulo à competitividade empresarial. A prioridade assente na internacionalização não dispensava o cumprimento dos requisitos presentes no SI Inovação, os quais continuavam a exigir empresas dotadas de recursos humanos qualificados ou que desenvolvessem atividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, contribuindo, desta forma, para a alteração do perfil produtivo nacional. Importa realçar que todos estes projetos em termos de âmbito territorial estão inseridos nas regiões NUTS II do continente e que para ter acesso a estes apoios a maior parte dos projetos teria que contemplar as seguintes condições:

- a) Orientação para os mercados externos e relevância do investimento;
- b) Critério “Empreendedorismo Qualificado”
- c) Majoração em Estratégias de Eficiência Coletiva
- d) Majoração “Empreendedorismo Feminino ou Jovem”
- e) Articulação com o FEADER e restrições sectoriais
- f) Certificação de PME
- g) Número máximo de uma candidatura por promotor

Nestes casos referimo-nos a projetos de empreendedorismo qualificado; programa estratégico +E+I – Empreendedorismo Qualificado e Inovação produtiva, para os restantes apresentaremos as respetivas condições de acesso mais à frente.

Quanto à tipologia de projetos a apoiar de uma forma geral os principais pontos a assinalar eram a Produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento e a adoção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de produção, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing. No que se referia às despesas elegíveis poderíamos considerar que quase

todos estes projetos aceitavam despesas em formação de recursos humanos desde que não ultrapassasse os 30% do total do projeto, com exceção para os Programas estratégicos +E+I dedicados ao empreendedorismo qualificado e inovação produtiva.

Na metodologia de apuramento do mérito do projeto apesar de cada um ter a sua fórmula específica é necessário ter em consideração o fator em comum para todos eles, ou seja, os seus critérios de pontuação, que eram atribuídos numa escala de 1 a 5, sendo a pontuação a atribuir ao Mérito do Projeto definida com duas casas decimais. Para efeitos de seleção, a hierarquização dos mesmos era definida com valores iguais ou superiores a 1 para os critérios de primeiro nível e uma pontuação final igual ou superior a 3. Quanto ao Mérito do Projeto se o mesmo em situação pós – projeto for inferior ao inicialmente definido pode levar a uma resolução do contrato de concessão de incentivos.

Quanto á formula para o apuramento do mérito do projeto, associada ao empreendedorismo qualificado, a mesma é definida por:

$$MP = 0.30A + 0.25B + 0.20C + 0.25D$$

Existem algumas pequenas diferenças se nos focarmos em:

- Micro e pequenas empresas - $MP = 0,30A + 0,30B + 0,15C + 0,25D$

- Médias e grandes empresas - $MP = 0,30A + 0,30B + 0,25C + 0,15D$

Outra vertente é a inovação produtiva, onde também faz a distinção entre dimensão das empresas, mas com percentagens diferentes:

- Micro e pequenas empresas - $MP = 0,30A + 0,25B + 0,20C + 0,25D$

- Médias e grandes empresas - $MP = 0,30A + 0,20B + 0,35C + 0,15D$

Legenda:

A – Qualidade do Projeto;

B – Impacto da competitividade da empresa;

C – Contributo do projeto para a competitividade nacional;

D – Contribuição do projeto para a competitividade na região e para a coesão económica territorial.

Em termos de dotação orçamental, foram definidos cerca de 27.5 milhões de euros, cabendo ao Alentejo cerca de 7 milhões, no entanto se nos focarmos na inovação produtiva estes valores sobem para os 12 milhões de euros cabendo ao Alentejo uma parcela de 20 mil de euros.

Quadro 4.2 – Sistemas Incentivos Inovação

Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas
Sectores de Atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Construção; • Indústria; • Serviços; • Turismo; • Transportes e Logística; • Energia; • Comércio
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de melhorias tecnológicas com impacto na produtividade, do produto, exportações, emprego segurança industrial e da eficiência energética e ambiental; • Adoção de novos os melhorados processos ou métodos de fabrico, logística, distribuição, organizacionais ou de marketing; • Produção de novos bens ou serviços ou melhoria na produção através da aplicação de conhecimentos; • Melhoria das capacidades de produção em atividades altamente tecnológicas; • Criação de empresas sendo a base de contratação, mão-de-obra qualificada, empreendedorismo feminino e jovem; • Criação de linhas de produção com impacto a nível do produto, exportações e emprego; • Regime especial: • Projetos especiais para a economia nacional, contribuindo para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização da economia; • Associados a despesa mínima elegível de 25 milhões de euros, sujeitos a um processo negocial específico.
Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas ao SI Inovação processaram-se através da abertura de concursos, com os respetivos avisos divulgados pelos órgãos de gestão; • As candidaturas eram submetidas através de formulário eletrónico.
Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo Reembolsável; • Prazo de financiamento a 6 anos com período de carência de 3 anos; • O incentivo reembolsável poderia ser convertido em não reembolsável, tendo em conta o desempenho do projeto; • Amortização em prestações iguais e sucessivas.

Fonte: UNIDADE DE MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA - UMPP ESTUDOS - Nº1 - 2015

4.3 Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)

O Sistema de Incentivos em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) tem como principal objetivo intensificar o esforço em I&DT em especial a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas por forma a promover a articulação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico (SCT). Todos estes projetos podiam ser desenvolvidos nas regiões NUTS II do continente.

A dotação orçamental cada projeto é diferenciada, no entanto, devemos ter em conta que em todos eles, no âmbito do PO, nas regiões onde as verbas não tivessem sido atribuídas, essa parte era distribuída por outras regiões onde a dotação orçamental tivesse sido insuficiente. As dotações de cada um dos PO poderia vir a ser objeto de reforço, de forma a garantir a seleção de todos os projetos com pontuação final igual ou superior a 4.00.

Quanto à metodologia utilizada para projetos individuais a formula utilizada é a seguinte:

$$MP = 0.25A + 0.20B + 0.20C + 0.25D + 0.10E$$

Legenda:

A – Qualidade do projeto

B – Contributo para a competitividade das empresas promotoras, que conduzam a efeitos e resultados;

C – Contributo para a política nacional e/ou regional de I&DT

D – Grau de inovação do projeto;

E – Grau de integração do projeto em redes e programas europeus e internacionais de I&DT.

A dotação orçamental foi cerca de 40 milhões de euros, cabendo ao Alentejo uma verba de 600 mil de euros.

Em termos de Vales I&DT, pretendia-se apoiar de forma simplificada a aquisição de serviços de I&DT por parte de PME a entidades do Sistema Científico e Tecnológico para resposta a questões e necessidades específicas da empresa, designadamente serviços de consultoria e assistência tecnológica que visavam a realização de estudos de viabilidade técnico-científica e de projetos de I&DT, bem como a subsequente transferência de tecnologia para as empresas promotoras, no sentido do aumento da sua competitividade com tradução na melhoria de produtos, processos ou serviços. Em termos de metodologia seria como os vales anteriormente referidos, ou seja, teriam que cumprir os requisitos estabelecidos no regulamento do SI I&DT e em matéria de enquadramento e elegibilidade do promotor e do projeto. Esta hierarquização era efetuada por ordem crescente da dimensão da empresa, medida pelo número de trabalhadores inscritos na Segurança Social no mês imediatamente anterior ao da apresentação da candidatura. No caso de empresas constituídas no ano de apresentação da candidatura, estes elementos devem reportar-se aos últimos dados disponíveis.

Quanto à dotação orçamental foi estabelecido um valor aproximando de 8 milhões de euros, sendo destinado ao Alentejo uma verba de 500 mil de euros.

De forma a concluir a nossa análise, podemos efetuar uma comparação entre os 3 diferentes tipos de metodologias. Em termos de beneficiários todos incluem as empresas, no entanto o SI Qualificação de PME acrescenta ainda entidades públicas e associações empresariais e o SI e I&DT para além das empresas e associações empresariais, conta também com entidades do SCT. No que se refere aos sectores de atividade todos estão englobados com a exceção do turismo no SI e I&DT. Em termos de projetos propriamente dito, cada um acaba por ter características próprias, sendo que, o mais abrangente seja o SI Qualificação de PME, pois acaba por abranger uma área maior de tipologias a desenvolver, apresentando um leque maior de fatores dinâmicos para a competitividade, passando pela internacionalização, inovação, economia digital, qualidade, entre outras, o que permite às empresas uma maior variedade de opções.

Quadro 4.3 - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas; • Entidades do SCT; • Associações Empresariais
Sectores de Atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Construção; • Indústria; • Serviços; • Transportes e Logística; • Energia; • Comércio
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • I&DT Empresas – Projetos associados a atividades de investigação industrial; • I&DT Coletiva – Resulta de necessidades de I&DT de um conjunto significativo de empresas que procura ser solucionado; • Melhoria das competências internas de I&DT; • Núcleos de I&DT – Projetos promovidos por PME; • Projetos demonstradores – Projetos desenvolvidos por empresas que visam a demonstração e divulgação tecnológica; • Centros de I&DT – Desenvolvidos por empresas tendo como objetivo melhorar o esforço em I&DT além do quotidiano normal da empresa.
Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas ao SI I&DT processaram-se através da abertura de concursos, com os respetivos avisos divulgados pelos órgãos de gestão; • As candidaturas eram submetidas através de formulário eletrónico; • A abertura de concurso foi objeto de programação anual tendo por base os fatores de competitividade e os programas operacionais regionais.
Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleos I&DT – Incentivo não reembolsável até ao limite máximo de 500 mil euros; • Centros I&DT – Incentivo não reembolsável até ao limite máximo de 1 milhão de euros; • Vale I&DT – Incentivo não reembolsável até ao limite máximo de 25 mil euros; • Projetos Demonstradores: Projetos com um incentivo inferior ou igual a 750 mil euros, não reembolsável; Projetos com um incentivo superior a 750 mil euros, não reembolsável até ao montante de 750 mil euros; • Outros projetos de I&DT: Projetos com um incentivo inferior ou igual a 1 milhão de euros, não reembolsável; Projetos com um incentivo superior a 1 milhão de euros, não reembolsável até ao montante de 1 milhão de euros; • O incentivo reembolsável obedeceu a: <ul style="list-style-type: none"> • Sem pagamento de juros; • Amortização em prestações iguais e sucessivas; • Prazo de financiamento de 7 anos com 3 anos de carência. • Taxa base máxima: 25% para - Projetos de I&DT empresas individuais, co-promoção, e projetos demonstradores; Núcleos e centros de I&DT: 50% para pequenas empresas, 40% para médias empresa e 30% para não PME; Vale I&DT: 75% e Projetos de I&DT coletivo 70%.

Fonte: UNIDADE DE MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA - UMPP ESTUDOS - Nº1 - 2015

Por outro lado o SI Inovação acaba por ser mais vocacionado para as melhorias tecnológicas que tinham impacto na produtividade, melhorias nos processos de produção, a criação de empresas com incidência não mão-de-obra qualificada e jovem. Temos também o SI e I&DT sendo mais vocacionada para o apoio à investigação através da criação e apoio a núcleos e centros de investigação.

Quanto aos incentivos todos eles tem limites máximos e atribuir por projeto e no caso do Alentejo acabam por existir majorações, ou seja, acabam por beneficiar de maior comparticipação, pois situam-se numa zona de baixa densidade populacional.

5. Análise de impacto no perfil de competitividade e de inovação da região Alentejo ao abrigo do Programa Operacional QREN 2007-2013

A presente análise consiste num estudo aplicado à região Alentejo. Mais especificamente incide sobre a inovação empresarial no Alentejo ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), instrumento de aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013 (QREN 2007-2013).

Pretende-se estudar o papel das políticas públicas, mediante incentivos financeiros via QREN 2007-2013, na inovação empresarial e, ainda que indiretamente, na criação de emprego líquido. A este propósito apresentam-se os resultados deste quadro político sob a perspetiva macroeconómica com os resultados em termos regionais).

Este estudo incide sobre a base de dados de projetos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos para o Alentejo (SI INALENTEJO) referente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN, 2007-2013). No que respeita aos resultados em termos sectoriais e regionais, segue-se a metodologia de análise descritiva de Harrison *et al.* (2014), baseado na sua publicação *“Does innovation stimulate employment? A firm-level analysis using comparable micro-data from four European countries”*. A metodologia de Harrison estuda o impacto dos investimentos inovadores de produto, de processo, organizacionais e de Marketing introduzidos pelas empresas e o seu impacto no emprego. Pretendem compreender o impacto que estes investimentos inovadores trazem às empresas ao aumentar o seu índice de inovação, verificando o comportamento de fatores como a produtividade, competitividade e consequências sobre o emprego.

Importa referir que neste estudo o sector primário não foi sempre considerado devido ao facto de alguns dos projetos de investimento incluídos neste agrupamento

na base de dados apresentada no ponto seguinte estarem logo de poderem ser considerados neste sector e poderem enviesar demasiado a análise, pelo que apenas os sectores secundário e terciário serão aprofundados.

5.1 Base de dados e metodologia de análise

Para o estudo da inovação empresarial no Alentejo será utilizada a informação pública relativa à demonstração de resultados, balanço e postos de trabalho de todos os projetos de investimentos financiados pelo Sistema de Incentivos para o Alentejo (SI INALENTEJO) referente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) do período de 2007 a 2013, e gerido pelo Programa Operacional para o Alentejo. Esta base de dados corresponde a um conjunto de 1970 projetos de investimento diferentes que foram submetidos e aprovados no período em causa, e associados a 93 concursos diferentes.

Os projetos são diferenciados segundo diversos critérios. No que respeita ao domínio ou tipologia dos investimentos podemos encontrar 37 categorias diferentes que serão agrupadas em diferentes tipos de projetos inovadores consoante o tipo de investimento, seguindo a metodologia de Harrison *et al.* (2014). Este estudo é complementado com a metodologia utilizada no Inquérito Comunitário à Inovação¹⁷. Como resultado, os projetos serão agrupados em 5 categorias diferentes de inovação (Inovadores de Produto, Inovadores de Processo, Inovadores Organizacionais, Inovadores de Marketing e Sem inovação), como consta no quadro 5.1.

Para melhor se compreender os conceitos referidos, importa saber em que consistem, ou seja, na *Inovação de Produto* a inovação deve ser nova para a empresa, mas não necessita ser nova no sector ou mercado da empresa, e não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela empresa ou por outras empresas. A

¹⁷ Community Innovation Survey: Instrumento de notação do sistema estatístico nacional regulamentado pela união europeia e realizado sob a orientação do Eurostat com base nos princípios definidos no manual de Oslo da OCDE.

inovação organizacional tem como finalidade a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócio da empresa, na organização do trabalho ou nas relações externas que não foram utilizadas anteriormente pela empresa. Quanto à *Inovação de Processo* importa realçar a implementação de um processo de produção ou de um método de distribuição novo ou significativamente melhorado, ou de uma atividade de apoio aos seus bens ou serviços também nova ou significativamente melhorada. Por fim temos a *Inovação de Marketing* associada à implementação de um novo conceito ou estratégia de marketing, que difere significativamente dos métodos de marketing existentes na empresa e que não foi usado anteriormente, como por exemplo alterações no *design* ou na embalagem do produto.

Quadro 5.1. Tipos de Inovação em função da tipologia do investimento

Tipo de Inovação	Tipologia do Investimento
Inovação de Produto (Pd)	<ul style="list-style-type: none"> ● Produção de novos bens e serviços ● Economia Digital ● Criação e Moda ● Criação, Moda e Design
Inovação de Processo (Pc)	<ul style="list-style-type: none"> ● Adopção de novos processos ou métodos ● Expansão de capacidades de produção ● Ambiente ● Criação de unidades ou de linhas de produção ● Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos ● Qualidade ● Inovação ● Diversificação e Eficiência Energética ● Introdução de melhorias tecnológicas ● Expansão de capacidades de produção ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Biotecnologia ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Ciências da Saúde ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Ciências e Tecnologias do Ambiente ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Ciências e Tecnologias dos Alimentos ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Engenharia de Sistemas ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Engenharia Electrotécnica, Automação, Controlo ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Engenharia Mecânica ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Gestão Industrial ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Sistemas Energéticos e Novas Formas de Energia ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Tecnologia e Ciências dos Materiais
Inovação Organizacional (O)	<ul style="list-style-type: none"> ● I&DT e Transferência de Tecnologia / Tecnologias de Informação e Telecomunicações ● Internacionalização ● Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação ● Igualdade de Oportunidades ● Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho ● Criação, modernização, requalificação ou racionalização de empresas ● Empreendedorismo Feminino Qualificado ● Empreendedorismo Qualificado ● Propriedade Industrial

	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização, requalificação ou racionalização de empresas
Inovação de Marketing (M)	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização e Marketing • Design
Sem Inovação (N)	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor baseado no EUROSATAT e no Manual de Oslo, 2005 (OCDE)

Importa referir que a designação de *sem inovação* não corresponde à ausência de inovação uma vez que o QREN exigia a sua existência, mas apenas ao desconhecimento dessa informação por estar vazio o campo para esses projetos.

Uma vez que a generalidade dos projetos estão associados a diversas tipologias de investimento foi necessário que a sua classificação considerasse as prioridades mais adequadas ao estudo. Assim pressupõe-se que nos projetos onde é possível encontrar a inovação de produto simultaneamente com a inovação de processo, organizacional ou de marketing, as três últimas categorias estarão subordinadas à primeira, ou seja, assume-se que a inovação de processo, organizacional ou de marketing realiza-se em função da inovação de produto (quadro 5.2). No caso dos projetos com inovação de processo e simultaneamente outro tipo de inovação, que não a inovação de produto, considera-se dominante a inovação de processo. Finalmente entre a inovação organizacional e a inovação de marketing a prioridade é assumida pela primeira.

Quadro 5.2. Classificação dos Projetos por Tipo de Inovação

Inovadores de Produto – Pd	Pd
	Pd+Pc
	Pd+M
	Pd+O
	Pd+Pc+M
	Pd+Pc+O
	Pd+Pc+M+O
Inovadores de Processo – Pc	Pc
	Pc+M
	Pc+O
	Pc+O+M
Inovadores Organizacionais - O	O
	O+M
Inovadores de Marketing - M	M
Sem Inovação – N	N

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

5.2 Efeitos do QREN no emprego por tipo de inovador: Análise Global

De forma a identificar os impactos que o Sistema de Incentivos no âmbito do QREN trouxe para o Alentejo decidimos avaliar a evolução ocorrida durante o período em análise para um conjunto diversificado de variáveis, como é o caso do Emprego (Emprego Total, Emprego Qualificado e Emprego Técnico), do Valor Bruto da Produção (VBP), do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e da Produtividade. Neste último caso calculámos a Produtividade Média tendo por base o VBP e o VAB e calculámos ainda a produtividade marginal que avalia a variação do VAB por cada unidade adicional de emprego total.

Com este conjunto de indicadores, e dado que a base apresenta os valores pré-projeto e pós-projeto, pretendemos avaliar os efeitos do financiamento europeu na inovação, no mercado de trabalho e na competitividade da região Alentejo.

A primeira evidência consiste no predomínio dos projetos com inovação de produto e organizacional, sendo a inovação de marketing a menos prioritária na região Alentejo enquanto opção autónoma das restantes alternativas (quadro 5.3). Outra questão chave é o facto da inovação de produto, que consiste na criação de novos produtos simultaneamente com a manutenção dos produtos previamente existentes, estar associada a um maior aumento do emprego total e do emprego qualificado. Contrariamente, a inovação de processo, que corresponde às alterações no processo produtivo sem qualquer criação de novos produtos, e em menor escala a inovação de marketing, tendem a gerar uma diminuição do emprego, em especial o emprego total.

É fácil justificar o aumento do emprego nos projetos inovadores de produto, tanto que quando se iniciam novos produtos sem desistir do anterior, o que exige novas contratações para não condicionar a produção inicial, como quando os novos produtos substituírem os anteriores se as competências exigidas forem muito diferentes. Já no caso dos inovadores de processo estaremos necessariamente a alterar a forma de produzir e, neste caso, se as tecnologias forem menos intensivas em trabalho, pode originar a redução do emprego.

Ora efetivamente o que mais se destacam são os inovadores de produto, com 691 empresas num total de 1970. Este valor pode dever-se ao fato do bem ou serviço não ter de ser exclusivamente novo, mas poder ser apenas significativamente melhorada, o que para muitas empresas é bom, pois podem conseguir aumentar a sua produção e o número de trabalhadores sem um investimento muito avultado. Associado a isto, está também o aumento do emprego total que passou de 31% (pré projeto) para 49% (pós projeto), e se olharmos para o emprego qualificado acontece o mesmo, passou de 31% (pré projeto) para 42% (pós projeto). Com valores muito aproximados encontra-se a inovação organizacional, pois acaba por completar a inovação anterior através da aplicação de novas práticas de negócio na empresa, daí estas duas inovações serem relevantes para o Alentejo. Em sentido inverso estão os inovadores de marketing, que não revelam qualquer influência no pós – projeto, pois as empresas tendo por base os dados numa 1ª fase preferem qualificar as suas empresas com maquinaria e melhorar os processos de gestão do que apostar numa estratégia de marketing.

Quadro 5.3. Efeitos do QREN 2007-2013 no emprego total, qualificado e técnico segundo o tipo de inovador no Alentejo

	Total (2007-2013)	Sem inovação	Inovadores de Processo	Inovadores de Produto	Inovadores de Marketing	Inovadores Organizacio nais
Nº de Empresas	1970	92	454	691	112	622
Emprego Total (pré Projeto)	14 117	7%	42%	31%	3%	18%
Emprego Total (pós Projeto)	19 207	9%	19%	49%	0%	23%
Emprego Total (variação %)	36,06%	77%	-39%	118%	-93%	78%
Emprego Qualificado (pré Projeto)	3 683	17%	27%	31%	2%	23%
Emprego Qualificado (pós Projeto)	8 333	16%	12%	42%	0%	31%
Emprego Qualificado (variação %)	126,26%	108%	-2%	208%	-92%	204%
Emprego de técnicos (pós projeto)	912	1%	15%	51%	0%	32%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Os inovadores de processo também apresentam uma quantidade interessante de empresas, num total de 454, no entanto o que se verifica é que do pré projeto para o pós projeto o emprego acaba por diminuir, causa essa que pode estar associada ao fato de ao implementar um novo processo de produção ou um novo método de

distribuição, pode levar a uma diminuição do emprego, substituindo as pessoas pelas máquinas.

Relativamente ao valor bruto da produção e ao valor acrescentado bruto não verificamos efeitos negativos com os diferentes tipos de inovação, porém os efeitos são sempre mais interessantes com a inovação organizacional e de produto, o que mostra que o tecido empresarial da região Alentejo revelava deficiências organizacionais que precisavam ser corrigidas, independentemente das necessidades de melhoramentos dos processos de produção e da qualidade dos produtos produzidos. Importa ainda destacar que nos projetos com inovação de processo, o crescimento do VBP e do VAB é muito pouco significativo quando comparado com as restantes categorias, o que poderia ter efeitos importantes na competitividade relativa destas empresas, se não tivesse o emprego diminuído nos projetos com este tipo de inovação.

Tendo por base os valores apresentados (quadro 5.4), a inovação que mais se destaca são os inovadores organizacionais, pois tanto o VBP como o VAB apresentam um crescimento considerável, no entanto, em termos de crescimento do emprego (conforme quadro 5.3) não são os que envolvem maior número de empresas nem o que tem o maior aumento no emprego, mas sim os inovadores de produto que neste caso apesar de envolverem mais empresas e maior crescimento de emprego acaba por existir uma redução de 51% para 48% no VBP e o mesmo acontece no VAB que diminui ligeiramente de 45% para 44%, no pré e pós projeto respetivamente, contudo o VAB apesar de diminuir ligeiramente em termos de inovação acaba por se verificar um crescimento, ou seja, apesar de ter diminuído ligeiramente a inovação de produto, acabou por gerar mais produtividade, essa pequena variação.

O que podemos concluir desta comparação, observando em conjunto com o quadro 5.5, é que no caso dos inovadores de processo o VBP passou de 24% do total para 12% mas isso pode não ser uma questão demasiado negativa já que mais do que duplicou a sua produtividade. O mesmo se passou no VAB já que apesar de apresentar

uma diminuição, representou um crescimento em termos de produtividade. Nos inovadores de produto esta situação verifica-se quer no VAB que no VBP.

Quanto aos inovadores de processo e de Marketing o VBP e o VAB, estão de acordo com o emprego referido no quadro 5.3, ou seja, na inovação de processo verifica-se um decréscimo nos dois indicadores associado também à diminuição do emprego do pré para o pós projeto. O mesmo há a dizer dos inovadores de marketing, pois a sua influência em termos de emprego é tão reduzida que não se reflete no VBP no VAB.

Quadro 5.4. Efeitos do QREN 2007-2013 na produção e no valor acrescentado segundo o tipo de inovador

	Total (2007-2013)	Sem inovação	Inovadores de Processo	Inovadores de Produto	Inovadores de Marketing	Inovadores Organiza- cionais
VBP (pré projeto)	858765096	7%	24%	51%	0%	18%
VBP (pós projeto)	4490535874	6%	12%	48%	0%	34%
VBP (Variação %)	423%	332%	164%	390%	92%	871%
VAB (pré projeto)	236694157	12%	26%	45%	0%	17%
VAB (pós projeto)	1799452906	7%	13%	44%	0%	37%
VAB (Variação %)	660%	332%	274%	637%	128%	1543%

Fonte: DadoFontes fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Finalmente, no que diz respeito à produtividade a sua evolução dependerá não apenas da variação da produção (VBP e VAB) como também do emprego, sendo que o crescimento da primeira melhora a produtividade e o crescimento do segundo piora a sua evolução. Assim, podemos verificar que a produtividade média evoluiu favoravelmente em todos os tipos de inovação, mas em especial na inovação de marketing e organizacional. Este facto mostra que existe uma dualidade importante entre a promoção do emprego, ou correção do desemprego na região, e a melhoria da competitividade relativa dos projetos de investimento já que o efeito mais interessante ao nível do emprego nos projetos com inovação do produto não reflete uma melhor performance competitiva quando comparado com outras categorias de investimento. É importante referir que a coexistência dos objetivos relacionados com aumentar o emprego e aumentar a competitividade pode não ser tão fácil quanto se esperaria, pois por vezes quando se aumenta o emprego a produtividade (indicador utilizado para aferir a competitividade) diminui e o contrário também é possível. Desde

modo, aparentemente a inovação de produto e organizacional foram as únicas que o conseguiram simultaneamente e deverá ser uma aposta se se pretenderem manter os objetivos.

Tendo em conta o referido anteriormente, os inovadores de marketing e organizacionais apresentam um crescimento mais elevado pois, apesar dos inovadores de marketing em termos de emprego representarem uma pequena parcela para o Alentejo, estes inovadores são uma necessidade para a região. Uma empresa para crescer e se fixar no mercado nacional e por vezes internacional, tem que ter uma estratégia de marketing muito bem definida e é isso que estes inovadores conseguem proporcionar às empresas, logo aquilo que se faz, mesmo que pouco, representa um grande crescimento tanto em termos de produtividade VAB, como para a produtividade VBP.

Nos inovadores organizacionais este crescimento de produtividade para as duas variáveis é normal, tendo em conta a análise aos outros indicadores anteriormente feita. Na mesma linha mantem-se os inovadores de produto.

É importante referir os inovadores de processo, pois tendo em conta que as variáveis analisadas anteriormente, diminuam do pré para o pós projeto, conseguem aumentar a produtividade de forma significativa, conforme referido.

Quadro 5.5. Efeitos do QREN 2007-2013 na produtividade do trabalho segundo o tipo de inovador

	Total (2007-2013)	não inovadores	Inovadores de Processo	Inovadores de Produto	Inovadores de Marketing	Inovadores Organizacionais
Produtividade (VAB) pré projeto	16766,60	27684,55	10474,35	24693,69	1262,65	16128,92
Produtividade (VAB) Pós projeto	93687,35	67810,21	64506,70	83629,49	38372,00	148883,78
Produtividade (VAB) (variação)	459%	145%	516%	239%	2939%	823%
Produtividade marginal (VAB)	307025,29	120254,69	-72807,19	133777,24	-1746,22	319099,85
Produtividade (VBP) pré projeto	60831,98	59993,43	34441,27	101657,37	2868,18	63715,43
Produtividade (VBP) Pós projeto	233796,84	146849,93	150171,70	228897,05	73289,27	347603,08
Produtividade (VBP) (variação)	284%	145%	336%	125%	2455%	446%
Produtividade marginal (VBP)	713510,96	260371,94	-143937,24	337163,71	-2841,64	711599,08

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Relativamente à produtividade marginal importa referir previamente que os valores negativos devem-se à diminuição ocorrida no emprego total associado ao investimento em inovação de processo e de marketing. Assim poderemos afirmar que o valor calculado deverá ser lido em valor absoluto e representará o acréscimo da produtividade conseguido com a diminuição de cada unidade de trabalho. De qualquer forma, continuamos a verificar que o melhor impacto na produtividade, e consequentemente numa componente da competitividade relativa destes projetos, ocorre nos projetos de inovação organizacional.

5.3 Análise da evolução do emprego, VBP e VAB: Sector Terciário vs. Sector Secundário

Analisar a evolução da Inovação nos sectores secundário e terciário no período 2007-2013 de acordo com o programa QREN, é importante para perceber qual o rumo dos projetos envolvidos neste período de tempo. No nosso universo de estudo, das 1970 empresas analisadas, 42 pertenciam ao sector primário, 583 pertenciam ao sector secundário e 1345 ao sector terciário, repartidas pelos diversos tipos de inovadores já mencionados anteriormente (inovadores de processo, inovadores de produto, inovadores de marketing e inovadores organizacionais). É importante reter que nesta análise vão estar contemplados valores pré e pós projeto.

Quadro 5.6 – Quadro resumo dos inovadores de produção por emprego Total

	Total (2007-2013)	Sector	
		2	3
Nº de Empresas	1970	583	1345
não inovadores	92	30	62
Inovadores de Processo	454	208	238
Inovadores de Produto	691	201	480
Inovadores de Marketing	112	20	87
Inovadores Organizacionais	622	124	478
Emprego Total (pré Projeto)	14.117	7.616	6.289
não inovadores	7%	6,04%	9,00%
Inovadores de Processo	42%	48,90%	34,41%
Inovadores de Produto	31%	28,26%	32,49%
Inovadores de Marketing	3%	1,23%	4,47%
Inovadores Organizacionais	18%	15,57%	19,64%

Emprego Total (pós Projeto)	19.207	8.120	10.909
não inovadores	9%	8,99%	9,91%
Inovadores de Processo	19%	26,59%	13,36%
Inovadores de Produto	49%	47,29%	49,26%
Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,19%
Inovadores Organizacionais	23%	17,13%	27,28%
Emprego Total (variação %)	36,06%	6,62%	73,46%
não inovadores	77%	58,70%	90,99%
Inovadores de Processo	-39%	-42,02%	-32,67%
Inovadores de Produto	118%	78,44%	163,04%
Inovadores de Marketing	-93%	-100,00%	-92,53%
Inovadores Organizacionais	78%	17,28%	140,97%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Em termos de empresas, o sector terciário apresenta maior predominância, e tal como anteriormente referido, destacam-se os inovadores de produto e organizacionais, que devido as suas características de inovação conseguem captar um maior número de empresas. Há também a destacar os inovadores de marketing pois vão ao encontro do que se falou anteriormente, ou seja, apresentam um baixo número de empresas pois o foco está mais associado à melhoria das máquinas ou o seu aperfeiçoamento ou melhorias de gestão e não tanto para estratégias de marketing embora também seja importante para a região. Pois se verificarmos no que respeita à legislação dos fundos comunitários, o foco principal do SI Inovação, SI Qualificação e SI&DT, são as melhorias tecnologias, internacionalização e em menor relevância o marketing, pois o objetivo passa por dinamizar as empresas no Alentejo e ajuda-las a crescer para serem competitivas no mercado nacional dotando-as de ferramentas para alcançarem esse objetivo.

No sector secundário, os principais inovadores são os inovadores de processo, e justifica-se dado o sector onde estão inseridos estando associado a melhorias no processo de produção e distribuição importantes para este sector. Em segundo lugar surgem os inovadores de produto, também relevantes neste sector pois pretendem a introdução no mercado de novos bens e serviços e também a melhoria em termos de tecnologia que pode ser interpretado em termos de *software* e maquinaria para a indústria.

No que respeita ao Emprego Total, pré projeto, nestas categorias de inovação podemos destacar que para o sector secundário trabalhavam 7616 pessoas, com

destaque para os inovadores de processo que empregavam 48.9%, e o sector terciário empregava 6289 pessoas, com destaque para os inovadores de processo que empregavam 34.41%. No emprego total, pós projeto, podemos verificar que a tendência mudou, ou seja, o número de trabalhadores aumentou em ambos os sectores, passando o sector terciário a deter um maior número de trabalhadores, com um total de 10909, com uma maior percentagem nos inovadores de produto e o sector secundário contou com 8120 trabalhadores com uma maior percentagem igualmente nos inovadores de produto. Em termos de crescimento do número de trabalhadores, podemos afirmar que o sector secundário cresceu 6.62% e o sector terciário 73.46%, o que revela a intensificação de terciarização da economia na região Alentejo.

De uma forma geral o comportamento do emprego pré e pós projeto dos sectores secundário e terciário reflete o que temos vindo analisar ao longo deste capítulo, ou seja, os inovadores de maior predominância no sector terciário no pós projeto são os inovadores de produto e organizacionais que devido às suas características se enquadram mais com o perfil das empresas no Alentejo, contribuindo para estes valores o crescimento do VBP e do VAB. No sector secundário destacam-se os inovadores de processo e produto pois tal como se referiu anteriormente as atividades deste sector estão mais ligadas a este tipo de inovadores, ou seja, os inovadores de processo ao melhorarem o seu método de produção e distribuição conseguem aumentar o seu VBP e VAB obtendo melhores resultados económicos, e o mesmo acontece com os inovadores de produto, pois ao introduzirem novas tecnologias e novos bens e serviços conseguem melhorias no VBP e VAB.

Outro fator que se analisou foi o emprego qualificado, pré e pós projeto, e a tendência de crescimento manteve-se a mesma. O sector terciário mantém-se na frente tanto antes como depois dos projetos, registando um crescimento de 149.06%, o que é muito considerável, com destaque para os inovadores de produto.

Quadro 5.7 – Quadro resumo dos inovadores de produção por emprego Qualificado e técnico

	Total (2007-2013)	Sector	
		2	3
Emprego Qualificado (pré Projeto)	3.683,00	1.170,00	2.436,00
não inovadores	17%	12,91%	19,54%
Inovadores de Processo	27%	35,98%	22,54%
Inovadores de Produto	31%	30,17%	31,24%
Inovadores de Marketing	2%	0,77%	3,20%
Inovadores Organizacionais	23%	20,17%	23,48%
Emprego Qualificado (pós Projeto)	8.333,00	2.160,00	6.067,00
não inovadores	16%	15,79%	15,84%
Inovadores de Processo	12%	18,24%	9,43%
Inovadores de Produto	42%	46,02%	40,37%
Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,08%
Inovadores Organizacionais	31%	19,95%	34,28%
Emprego Qualificado (variação %)	126,26%	84,62%	149,06%
não inovadores	108%	125,83%	101,89%
Inovadores de Processo	-2%	-6,41%	4,19%
Inovadores de Produto	208%	181,59%	221,81%
Inovadores de Marketing	-92%	-100,00%	-93,59%
Inovadores Organizacionais	204%	82,63%	263,64%
Emprego de técnicos (pós projeto)	912,00	177,00	722,00
não inovadores	1%	0,00%	1,66%
Inovadores de Processo	15%	20,34%	13,43%
Inovadores de Produto	51%	53,11%	50,55%
Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,42%
Inovadores Organizacionais	32%	26,55%	33,93%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

O sector secundário registou um crescimento de 84.62%, também com destaque para os inovadores de produto. No que respeita à variação do emprego qualitativo podemos destacar os inovadores do processo, com uma variação de -6.41% no sector secundário e 4.19% no sector terciário, estas diferenças justificam as dificuldades de coexistência dos objetivos “aumento de emprego” e “aumento de competitividade”, sendo problemático no sector secundário já que o emprego qualificado aumenta também nos investimentos inovadores de processo no sector terciário. Relativamente aos empregos técnicos, podemos verificar que o sector terciário predomina, com um número de trabalhadores mais elevado e em ambos se

destacam os inovadores de produto, com mais de metade dos trabalhadores envolvidos.

Tendo em conta o quadro 5.7 e os empregos qualificados, no sector secundário pré projeto destacamos os inovadores de processo e produto mas em pós projeto (incluindo os empregos técnicos) os inovadores de processo dão lugar aos inovadores organizacionais. Esta mudança pode explicar-se por nos estarmos a referir a emprego qualificado e técnico logo os inovadores organizacionais ganham outro peso através da implantação de novos métodos organizacionais nas práticas de gestão da empresa de forma a aumentar a produção ou eficiência da mesma, fruto do investimento efetuado nestas áreas que lhes permite crescer e evoluir. Os inovadores de produto mantem-se, pois referimo-nos ao sector secundário e é necessário produzir novos bens e novos produtos para os introduzir no mercado. Quanto ao sector terciário a explicação é semelhante pois tanto no pré como no pós projeto destacam-se os inovadores de produto e organizacionais, sendo tudo isto possível, através do investimento realizado por parte dos empresários de cada sector.

No que respeita ao Valor Bruto da Produção (VBP), pode verificar-se um grande crescimento nos dois sectores, em termos comparativos do pré projeto para o pós projeto, o sector secundário cresceu 368.93% e o sector terciário 490.90%, com destaque no sector secundário para os inovadores de produto, com um crescimento de 490.07% e no sector terciário há a destacar os inovadores organizacionais com uma variação positiva de 1522.63%. Este indicadores revelam-nos que o valor bruto da produção conheceu um forte crescimento neste período, com o contributo do programa QREN 2007-2013. No VBP a tendência mantem-se, ou seja, tanto no sector secundário como no terciário em pré projeto destacavam-se os inovadores de processo e produto mas com o ajustamento decorrente dos fundos comunitários, em pós projeto os inovadores de processo deram lugar aos organizacionais. O que confirma a tendência que temos vindo a analisar.

De acordo com o quadro 5.8, no Valor Acrescentado Bruto (VAB), aconteceu precisamente a mesma coisa, sofreu um enorme crescimento neste período, sendo

que o sector secundário registou uma variação positiva de 474.28%, com destaque para os inovadores de produto, com uma variação de 602.58%, no mesmo ritmo surge o sector terciário com uma variação positiva de 908.22%, com destaque para os inovadores organizacionais que apresentam uma variação positiva de 2883,44%. No VAB acabou por surgir a mesma situação que referimos no VBP, ou seja, em pré projeto destacavam-se dois inovadores tanto no sector secundário como no terciário sendo eles os inovadores de processo e produto, mas em pós projeto o inovador de processo deu lugar ao organizacional, devido ao que já referimos anteriormente, o que conduz a uma maior rentabilidade por parte das empresas permitindo aumentar de forma significativa tanto o VBP como o VAB.

Quadro 5.8 – Quadro resumo dos inovadores de produção por VBP e VAB

		Total (2007-2013)	Sector	
			2	3
VBP (pré projeto)		858765096	469.765.958,13	380.290.791,13
	não inovadores	7%	7,10%	7,41%
	Inovadores de Processo	24%	27,70%	19,84%
	Inovadores de Produto	51%	46,27%	54,56%
	Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,18%
	Inovadores Organizacionais	18%	18,93%	18,00%
VBP (pós projeto)		4490535874	2.202.891.444,70	2.247.142.074,95
	não inovadores	6%	6,24%	5,72%
	Inovadores de Processo	12%	16,37%	8,08%
	Inovadores de Produto	48%	58,22%	36,71%
	Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,06%
	Inovadores Organizacionais	34%	19,17%	49,43%
VBP (Variação %)		423%	368,93%	490,90%
	não inovadores	332%	311,85%	355,97%
	Inovadores de Processo	164%	177,17%	140,46%
	Inovadores de Produto	390%	490,07%	297,53%
	Inovadores de Marketing	92%	-	109,69%
	Inovadores Organizacionais	871%	374,89%	1522,63%
VAB (pré projeto)		236694157	134.371.384,36	99.602.207,77
	não inovadores	12%	8,29%	17,33%
	Inovadores de Processo	26%	31,32%	20,78%
	Inovadores de Produto	45%	42,93%	44,99%
	Inovadores de Marketing	0%	0,00%	0,26%
	Inovadores Organizacionais	17%	17,46%	16,64%
VAB (pós projeto)		1799452906	771.674.055,45	1.004.208.985,08
	não inovadores	7%	6,18%	7,48%

	Inovadores de Processo	13%		20,44%	7,50%
	Inovadores de Produto	44%		52,53%	35,72%
	Inovadores de Marketing	0%		0,00%	0,06%
	Inovadores Organizacionais	37%		20,85%	49,24%
VAB (Variação %)		660%		474,28%	908,22%
	não inovadores	332%		328,01%	335,14%
	Inovadores de Processo	274%		274,82%	263,82%
	Inovadores de Produto	643%		602,58%	700,0%
	Inovadores de Marketing	128%		-	130,54%
	Inovadores Organizacionais	1543%		586,09%	2883,44%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

A produtividade (VAB), tal como os outros indicadores anteriormente referidos, também apresentou um grande crescimento, como se pode ver pela variação final do período, onde o sector secundário e terciário, cresceram 448.10% e 595.95% respetivamente, com destaque para os inovadores de produto no sector secundário e para os inovadores organizacionais no sector terciário. No que respeita à produtividade (VBP), verificou-se precisamente a mesma situação, ou seja, existiu um grande crescimento do pré para o pós projeto, nos sector analisados e os sectores que apresentaram uma maior variação foram os inovadores de produto no secundário e os inovadores organizacionais no sector terciário. A produtividade tanto do VAB como do VBP é importante para medirmos o aumento de eficiência e competitividade das empresas.

De forma a fazer uma ligação entre os dois quadros (5.8 e 5.9), importa referir que tanto a produtividade VAB e VBP (quadro 5.9), estão de acordo com o VAB e o VBP (quadro 5.8), ou seja, em pós projeto tanto no sector secundário como terciário predomina a inovação de produto e a inovação organizacional, exceto, e por uma diferença mínima, no sector secundário a produtividade (VAB) apresenta um inovador diferente do VAB, sendo que em vez de organizacional, na produtividade (VAB) o que predomina é o inovador de processo, apesar de ser uma pequena diferença. Este facto mostra que a capacidade de criar valor evoluiu de forma semelhante à evolução do valor da produção, o que pode evidenciar alguma dificuldade em gerar alterações significativas na capacidade de melhorar a competitividade da região.

Quadro 5.9 – Quadro resumo dos inovadores por produtividade

	Total (2007-2013)	Sector	
		2	3
Produtividade (VAB) pré projeto	16766,60	7.322.583,87	11.135.766,41
não inovadores	27684,55	8,77%	6,45%
Inovadores de Processo	10474,35	22,83%	20,08%
Inovadores de Produto	24693,69	46,22%	51,44%
Inovadores de Marketing	1262,65	0,00%	0,29%
Inovadores Organizacionais	16128,92	22,19%	21,73%
Produtividade (VAB) Pós projeto	93687,35	40.134.740,04	77.499.709,21
não inovadores	67810,21	6,50%	5,67%
Inovadores de Processo	64506,70	23,78%	7,79%
Inovadores de Produto	83629,49	50,11%	34,02%
Inovadores de Marketing	38372,00	0,00%	0,04%
Inovadores Organizacionais	148883,78	19,61%	52,48%
Produtividade (VAB) (variação)	459%	448,10%	595,95%
não inovadores	145%	481,72%	80,33%
Inovadores de Processo	516%	847,01%	400,87%
Inovadores de Produto	239%	1074,88%	654,22%
Inovadores de Marketing	2939%	-	80,33%
Inovadores Organizacionais	823%	699,79%	2043,67%
Produtividade marginal (VAB)	307025,29	78.485,55	82.922,98
não inovadores	120254,69	50055,73	16052,32
Inovadores de Processo	-72807,19	53568,35	37475,11
Inovadores de Produto	133777,24	90529,65	58418,78
Inovadores de Marketing	-1746,22	-	16052,32
Inovadores Organizacionais	319099,85	98831,10	160573,48
Produtividade (VBP) pré projeto	60831,98	29.764.540,09	56.924.919,28
não inovadores	59993,43	6,50%	2,77%
Inovadores de Processo	34441,27	19,14%	14,55%
Inovadores de Produto	101657,37	52,46%	58,46%
Inovadores de Marketing	2868,18	0,00%	0,15%
Inovadores Organizacionais	63715,43	21,91%	24,08%
Produtividade (VBP) Pós projeto	233796,84	106.173.226,36	319.490.930,98
não inovadores	146849,93	6,51%	2,64%
Inovadores de Processo	150171,70	18,59%	4,65%
Inovadores de Produto	228897,05	54,16%	22,92%
Inovadores de Marketing	73289,27	0,00%	0,02%
Inovadores Organizacionais	347603,08	20,74%	69,77%
Produtividade (VBP) (variação)	284%	256,71%	461,25%
não inovadores	145%	431,62%	67,50%
Inovadores de Processo	336%	495,59%	245,24%
Inovadores de Produto	125%	583,24%	257,85%
Inovadores de Marketing	2455%	-	67,50%
Inovadores Organizacionais	446%	475,77%	1727,75%

Produtividade marginal (VBP)	713510,96		213.439,10	171.129,46
não inovadores	260371,94		142517,85	34929,56
Inovadores de Processo	-143937,24		106788,66	72754,51
Inovadores de Produto	337163,71		277400,53	114883,84
Inovadores de Marketing	-2841,64		-	34929,56
Inovadores Organizacionais	711599,08		239620,92	350260,33

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Para concluir esta análise podemos verificar que no universo das 1970 empresas no que respeita ao valor bruto da produção (VBP) verificou-se um grande crescimento nos dois sectores do pré projeto para o pós projeto, sendo que no sector secundário destacam-se os inovadores do produto e no sector terciário os inovadores organizacionais. Estes indicadores mostram-nos que o Valor Bruto da Produção conheceu um forte crescimento neste período.

5.4. Análise Geográfica

É importante efetuar uma análise geográfica sobre o Alentejo, com o objetivo de perceber como está repartido o Volume de Negócios e o número de empresas em cada concelho, de acordo com a implementação do programa operacional QREN 2007-2013.

Quadro 5.10 - resumo total de empresas por NUTS:

NUTS II	Total de empresas
Alentejo Central	579
Baixo Alentejo	235
Alto Alentejo	242
Alentejo Litoral	306
Lezíria do Tejo e Médio Tejo	568

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Vamos começar a análise pelo Alentejo Central, tendo em conta os seguintes dados recolhidos:

Quadro 5.11 – Empresas no Alentejo Central

Distrito	Concelho	Empresas	%	Vol. Neg. Pré Projeto	%	Var. Vol. Neg	%	Emp. Total Pre Projeto	%	Var Emp. Total	%
Évora	Alandroal	23	4%	4.254.199,78 €	1,48%	7.735.017,72 €	1%	111	3%	77	3%
	Arraiolos	28	5%	17.998.462,80 €	6,27%	21.297.246,47 €	2%	262	7%	51	2%
	Borba	26	4%	13.829.857,46 €	4,82%	8.038.347,93 €	1%	297	8%	-161	-6%
	Estremoz	40	7%	12.853.140,75 €	4,48%	16.650.396,03 €	1%	161	4%	124	5%
	Évora	266	46%	109.089.518,14 €	37,98%	671.920.814,97 €	58%	1420	40%	1537	59%
	Montemor-o-Novo	34	6%	17.718.690,17 €	6,17%	31.770.406,97 €	3%	181	5%	61	2%
	Mora	8	1%	3.983.013,96 €	1,39%	7.401.433,56 €	1%	13	0%	19	1%
	Mourão	9	2%	78.402,90 €	0,03%	61.997.842,38 €	5%	3	0%	457	18%
	Portel	16	3%	10.485.541,27 €	3,65%	35.565.024,19 €	3%	113	3%	46	2%
	Redondo	15	3%	11.448.384,10 €	3,99%	19.701.353,49 €	2%	80	2%	55	2%
	Reguengos de Monsaraz	24	4%	10.096.793,23 €	3,52%	167.133.905,54 €	14%	140	4%	257	10%
	Vendas Novas	42	7%	55.646.255,75 €	19,37%	97.114.713,26 €	8%	400	11%	135	5%
	Viana do Alentejo	11	2%	3.308.001,76 €	1,15%	3.172.802,20 €	0%	47	1%	-4	0%
	Vila Viçosa	37	6%	16.430.464,08 €	5,72%	17.398.596,92 €	1%	364	10%	-50	-2%
TOTAL		579	100%	287.220.726,15 €	100%	1.166.897.901,63 €	100%	3592	100%	2604	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Tendo em conta os dados apresentados no quadro 5.11, podemos afirmar que, de uma forma global, o concelho de Évora é o que apresenta um maior número de empresas concorrentes ao Programa Operacional QREN totalizando 266 empresas, das 579. Consequentemente, este concelho também apresenta um volume de negócios bastante elevado, o que representa em termos de variação cerca de 58% do Alentejo central, devendo-se em boa parte ao facto de possuir o maior aglomerado populacional e também onde se fixam as empresas com maior impacto no Alentejo, onde existe uma repartição um pouco por todos os sectores de atividade, nomeadamente comércio, serviços turismo e alguma indústria. Em termos de empregabilidade também é onde se verifica um maior crescimento com uma variação de 59%. Por outro lado os concelhos que apresentam um menor número de empresas são Mora e Mourão com apenas 8 e 9 empresas concorrentes, respetivamente, aos fundos comunitários, mas mesmo assim em especial Mourão consegue apresentar

uma variação do volume de negócios bastante interessante para a região, representando cerca de 5% do Alentejo central, o que mostra um crescimento em termos económicos pós projeto, onde se destaca o turismo, como o principal sector de atividade. Em termos de emprego, esta região conseguiu um crescimento, em termos de variação, de 18% o que é muito significativo.

Quadro 5.12 Empresas do Baixo Alentejo

Distrito	Concelho	Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%3	Var. Vol. Neg	%4	Emp. Total Pre Projeto	%5	Var Emp. Total	%2
BEJA	Aljustrel	11	5%	2953840,54	2%	22022962,64	4%	59	4%	139	19%
	Almodôvar	13	6%	3353415,37	3%	26876610,76	5%	241	18%	167	22%
	Alvito	3	1%	72205,26	0%	93869,74	0%	5	0%	10	1%
	Barrancos	3	1%	0	0%	8813708,4	2%	0	0%	26	3%
	Beja	89	38%	54991324,77	43%	89636458,24	18%	389	29%	214	28%
	Castro Verde	7	3%	4313990,13	3%	27885384,56	6%	31	2%	1	0%
	Cuba	4	2%	380509,09	0%	809092,43	0%	21	2%	-11	-1%
	Ferreira do Alentejo	23	10%	20907798,64	16%	202786214,2	40%	126	10%	116	15%
	Mértola	11	5%	3360483,11	3%	3172744,51	1%	36	3%	12	2%
	Moura	18	8%	8314051,23	7%	6239449,81	1%	64	5%	-17	-2%
	Ourique	8	3%	1868281,38	1%	873504,68	0%	33	2%	-15	-2%
Serpa	32	14%	17780452,17	14%	95766014,07	19%	185	14%	39	5%	
Vidigueira	13	6%	9143945,96	7%	16186872,31	3%	134	10%	70	9%	
TOTAL		235	100%	127.440.297,65 €	100%	501.162.886,39 €	100%	1324	100%	751	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Relativamente ao Baixo Alentejo, tendo em conta os dados apresentados no quadro 5.12, podemos constatar que existe um total de 235 empresas concorrentes aos fundos comunitários no período 2007 - 2013, onde mais uma vez avaliamos o número de candidaturas tendo por base o número de empresas e o seu volume de negócios. Tendo em conta os dados, como seria de esperar, Beja, como capital de distrito, apresenta um maior número de empresas concorrentes num total de 89, correspondendo a 38% do total das empresas, repartidas pelos sectores de atividade do comércio, turismo, serviços e alguma indústria, seguido de Serpa que apresentou 32 candidaturas, onde predominam os serviços, com um total de 14%. No que respeita à variação do volume de negócios os valores mais elevados encontram-se primeiramente em Ferreira do Alentejo, onde predominam os sectores da indústria e serviços, com uma variação de 40%, seguida de Serpa, com uma variação de 19% onde os sectores principais são os serviços. Por sua vez Beja como concelho com maior

número de empresas concorrentes, vem logo de seguida ocupando a 3ª posição no distrito, com uma variação do volume de negócios de 18%. Estes indicadores podem explicar-se devido à dimensão de cada região, ou seja, uma região com uma dimensão menor, crescendo um pouco em termos de produção destaca-se, por norma, mais do que uma região com uma dimensão maior. Quanto à variação do emprego, em grande parte dos concelhos verifica-se que houve um crescimento do emprego nas empresas que concorreram aos apoios comunitários. Este indicador mostra-nos que estas empresas conseguiram aliar a inovação com o aumento do emprego, contribuindo para uma redução do emprego na região.

Quadro 5.13 Empresas no Alto Alentejo

Distrito	Concelho	Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%3	Var. Vol. Neg	%4	Emp. Total Pre Projeto	%5	Var Emp. Total	%2
Portalegre	Alter do Chão	6	2%	11986373	8%	-3991082,24	-2%	53	3%	51	5%
	Arronches	4	2%	2084643,1	1%	2897477,02	1%	33	2%	5	0%
	Avis	11	5%	6238149,77	4%	5052168,64	2%	247	14%	105	10%
	Campo Maior	5	2%	1948505,56	1%	4216902,08	2%	34	2%	19	2%
	Castelo de Vide	5	2%	2432219,71	2%	-1742895,89	-1%	13	1%	0	0%
	Crato	5	2%	0	0%	3613907,34	2%	0	0%	32	3%
	Elvas	54	22%	40713544,02	26%	32726460,78	16%	323	19%	78	7%
	Fronteira	6	2%	586428,5	0%	1301371,5	1%	15	1%	-8	-1%
	Gavião	6	2%	495547,19	0%	2842488,64	1%	15	1%	-2	0%
	Marvão	7	3%	5859693,3	4%	2793561,19	1%	61	4%	17	2%
	Monforte	5	2%	5296024,42	3%	-3333245,42	-2%	39	2%	-11	-1%
	Nisa	4	2%	24803,51	0%	2768629,2	1%	2	0%	29	3%
	Ponte de Sor	37	15%	20415714,67	13%	70823960,47	34%	182	11%	282	26%
	Portalegre	70	29%	53603457,03	34%	80972881,18	39%	655	38%	456	42%
	Sousel	17	7%	5012971,38	3%	5303212,96	3%	45	3%	40	4%
TOTAL		242	100%	156.698.075,16 €	100%	206.245.797,45 €	100%	1717	100%	1093	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Para o Alto Alentejo, considerando o quadro 5.13, podemos descreve-los em termos do número de empresas, e de forma semelhante ao referido nas regiões anteriores, ou seja, a capital de distrito Portalegre, é o concelho que apresenta maior número de empresas candidatas aos projetos, num total de 70, o que representa 29% do total das empresas do distrito, seguida por Elvas, num total de 54 empresas, correspondente a 22%, onde predominam diversos sectores de atividade, como

comércio, serviços, indústria e turismo. No que diz respeito à variação do volume de negócios, Portalegre apresenta o valor maior do distrito, com uma variação de 39% seguindo-se Ponte de Sor, com 34% onde predomina a indústria e os serviços, e de seguida Elvas com uma variação de 16%, como os três concelhos de maior preponderância em termos de variação de volume de negócios. Quanto ao emprego destaca-se Portalegre e Ponte de Sor com uma variação positiva de 42% e 26% respetivamente. No que respeita à variação do emprego, a mesma é positiva pois apenas em Gavião, Fronteira e Monforte se registou descida no número de funcionários das empresas. Mais uma vez nos restantes concelhos conseguiu-se aliar a evolução tecnológica da empresa com o aumento do número de trabalhadores.

Num universo de 306 empresas concorrentes a projetos QREN 2007-2013 no Alentejo Litoral (quadro 5.14), podemos destacar o distrito de Santiago do Cacém com um total de 84 projetos, o que representa cerca de 27% do total das empresas concorrentes, repartidos pelos diversos sectores de atividade, como a indústria, comércio, serviços e turismo, seguido de Odemira que apresentou 64 candidaturas, correspondente a 21%, onde predomina o turismo e muito próximo Sines com 59 empresas que corresponde a 19%, onde se destaca o sector dos serviços. Há a destacar o grande volume de negócios neste distrito, pois mais de metade situa-se em Sines, muito por culpa do porto de Sines e da refinaria de petróleo aí existentes. Sendo um ponto importante para impulsionar a economia local, com uma variação do volume de negócios correspondente a 57%. No emprego para além de Sines com uma variação de 22% há a destacar Alcácer do Sal e Odemira com uma variação de 24% e 33%, respetivamente.

Quadro 5.14 Empresas no Alentejo Litoral

Distrito	Concelho	Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%3	Var. Vol. Neg	%4	Emp. Total Pre Projeto	%5	Var Emp. Total	%2
Setúbal	Alcácer do Sal	52	17%	9892014,51	6%	73648513,7	13%	168	11%	306	24%
	Grândola	44	14%	6092019,54	4%	43192005,35	8%	139	9%	239	19%
	Multi-Concelhos	2	1%	51115495,54	34%	15574538,41	3%	14	1%	-6	0%
	Santiago do Cacém	84	27%	52507249,69	34%	46263414,26	8%	545	37%	34	3%
	Setúbal	1	0%	0	0%	12	0%	5	0%	0	0%
	Sines	59	19%	24499685,14	16%	312489285,8	57%	446	30%	285	22%
	Odemira	64	21%	8130103,83	5%	59122354,23	11%	164	11%	430	33%
TOTAL		306	100%	152.236.568,25 €	100%	550.290.123,74 €	100%	1481	100%	1288	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

O facto da Lezíria do Tejo e Medio Tejo estarem agregados ao Alentejo, devido à nova agregação das NUTS, leva-nos também a estudar esta região, tendo por base o quadro 5.14.

Devemos considerar esta região como parte do Alentejo, pois acaba por dar outro suporte ao Alentejo e à própria região, pois se estivesse associada à Região de Lisboa, teria uma menor influência e também acabaria por ter uma fatia menor de apoios do que aquela que tem atualmente, e para o Alentejo acaba por elevar de certa forma as características da região, tanto em termos de emprego, volume de negócios e número de empresas. No entanto, têm o lado menos positivo pois não reflete a total realidade de Alentejo, elevando de certa forma os números que possam ser apresentados pelos fundos comunitários.

Quadro 5.15 Empresas na Lezíria do Tejo e Médio Tejo

Distrito	Concelho	Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%3	Var. Vol. Neg	%4	Emp. Total Pre Projeto	%5	Var Emp. Total	%2
Santarém	Abrantes	1	0%	772108,46	0%	-772108,46	0%	11	0%	-11	1%
	Almeirim	42	7%	42214961,04	7%	4699478,18	1%	237	4%	-80	11%
	Alpiarça	9	2%	1660003,39	0%	18337581,61	2%	32	1%	-5	1%
	Benavente	84	15%	51314693,84	9%	105174620,1	12%	686	12%	190	-25%
	Cartaxo	47	8%	61966748,77	11%	-16081169,82	-2%	650	12%	-292	39%
	Chamusca	32	6%	14222974,18	3%	98419162	12%	256	5%	158	-21%
	Coruche	20	4%	8049140,83	1%	32823997,06	4%	112	2%	34	-5%
	Golegã	12	2%	9442647,58	2%	13303597,42	2%	73	1%	45	-6%
	Multi-Concelhos	1	0%	20090903,32	4%	803636,13	0%	2	0%	0	0%
	Ourém	2	0%	4082659,75	1%	14125986,39	2%	75	1%	57	-8%
	Rio Maior	79	14%	99217952,6	17%	234788538,9	28%	1245	23%	-376	50%
	Salvaterra de Magos	27	5%	36366901,47	6%	5436298,84	1%	234	4%	-12	2%
	Santarém	212	37%	219108068,6	39%	334678555,1	40%	1890	34%	-458	61%
TOTAL		568	100%	568.509.763,81 €	100%	845.738.173,44 €	100%	5503	100%	-750	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Conforme apresentado no quadro 5.15, podemos verificar, que a Lezíria do Tejo e Medio Tejo é a região que mais rivaliza com o Alentejo Central em número de candidaturas pois apresentam um total de 568 empresas concorrentes a projetos de fundos comunitários, sendo que, mais uma vez a maioria dos projetos se situe no concelho de Santarém, com um total de 212 projetos, o que corresponde a 37%, com predominância de sectores da indústria e serviços, seguido de Benavente mas com uma distância considerável, pois apenas concorreram 84 empresas, com um impacto de 15% no total das empresas, onde o sector principal são os serviços. Quanto ao volume de negócios a “fatia” maior situa-se em Santarém, com uma variação positiva de 40%, seguida por Rio Maior, com uma variação também positiva de 28%, com os sectores de atividade repartidos por indústria, comércio e serviços, logo depois por Benavente, com uma variação de 12%. São estes os concelhos onde se gera maior volume de negócios do distrito situado na Lezíria do Tejo. Se nos referirmos à variação do emprego destacam-se, os distritos de Santarém e Rio Maior com 61% e 50% respetivamente, destacando-se como os grandes empregadores da região.

Para finalizar a nossa análise há que destacar alguns projetos que embora sejam fora do Alentejo, estão ligados de certa forma ao programa QREN 2007-2013, pois segundo informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) tratam-se de empresas com as suas sedes fora da região, mas que optaram por fazer alguns dos seus investimentos na NUTS II Alentejo, projetos esses sediados em Lisboa e Coimbra, de acordo com os seguintes dados:

Quadro 5.16 Empresas do concelho de Lisboa/ Coimbra

Distrito	Concelho	Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%	Var. Vol. Neg	%	Emp. Total Pre Projeto	%	Var Emp. Total	%
LISBOA	Oeste	1	3%	250456,57	0%	-250456,57	0%	7	1%	-7	-7%
	Azambuja	33	83%	41789065,4	26%	54469041,21	41%	403	81%	97	93%
	Grande Lisboa	1	3%	0	0%	7916681	6%	0	0%	6	6%
Coimbra	Baixo Mondego	1	3%	0	0%	935388	1%	0	0%	10	10%
Multi-Concelhos	Multi-Regiões	4	10%	121017173	74%	68275749,26	52%	90	18%	-2	-2%
TOTAL		40	100%	163.056.695,01 €	100%	131.346.402,90 €	100%	500	100%	104	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Nestes casos “especiais” pode verificar-se que tem um peso muito reduzido no estudo, pois apenas representam 40 empresas, sendo que a Azambuja é o concelho do Distrito de Lisboa que apresenta maior número de empresas, num total de 33, onde predomina a indústria. Por outro lado o volume de negócios apresenta valores maiores no que chamamos “multi – Concelhos” ou seja, são empresas ou entidades por norma do Estado que atuam em diversas regiões daí apresentarem um volume superior.

Para concluir o estudo acima referido, pode dizer-se que no distrito de Évora é o próprio concelho que apresenta um maior número de empresas concorrentes a projetos, tal como o maior volume de negócios. Por outro lado o distrito de Beja apresenta também o seu concelho como aquele que mais empresas candidatou a projetos, no entanto o maior volume de negócios situa-se em Ferreira do Alentejo. Quando passamos para o Distrito de Portalegre verificamos que é na própria cidade de Portalegre que se regista o maior número de empresas e volume de negócios. No Distrito de Santarém a situação repete-se e o concelho possui o maior número de empresas e volume de negócios. Em Setúbal, o concelho que apresenta maior número

de empresas a concurso é Santiago do Cacém e o maior volume de negócios situa-se em Sines, e para finalizar, nos casos especiais de Lisboa e Coimbra, o maior número de empresas esta na Azambuja e o volume de negócios nos chamados “multi-Concelhos”.

5.5 Análise Sectorial

Neste capítulo vamos procurar explicar como estão repartidas as empresas e o volume de negócios de acordo com os sectores de atividade económica, que estão repartidos pelo Código de atividade empresarial (CAE), denominado CAE. REV 3, que estabelece o novo quadro das atividades económicas portuguesas, e que está em concordância com a nomenclatura estatística das atividades económicas na Comunidade Europeia. Os objetivos do CAE REV. 3 são essencialmente estatísticos, no entanto, podem ser utilizados para fins não estatísticos. Logo os princípios básicos da sua construção, o tipo de unidades estatísticas a que se aplica, as regras de classificação e a determinação da atividade principal, entre outros, estão associados aos objetivos estatísticos.

Para melhor se perceber o que foi dito anteriormente, de seguida será efetuada uma análise por sectores de atividade repartida por CAE com 5 dígitos onde procuramos a quantidade de empresas que concorreram aos projetos de fundos comunitários e que contributo teve no volume de negócios. Para os intervalos entre 01111 a 19203 apuramos os resultados do quadro 5.17.

O nosso intervalo de estudo, que varia entre os códigos 01111 e 19203, dedica-se às atividades ligadas à agricultura, floresta, caça e pesca, produção animal, diversa indústria transformadora, impressão de jornais e produtos petrolíferos.

Quadro 5.17 Número de empresas por sectores de atividades

Intervalos	CAE (5 dígitos)	Nº de empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%	Var Vol Negócios	%	Emprego Total	%	Var Emprego Total	%
I01111/01702.	Agricultura, Produção animal e caça	22	7%	8085392,64	3%	430936,7	0%	179	4%	-44	16%
I02100/03220.	Floresta e Pesca	9	3%	5376251,21	2%	2131728,67	0%	73	2%	-34	12%
I05100/09900.	Industria Extrativa	50	17%	26564917,08	9%	15681938,14	2%	693	17%	-369	131%
I10110/10920.	Industria Transformadora de produtos alimentares	90	30%	119427228,2	40%	477890660,8	67%	1627	40%	-379	135%
I11011/11072.	Industria Transformadora - Industria das bebidas	62	21%	83965413,62	28%	24585817,46	3%	745	18%	-76	27%
I13101/15202.	Industria Transformadora - Vestuário	16	5%	7591409,08	3%	10329113,2	1%	174	4%	21	-7%
I16101/16295.	Industria Madeira	32	11%	41554251,18	14%	117925900,1	17%	371	9%	515	-183%
I17110/18200.	Fabricação de papel impressa de jornais	14	5%	8513963,24	3%	20706322,6	3%	178	4%	32	-11%
I19100/19203.	Fabricação de produtos petrolíferos	4	1%	0	0%	39335179,85	6%	0	0%	53	-19%
	TOTAL	299	100%	301078826,3	100%	709017597,5	100%	4040	100%	-281	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Devido ao facto da atividade económica estar repartida por diversos sectores, desde a alimentação, bebidas, vestuário e madeira, faz com que o número de empresas concorrentes aos projetos seja maior. No caso da indústria transformadora, concorreram 200 empresas, o que representa 67% do total das empresas, num total de 299, o que é bastante significativo. Apesar do sector primário não ser o foco do nosso estudo, este conjunto de intervalos acaba por evidenciar essa atividade económica, que representa uma pequena fatia do total das empresas, com destaque para a indústria extrativa, com um total de 50 empresas, o que representa um total de 17% das empresas concorrentes nestes intervalos. No que respeita ao volume de negócios não é muito diferente pois mais de metade da variação deste indicador foi gerado pela indústria alimentar, seguida da indústria da madeira, com uma variação 67% e 17% respetivamente. Em termos da sua localização, sendo a indústria de transformação de produtos alimentares aquela que apresenta um maior número de empresas a concurso, num total de 90, as mesmas encontram-se repartidas por exemplo em Évora na indústria da panificação, em Vendas Novas na indústria do leite e derivados, Estremoz e Portel, na produção de produtos à base de carne e Montemor-o-Novo com a produção de azeite. Em termos de emprego, apesar de existir alguma variação negativa, há a destacar a indústria da Madeira (-183%) que por ter uma taxa de variação negativa significa que mais contribuiu para o aumento do emprego que no

total revelou uma diminuição. Além desta indústria apenas a Fabricação de produtos petrolíferos, de Papel e de Vestuário mostram um aumento do emprego ao longo do período em análise. A indústria alimentar e a indústria extrativa foram as indústrias onde se verificou a maior diminuição do emprego, 135% e 131% respetivamente.

Quadro 5.18 Número de empresas por sector de atividade

Intervalos	CAE (5 dígitos)	Nº de empresas	%	Volume Negocios Pré Projeto	%	Var Vol Negocios	%	Emprego Total	%	Var Emprego Total	%
I20110/20600.	Fabricação de produtos quimicos	30	14%	15375352,11	6%	96412926,13	13%	137	5%	231	26%
I21100/21202.	Produção produtos farmaceuticos	4	2%	8217946,43	3%	20978125,57	3%	38	1%	17	2%
I22111/22292.	Fabricação de borrachas e plasticos	16	8%	23353797,74	10%	51314698,46	7%	237	8%	103	12%
I23110/23992.	Produção de produtos não metalicos	51	24%	77691579,87	32%	70326202,02	10%	933	33%	-188	-21%
I24100/25992.	Industrias metalurgicas de base	45	21%	44465329,12	18%	63496779,91	9%	625	22%	77	9%
I26110/26800.	Fabricação de produtos informaticos	8	4%	11593554,18	5%	5059197,15	1%	137	5%	14	2%
I27110/27900.	Fabricação de equipamento eletrico	15	7%	9718258,57	4%	88391624,82	12%	39	1%	119	14%
I28110/30990.	Fabricação de maquinas,equipamentos e veiculos	44	21%	51256612,55	21%	342261844,6	46%	647	23%	502	57%
	TOTAL	213	100%	241672430,6	100%	738241398,6	100%	2793	100%	875	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Tendo por base o quadro 5.18 podemos observar a variação relativa a atividades como produção de produtos químicos e farmacêuticos, produção de borrachas, plásticos, produtos não metálicos, fabricação de material informático e elétrico bem como produção de máquinas e equipamentos. Em termos de empresas contabilizamos um total de 213 que concorreram aos fundos comunitários nestas áreas de atividade, com destaque para a produção de produtos não metálicos que englobam 51 empresas, o que representa um total de 24% do total das empresas, localizadas, por exemplo, em Alandroal, Santarém, Vila Viçosa, e Borba onde predomina fabricação de artigos em mármore e rochas similares, logo seguida pela indústria metalúrgica de base com 45 empresas, que representam cerca de 21%, localizadas por exemplo em Arraiolos, Sines, Vendas Novas e Rio Maior através da produção de portas janelas e artigos similares em metal. Quanto ao volume de negócios destaca-se a fabricação de máquinas e equipamentos que foi responsável por quase metade do aumento do volume de negócios envolvido nas atividades referidas

(46%), embora os valores pre projeto evidenciem que não era o sector mais importante deste grupo. Quanto à variação do emprego destaca-se também a fabricação de máquinas e equipamentos com uma variação positiva de 57%, seguida da fabricação de produtos químicos com uma variação positiva no emprego de 26%. Comparando os quadro 5.17 e 5.18 podemos verificar que a indústria da madeira e a fabricação de máquinas, equipamentos e veículos revelaram um efeito idêntico em termos de criação de emprego.

Quadro 5.19 Número de empresas por sector de atividade

Intervalos	CAE (5 dígitos)	Nº de empresas	%	Volume Negocios Pré Projeto	%	Var Vol Negocios	%	Emprego Total	%	Var Emprego Total	%
31010/31094.	Fabricação de mobiliário de colchões	8	2%	2559695,94	1%	7069451,42	1%	88	2%	-25	6%
32110/32996.	Outras industrias transformadoras	12	2%	7340036,78	2%	31292130,54	5%	102	3%	126	-32%
33110/33200.	Reparação, manutenção e instalação de maquinas e equipamentos	14	3%	7212953,63	2%	126504747,4	19%	92	3%	178	-45%
35111/39000.	Electricidade, gas e agua e descontaminação	38	7%	5774762,99	1%	96157280,18	15%	152	4%	330	-84%
41100/43992.	Construção	62	12%	45864837,76	10%	-10513505,16	-2%	753	21%	-479	122%
45110/47990.	Comercio por grosso e a retalho; Reparação de automoveis e motociclos	377	71%	360247399,3	81%	389489824,7	60%	2254	62%	-538	137%
49100/53200.	Transportes e armazen	20	4%	13915819,74	3%	9055882,87	1%	171	5%	14	-4%
	TOTAL	531	100%	442915506,1	100%	649055812	100%	3612	100%	-394	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

De acordo com os dados, que se referem aos CAE 31010 53200, podemos referir que estão associados ao fabrico de mobiliário e colchões, outras indústrias transformadoras, reparação instalação e manutenção de máquinas e equipamentos, eletricidade, gás e água, construção, comércio por grosso e a retalho e transportes e armazém, sendo que estas atividades representaram 531 projetos concorrentes aos fundos comunitários. Nestas atividades há a destacar uma atividade de grande relevo na economia, o comércio por grosso e a retalho que para além de ter um número de 377 projetos, o que representa 71% do total dos projetos a concurso, possui um volume de negócios muito elevado, ocupando mais de metade da variação no indicador gerado pelas atividades referidas acima, com uma variação positiva do volume de negócios de 60%, encontrando-se como seria de esperar, espalhado por todos os concelhos do Alentejo, pois retrata todas as atividades de comércio

existentes no mercado. No entanto, em termos de empregabilidade destacam-se o efeito negativo das atividades de comércio por grosso e a retalho e da construção com o maior efeito negativo para a diminuição do emprego neste conjunto de atividades produtivas (com uma contribuição de 137% 122%, respetivamente).

Quadro 5.20 Nº de empresas por sector de atividade

Intervalos	CAE (5 dígitos)	Nº de empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%	Var Vol Negócios	%	Emprego Total	%	Var Emprego Total	%
I55111/56305.	Alojamento restauração e similares	250	33%	206406104,5	69%	323968016,7	29%	906	32%	2288	51%
I58110/63990.	Actividades de Informação e de Comunicação	185	24%	41411869,32	14%	525790365,1	47%	890	32%	1283	28%
I64110/64110.	Actividades financeiras e de seguros	1	0%	2704411,09	1%	-2704411,09	0%	1	0%	-1	0%
I68100/68100.	Actividades Imobiliarias	1	0%	128411,5	0%	259904,88	0%	2	0%	3	0%
I69901/74900.	Actividades de consultoria, científicas e técnicas similares	324	43%	47107859,96	16%	266127250,5	24%	1018	36%	949	21%
	TOTAL	761	100%	297758656,3	100%	1113441126	100%	2817	100%	4522	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Tendo em conta os dados obtidos no quadro 5.20, as atividades referidas são alojamento restauração e similares, atividades de informação e comunicação, atividades financeiras e de seguros, atividades imobiliárias e atividades de consultoria, científicas e técnicas similares, que em conjunto apresentam 761 empresas a concorrer aos projetos financiados pelo QREN, com destaque para as atividades de consultoria que conseguem 324 empresas, o que representa cerca de 43% do total das empresas a concorrer aos fundos, o que é significativo, pois tratando-se de um serviço, o mesmo encontra-se repartido pelos diversos concelhos do Alentejo, mesmo tratando-se de uma vertente mais de gestão e consultoria. Por outro lado, a atividade que apresenta a maior variação do volume de negócios são as atividades de informação e comunicação, com uma contribuição positiva de 47%, localizadas por exemplo em Rio Maior através da produção de atividades de consultoria informática ou através de programação informática em Évora, seguida pelo alojamento restauração e similares, com uma variação também positiva do volume de negócios a rondar os 29% estando associados ao turismo e a concelhos como Évora, Marvão, Mértola, Estremoz e Sines. No que respeita ao emprego são as atividades de alojamento restauração e similares, conjuntamente com as atividades de informação e Comunicação que apresentam o maior crescimento, com uma variação do emprego

superior a 50%, o que demonstra muito a influencia dos fundos comunitários nesta área, modernizando o sector e consequentemente aumentar o número de empregados. Destaca-se ainda o facto de serem estas duas atividades as que mais influenciaram a variação total de emprego no Alentejo durante o período em análise.

Quadro 5.21 Nº empresas por sector de atividade

Intervalos	CAE (5 dígitos)	Nº de empresas	%	Volume Negocios Pré Projeto	%	Var Vol Negocios	%	Emprego Total	%	Var Emprego Total	%
175000/75000.	Actividades veterinárias	1	1%	126625,24	0%	-126625,24	0%	3	0%	-3	-1%
177110/82990.	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	84	51%	20840492,82	12%	102337403,8	53%	567	66%	68	18%
184111/88990.	Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	13	8%	6453974,76	4%	18655056,51	10%	80	9%	7	2%
190010/93294.	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	60	36%	13130167,79	8%	45846336,81	24%	159	19%	312	85%
194110/98200.	Outras atividades e serviços	7	4%	131165189,3	76%	25082074,09	13%	39	5%	-17	-5%
199000/99000.	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	1	1%	695494,55	0%	131105,45	0%	7	1%	1	0%
	TOTAL	166	100%	172411944,5	100%	191925351,4	100%	855	100%	368	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Tendo em conta os dados apresentados podemos verificar que as atividades representadas são atividades veterinárias, administrativas e de serviços de apoio, administração pública e defesa, atividades artísticas, de espetáculos e desportivas e atividades de organismos internacionais. Estas atividades em conjunto somam um total de 166 empresas a concurso a fundos comunitários, sendo de destacar as atividades administrativas e serviços de apoio com um total de 84 empresas a concurso, o que representa mais de 50% das empresas totais, sendo uma atividade ligada aos serviços encontra-se espalhada um pouco por todo o Alentejo com destaque para os grandes centros, como Évora Beja e Portalegre, por exemplo, atividades ligadas às agências de viagens. Em segundo lugar encontram-se atividades artísticas, de espetáculos e desportivas com um total de 60 empresas, o que representa cerca de 36%, com destaque para Évora onde uma das atividades desenvolvidas é a organização de atividades de animação turística. No mesmo caminho seguiu a variação do volume de negócios, pois é nestas duas atividades que foi mais elevado, com uma contribuição positiva para o total desse conjunto de atividades de 53% e 24% respetivamente.

Quanto ao emprego regista-se uma contribuição positiva de 85% nas atividades artísticas de espetáculos e desportivas e de 18% nas atividades administrativas e de serviços de apoio.

De forma a concluir a análise repartida por diversos sectores, é importante saber a nível de todo o Alentejo qual o sector onde mais empresas concorreram a projetos e onde o volume de negócios é mais elevado. Em termos gerais a atividade onde mais empresas concorreram aos Fundos Comunitários, através da vertente QREN 2007-2013, foram empresas ligadas ao ramo do comércio por grosso, definido como a atividade de compra e venda em que o comprador não corresponde ao consumidor final, uma vez que o seu objetivo é voltar a vender (daí o nome revenda) a mercadoria a outro comerciante ou a uma empresa transformadora que utilize a matéria-prima para a transformar/processar e a retalho, que se pode definir como a atividade de compra e venda de mercadorias cujo comprador é o consumidor final, com um total de 377. O facto deste valor ser o mais elevado não é de admirar visto que é dos maiores sectores de atividade que opera em Portugal. No que diz respeito ao volume de negócios podemos verificar que a atividade que apresenta o valor mais elevado em termos de variação no volume de negócios é a atividade de informação e de comunicação (15%), logo seguida pela indústria transformadora de produtos alimentares (14%), e em terceiro lugar a atividade de comércio por grosso e a retalho com uma representação de 11% das empresas envolvidas no estudo.

5.6 Análise por Tipologia de Investimento

Nesta análise pretende-se de forma breve perceber quais as principais tipologias de investimento desenvolvidas no Alentejo pelo QREN 2007 – 2013. Para isso podemos observar o quadro 5.22 onde estão representadas as tipologias de investimento nas NUTTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Quadro 5.22 Tipologias de Investimento no Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Central

	Nº Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%	Var. Volume Negócios	%	Emprego Total Pré Projeto	%	Var. Emprego Total	%
Alentejo Central										
Empreendedorismo	51	9%	122600	0%	-122600	0%	27	1%	-27	-1%
Energia ou Ambiente	9	2%	11423012,31	4%	-11423012,31	-1%	147	4%	-147	-6%
I&DT e Transferência de Tecnologia	1	0%	0	0%	0	0%	24	1%	-24	-1%
Inovação	108	19%	39858007,28	14%	-39858007,28	-3%	877	24%	-877	-34%
Projeto em Cooperação	1	0%	0	0%	3752883,62	0%	0	0%	4	0%
Projeto Individual	213	37%	137396320,8	48%	351917007,1	30%	1385	39%	1110	43%
(em branco)	196	34%	99096023,48	34%	862631630,5	74%	1132	32%	2565	99%
TOTAL	579	100%	287895963,9	100%	1166897902	100%	3592	100%	2604	100%
Alto Alentejo										
Empreendedorismo	21	9%	447689,72	0%	-447689,72	0%	13	1%	-13	-1%
Energia ou Ambiente	8	3%	17697339,59	11%	-17697339,59	-9%	105	6%	-105	-10%
I&DT e Transferência de Tecnologia	1	0%	0	0%	0	0%	7	0%	-7	-1%
Inovação	28	12%	41095657,84	26%	-41095657,84	-20%	284	17%	-284	-26%
Projeto Individual	83	34%	53349329,59	34%	105247015,4	51%	589	34%	461	42%
(em branco)	101	42%	44108058,42	28%	160239469,2	78%	719	42%	1041	95%
TOTAL	242	100%	156698075,2	100%	206245797,5	100%	1717	100%	1093	100%
Baixo Alentejo										
Empreendedorismo	27	11%	3051958,86	2%	-3051958,86	-1%	21	2%	-21	-3%
Energia ou Ambiente	2	1%	8131706,76	6%	-8131706,76	-2%	24	2%	-24	-3%
Inovação	49	21%	32072819,02	25%	-32072819,02	-6%	394	30%	-394	-52%
Projeto Individual	80	34%	47923864,95	38%	146174162,1	29%	428	32%	324	43%
(em branco)	77	33%	36259948,06	28%	398245209	79%	457	35%	866	115%
TOTAL	235	100%	127440297,7	100%	501162886,4	100%	1324	100%	751	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Uma nota importante e que devemos reter, prende-se com a dificuldade em analisar estes dados, pois nesta metodologia fica evidente as lacunas da base ao não ter todos os campos devidamente preenchidos, apresentando algumas limitações. Importa referir que a análise deve ser feita de uma forma cuidada e atenta, pois inevitavelmente os resultados estarão enviesados.

De acordo com as NUTS III o Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Central representam um total de 1056 empresas concorrentes aos fundos comunitários. As tipologias de investimento a que nos referimos e que servirão de base para a restante análise são empreendedorismo, Energia ou Ambiente, Inovação, Projetos Individuais e de cooperação e I&DT. No caso do Alentejo Central há a destacar os projetos individuais com um total de 213, o que corresponde a 37% do total dos projetos nem total global de 579. O caso do Baixo Alentejo é idêntico ao do Alentejo Central, onde os projetos individuais são cerca de 80, o que corresponde a 34% num total global de 235 projetos. O mesmo se passa no Baixo Alentejo onde o número de projetos individuais é 83, com uma percentagem de 34%, idêntica ao Alentejo central, para um total global de 242. Se observarmos o gráfico 5.22 verifica-se que logo a seguir aos projetos individuais os projetos em inovação vem logo de seguida, este indicador mostra-nos que no interior do Alentejo as empresas optam por projetos individuais, o que de certa forma não engloba outros parceiros o que torna o projeto mais simples e optam por projetos de inovação, pois reconhecem que as suas empresas precisam de modernização tecnológica para fazer fase às novas exigências do mercado e competirem de forma igual com outras empresas do mesmo sector. Quanto ao volume de negócios e emprego tanto no Alentejo Central, Baixo e Alto Alentejo os projetos individuais destacam-se com variações positivas, o que mostra a influência destes projetos na região.

É importante referir que na base de dados algumas empresas não possuíam a tipologia de investimento daí aparecer “em branco” nalguns casos referidos no gráfico.

Quadro 5.23 Tipologias de Investimento no Alentejo Litoral

Alentejo Litoral	Nº empresas	%	Vol. Neg. Pré Projeto	%	VAR. Vol. Negócios	%	Emprego Total Pré Projeto	%	VAR Emprego Pré Projeto	%
Empreendedorismo	32	10%	0	0%	0	0%	15	1%	-15	-1%
Energia ou Ambiente	1	0%	570199,04	0%	-570199,04	0%	19	1%	-19	-1%
I&DT e Transferência de Tecnologia	4	1%	0	0%	0	0%	29	2%	-29	-2%
Inovação	66	22%	44775979,84	29%	-44775979,84	-8%	579	39%	-579	-45%
Projeto Individual	94	31%	42145351,13	28%	107809936,8	20%	506	34%	670	52%
(em branco)	109	36%	64745038,24	43%	487826365,8	89%	333	22%	1260	98%
TOTAL	306	100%	152236568,3	100%	550290123,7	100%	1481	100%	1288	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

Tendo por base o quadro 5.23, que mostra as empresas concorrentes a projetos no Alentejo Litoral, verificamos que existe um número considerável de empresas naquela zona, totalizando 306 empresas, em parte devido ao grande fluxo de negócio que existe nesta zona, muito associado ao porto de Sines e à refinaria petrolífera. No entanto a diferença em termos de escolhas por parte dos empresários para o interior alentejano não é diferente pois continuam a prevalecer os projetos individuais e projetos de inovação, que em termos de percentagem do número de empresas cada projeto representa 31% e 22% respetivamente. O que mais uma vez demonstra a preocupação das empresas em inovar e modernizar as suas empresas e dota-las de instrumentos capazes de fazer face às necessidades do mercado. Quanto à variação do volume de negócios e do emprego destacam-se os projetos individuais, ambos com uma variação positiva. No caso do volume de negócios destaca-se com uma variação de 20% e o emprego apresenta uma variação total de 52%, o que demonstra a importância dos projetos para o crescimento desta zona do Alentejo.

Outras duas regiões importantes que também fazem parte das NUTS III Alentejo devido às novas agregações são a lezíria do Tejo e o Medio Tejo e conforme podemos observar no quadro abaixo, continuam a destacar-se os projetos individuais e de Inovação, no entanto os projetos em empreendedorismo estão em destaque com um número considerável, sendo que esta opção pode justificar-se por ser uma zona mais no litoral e com uma maior proximidade de Lisboa, e a própria região apresenta

outros argumentos em termos económicos que o Alentejo, o que faz com que as empresas optem por outras vertentes de projetos.

Quadro 5.24 Lezíria do Tejo e Médio Tejo

	Nº Empresas	%	Volume Negócios Pré Projeto	%	Var. Volume Negócios	%	Emprego Total Pré Projeto	%	Var. Emprego Total	%
Lezíria Tejo										
Empreendedorismo	96	16%	150402,99	0%	-150402,99	0%	40	1%	-40	6%
Energia ou Ambiente	26	4%	38379504,26	6%	-38379504,26	-4%	282	5%	-282	40%
I&DT e Transferência de Tecnologia	8	1%	0	0%	0	0%	175	3%	-175	25%
Inovação	157	26%	106708569,4	18%	-106708569,4	-12%	2044	35%	-2044	292%
Projeto em Cooperação	1	0%	0	0%	281956646	32%	0	0%	2	0%
Projeto Individual	158	26%	203764529,9	34%	165796641,3	19%	1783	31%	557	-80%
(em branco)	152	25%	256441054,4	42%	584338526,2	66%	1496	26%	1283	-184%
TOTAL	598	100%	605444061	100%	886853336,7	100%	5820	100%	-699	100%
Médio Tejo										
Inovação	1	33%	772108,46	16%	-772108,46	-6%	11	13%	-11	-24%
(em branco)	2	67%	4082659,75	84%	14125986,39	106%	75	87%	57	124%
TOTAL	3	100%	4854768,21	100%	13353877,93	100%	86	100%	46	100%

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

De seguida são apresentados os casos que chamamos “especiais”, ou seja, Grandes Lisboa, Baixo Mondego, Oeste e Multi–distritos.

Quadro 5.25 Tipologia de Investimento na Grande Lisboa, Baixo Mondego, Oeste e Multi-distritos

	Nº Empresas	Volume Negócios Pré Projeto	Var. Volume Negócios	Emprego Total Pré Projeto	Var. Emprego Total
Coimbra (Baixo Mondego)					
Projeto individual	1	0	935388	0	10
Grande Lisboa					
Projeto Individual	1	0	7916681	0	6
Oeste					
Inovação	1	250456,57	-250456,57	7	-7
Multi distritos					
(em branco)	4	121017173	68275749,26	90	-2
Total	7	121267629,6	76877361,69	97	7

Fonte: Dados fornecidos pela CCDR Alentejo – Quadro elaborado pelo autor

De acordo com os dados apresentados, as tipologias presentes nestas regiões são os projetos individuais e inovação. Estas regiões tem pouca expressão no nosso estudo pois trata-se de empresas com sedes fora do Alentejo mas que efetuaram os seus investimentos e as suas candidaturas no Alentejo, daí aparecerem aqui e os multi distritos trata-se de empresas maioritariamente públicas que efetuaram investimentos em diversas zonas entre elas o Alentejo.

De forma resumida, a conclusão que podemos retirar deste capítulo é que quer no Alentejo central, Baixo Alentejo e Alto Alentejo, predominam os projetos individuais e de inovação pois tal como se falou anteriormente, no entender dos empresários e tendo em conta as características das empresas foram aqueles que iam de encontro às necessidades das mesmas e da região, e quanto à variação do volume de negócios e do emprego podemos destacar uma variação positiva nos projetos individuais. Quanto ao Alentejo litoral apesar de ter características diferentes do interior alentejano predominam as mesmas características referidas anteriormente.

Por outro lado e com características diferentes estão a lezíria do Tejo e Médio Tejo, sendo que na Lezíria podemos destacar os projetos individuais como sendo aqueles que as empresas preferem com um total de 26%, no entanto a variação do volume de negócios prevalece nos projetos de cooperação com uma variação de 32% e em termos de variação de emprego destacam-se os projetos de inovação, com uma variação de 292%. No que respeita ao médio Tejo, destacam-se os projetos de inovação com 33% mas por outro lado há a destacar uma variação negativa dos mesmo quer no volume de negócios quer no emprego.

6. Conclusão

O QREN definiu que os sistemas de incentivos ao investimento empresarial passassem a privilegiar o investimento destinado a reforçar a base produtiva da economia, através da competitividade associada ao conhecimento e inovação e o aproveitamento de sinergias resultantes da eficiência coletiva.

Sendo o Alentejo uma região do interior do país e estando muitas vezes com níveis abaixo da média nacional, como na taxa de emprego ou na proporção de empresas com atividade de inovação, é de grande importância e sempre bem-vinda toda e qualquer atitude das empresas para que se fixem nesta região e contribuam para o seu crescimento. A região tem feito um percurso de preparação de instrumentos estratégicos com vista ao estímulo do conhecimento, da inovação e da transferência de tecnologia, de que é exemplo o Sistema de Incentivos sobre que incide este trabalho, que de uma forma mais ou menos assertiva têm contribuído para o alargamento das opções da região neste domínio. É a partir daqui que se procuram melhores resultados que decorrem da nova configuração de abordagem do conhecimento, da tecnologia e da inovação no processo de desenvolvimento regional, beneficiando das experiências anteriores.

A análise da aplicação do Sistema de Incentivos na região Alentejo no período 2007-2013 revelou que predominaram os investimentos com inovação de produto e organizacional, sendo estes investimentos promotores de maior crescimento do emprego, tanto em termos totais como o mais qualificado. Porém, apenas o segundo consegue promover de forma significativa a produtividade média do fator trabalho. Assim, torna-se evidente a dualidade existente na escolha das estratégias de inovação para Portugal, dado que a promoção da inovação não foi sempre acompanhada do aumento do emprego. Em termos de produtividade marginal verificou-se que foram os projetos de inovação organizacional que obtiveram melhor impacto na produtividade, e conseqüentemente numa componente da competitividade relativa destes projetos.

Muitas dos resultados alcançados com a ajuda dos fundos comunitários foram importantes para impulsionar a inovação, que muita falta faz ao Alentejo.

É importante aumentar o investimento, sobretudo em regiões deficitárias, em inovação pois estaria a promover-se o aumento da produção transacionável e a alteração do perfil do tecido económico da região, através do desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de investigação e desenvolvimento tecnológico e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos e ainda na criação de emprego qualificado. Outro elemento que pode ser considerado inovador é o reforço da capacidade empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços, através do investimento em atividades inovadoras e qualificadas, que contribuam para o aumento da cadeia de valor. O Alentejo precisa de investimentos no domínio da diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços, bem como nas suas fileiras produtivas e cadeias de valor que deverão ser mais alargadas e ter capacidade para gerar mais valor acrescentado.

Em termos da competitividade no Alentejo e Lezíria do Tejo, podemos destacar o Alentejo Litoral a Lezíria do Tejo e o Alto Alentejo como as regiões que mais cresceram em termos de competitividade, ou seja, este aumento conduz a um maior crescimento económico das empresas da região. Por outro lado, o Baixo Alentejo e o Alentejo Central não mostraram uma evolução tão acentuada como as restantes regiões.

Se olharmos em termos legislativos a aplicação dos Fundos Comunitários podemos efetuar uma diferenciação entre os 3 tipos de metodologias. Em termos de beneficiários todos incluíam as empresas, no entanto o SI Qualificação de PME acrescentou ainda entidades públicas e associações empresarias e o SI e I&DT para além das empresas e associações empresarias, contou também com entidades do SCT. No que se refere aos sectores de atividade, todos estavam englobados com a exceção do turismo no SI e I&DT. Em termos de projetos propriamente dito, cada um acabou por ter características próprias, sendo que, o mais abrangente era o SI Qualificação de PME, pois acabou por abranger uma área maior de tipologias a desenvolver,

apresentando um leque maior de fatores dinâmicos para a competitividade, passando pela internacionalização, inovação, economia digital, qualidade, entre outras, o que permitiu às empresas uma maior variedade de opções. Por outro lado o SI Inovação acabou por ser mais vocacionado para as melhorias tecnológicas que tinham impacto na produtividade, melhorias nos processos de produção, a criação de empresas com incidência na mão-de-obra qualificada e jovem. O SI e I&DT era mais vocacionado para o apoio à investigação através da criação e apoio a núcleos e centros de investigação.

Quanto aos incentivos todos eles tinham limites máximos a atribuir por projeto e no caso do Alentejo acabou por existir majorações, ou seja, acabaram por beneficiar de maior participação, pois situavam-se numa zona de baixa densidade populacional.

Quanto à metodologia utilizada, dado que a generalidade dos projetos estão associados a diversas tipologias de inovação, o que passa por melhorar a capacidade de inovação de uma empresa de forma a tornar-se mais competitiva e ir ao encontro das necessidades das mesmas, classificou-se essa tipologia em inovadores de produto, de processo, organizacional e de marketing, conforme explicado na dissertação. Foi necessário que a sua classificação considerasse as prioridades mais adequadas ao estudo. Assim pressupõe-se que nos projetos onde foi possível encontrar a inovação de produto simultaneamente com a inovação de processo, organizacional ou de marketing, as três últimas categorias estavam subordinadas à primeira, ou seja, assumiu-se que a inovação de processo, organizacional ou de marketing realizou-se em função da inovação de produto. No caso dos projetos com inovação de processo e simultaneamente outro tipo de inovação, que não a inovação de produto, considerou-se dominante a inovação de processo. Finalmente entre a inovação organizacional e a inovação de marketing a prioridade foi assumida pela primeira.

Relativamente à análise da evolução do emprego, VBP e VAB, podemos verificar que no universo das 1970 empresas no que respeita ao valor bruto da produção (VBP) verificou-se um grande crescimento nos sectores secundário e terciário do período pré projeto para o período pós projeto, sendo que no sector secundário destacam-se os inovadores do produto e no sector terciário os inovadores

organizacionais. Estes indicadores mostram-nos que o valor bruto da produção conheceu um forte crescimento neste período, impulsionado pelos fundos comunitários. Outro resultado identificado é o de que a evolução da produtividade, tanto do VAB como do VBP, confirma o aumento da eficiência e da competitividade das empresas da região.

Em termos geográficos podemos concluir que no distrito de Évora é o próprio concelho que apresenta um maior número de empresas concorrentes a projetos, tal como o maior volume de negócios associado aos projetos candidatados. Por outro lado no distrito de Beja também o seu concelho é aquele que mais empresas candidatou a projetos, no entanto o maior volume de negócios situa-se em Ferreira do Alentejo. Quando passamos para o Distrito de Portalegre o próprio concelho a par de Évora, consegue o maior número de empresas e volume de negócios candidatados. No Distrito de Santarém a situação repete-se e o concelho possui o maior número de empresas e volume de negócios. Em Setúbal, o concelho que apresenta maior número de empresas a concurso é Santiago do Cacém e o maior volume de negócios situa-se em Sines, e para finalizar, nos casos especiais de Lisboa e Coimbra, o maior número de empresas está na Azambuja e o volume de negócios nos chamados “multi – Concelhos”. Ainda que esta análise generalizante não o evidencia importa dar relevo a outros conselhos que, embora tivessem pouco relevo no momento pré-projeto acabaram por revelar variação muito interessantes, quer no VBP quer no emprego, como aconteceu em Mourão, em Aljustrel ou Nisa.

Se olharmos agora para os diversos sectores de atividade é importante saber ao nível de todo o Alentejo qual o sector onde mais empresas concorreram a projetos e onde o volume de negócios é mais elevado. Em termos gerais a atividade onde mais empresas concorreram aos Fundos Comunitários, através da vertente QREN 2007-2013, foram empresas ligadas ao ramo do comércio por grosso e a retalho com um total de 377. O facto deste valor ser o mais elevado não é de admirar visto que é dos maiores sectores de atividade em Portugal, pois por aqui passa muito daquilo que se compra e vende no nosso país. No que diz respeito ao volume de negócios podemos verificar que a atividade que apresenta o valor mais elevado é a atividade de

informação e de comunicação, pois é uma área que apesar de à primeira vista se pensar que pode ser só rádio, jornais e televisão, acaba por ser muito mais, como por exemplo edição de livros, revistas, edição de programas informáticos, jogos de computador, atividades cinematográficas como produção e distribuição de filmes. São tudo áreas que envolvem bastantes verbas, daí ser a que apresenta o maior volume de negócios com uma taxa correspondente de 15%, logo seguida pela indústria transformadora de produtos alimentares, com 14% e em terceiro lugar a atividade de comércio por grosso e a retalho com uma representação de 11% das empresas envolvidas no estudo.

Para finalizar focamo-nos nas diferentes tipologias de investimento no Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alto Alentejo, onde predominam os projetos individuais e de inovação pois, tal como se referiu anteriormente, no entender dos empresários e tendo em conta as características das empresas, foram aqueles que iam de encontro às necessidades das mesmas e da região. Quanto à variação do volume de negócios e do emprego podemos destacar uma variação positiva nos projetos individuais. No Alentejo litoral apesar de ter características diferentes do interior alentejano predominam as mesmas características referidas anteriormente.

Por outro lado, e com características diferentes, estão a Lezíria do Tejo e Médio Tejo, sendo que na Lezíria podemos destacar os projetos individuais como aqueles que as empresas preferem com um total de 26%. No entanto a variação do volume de negócios prevalece nos projetos de cooperação com uma variação de 32% e em termos de variação de emprego destacam-se os projetos de inovação, com uma variação de 292%. No que respeita ao Médio Tejo, destacam-se os projetos de inovação com 33% mas por outro lado há a destacar uma variação negativa dos mesmos quer no volume de negócios quer no emprego.

De uma forma global, os Fundos Comunitários QREN 2007-2013, dotaram as empresas de ferramentas para fazerem face às adversidades do mercado, tornando-as mais competitivas. Através de nova maquinaria, inovação dos seus processos produtivos e tecnologia. Muitas delas conseguiram dar um passo importante para o

seu crescimento e consolidação no mercado. Geraram globalmente mais emprego em todos os sectores, sobretudo no secundário e terciário, verificou-se uma variação positiva do crescimento do emprego do pré projeto para o pós projeto, tanto no emprego qualificado, jovem e técnico. Fatores que de certa forma para além de contribuírem para o crescimento da própria empresa, contribuem também para o crescimento e desenvolvimento da região onde estão envolvidas.

Tendo em conta os resultados apresentados, podemos deixar aqui uma opinião às entidades gestoras dos Fundos Comunitários, acerca da dualidade Emprego vs. Competitividade. Neste sentido, grande parte das tipologias de investimento consideradas, tendem a implementar a inovação nas empresas através de melhorias tecnológicas e maquinaria de ponta para que as empresas se tornem cada vez mais competitivas, quer no mercado nacional quer no mercado internacional. Simultaneamente, impõem-se o aumento do número de empregados da empresa como contrapartida de mais alguns benefícios como as majorações. Contudo, o facto de melhorarem tecnologicamente uma empresa tornando-a mais competitiva por vez significa a curto ou médio prazo uma diminuição do número de trabalhadores, pois a tecnologia acaba por substituir a mão-de-obra, sobretudo a operária. Assim, na nossa opinião é importante melhorar este aspeto, ou seja, melhorar tecnologicamente, mas encontrar ao mesmo tempo, de uma forma sustentável a integração da mão-de-obra, ou nalguns casos assumir e definir tipologias de investimento apenas e só para melhorias tecnológicas e outras apenas e só para o emprego. Deixamos a nossa sugestão para futuros estudos que possam surgir.

Para concluir a análise, e segundo Lagendijk (2015), com as políticas regionais de inovação pretende-se cumprir um duplo propósito: apoiar e tirar partido da produção e utilização de conhecimento, e simultaneamente reduzir as desigualdades espaciais nessa mesma produção e utilização de conhecimento. No entanto, apesar das políticas comunitárias de coesão terem permitido alguma dispersão ao nível das infraestruturas e riqueza, as capacidades de inovação continuam concentradas nas grandes aglomerações urbanas. Numa tentativa de alterar este cenário, na programação política da União Europeia para o período 2014-2020, seguiu-se uma

metodologia de planeamento próxima da metodologia *bottom-up*, com ampla participação dos *stakeholders* na elaboração das Estratégias de Especialização Inteligente específicas de cada região.

7. Referências Bibliográficas

Aboal, D., P. Garda, B. Lanzilotta & M. Perera (2015). Does Innovation Destroy Employment in the Services Sector Evidence from Developing Country. *Emerging Markets Finance & Trade*, 51, pp. 558-577.

Al-Mudimigh, A., Zairi, & M. Al-Mashari (2001). ERP implementation: an integrative framework. *European Journal of Information Systems*, 10, pp. 216-226.

Altinkemer, K., Y. Ozcelik & Z. Ozdemir (2007). Productivity and Performance Effects of IT-enabled Reengineering: A Firm-level Analysis. In *Proceedings of the 15th European Conference on Information Systems* (Österle H, Schelp J, Winter R eds.), pp. 985-993, University of St. Gallen, St. Gallen.

Antonucci, T., & Pianta, M., (2002). Employment effects of Product and Process Innovation in Europe. *International Review of Applied Economics*, 16 (3), pp. 295-307.

Aral, S. & P. Weill (2007). IT Assets, Organizational Capabilities, and Firm Performance: How Resource Allocations and Organizational Differences Explain Performance Variation. *Organization Science*, 18(5), pp. 763-780.

Aral, S., E. Brynjolfsson & D. Wu (2006). Which Came First, IT or Productivity? The Virtuous Cycle of Investment and Use in Enterprise Systems. *27th International Conference on Information Systems*, Milwaukee, USA.

Autio, E. (1998). Evaluation of RTD in regional systems of innovation. *European Planning Studies*, 6, pp. 131-140.

Bachtler, J., F. Wishlade & C. Méndez (2007). *New budget, new regulations, new strategies: the 2006 reform of EU Cohesion Policy*, Glasgow: European Policies Research Centre, University of Strathclyde.

Bharadwaj, A. (2000). A Resource-Based Perspective on Information Technology Capability and Firm Performance: An Empirical Investigation. *MIS Quarterly*, 24(1), pp. 169-196.

Bowonder, B., A. Dambal, S. Kumar & A. Shirodcar (2010). Innovation Strategies for Creating Competitive Advantage. *Research - Technology Management*, 53(3), pp.19-32.

Breschi, S. (2015). *The geography of knowledge flows*, in Cooke *et al.* (ed.), 2015. Handbook of Regional Innovation and Growth, pp. 132 – 142. Edward Elgar Publishing Limited, USA.

Brown, R.; Gatian, A. e Hicks, J. (1995). Strategic information systems and financial performance. *Journal of Management Information Systems*, 11(4), pp. 215-249.

Brynjolfsson, E. & L. Hitt (1998). Beyond the productivity paradox. *Communications of the ACM*, 41(8), pp. 49-55.

Brynjolfsson, E. & L. Hitt (1996). Paradox Lost, Firm-Level Evidence on the Returns to Information Systems Spending. *Management Science*, 42(4), pp. 541-558.

Capello, R. (2015). *Innovation and productivity: local competitiveness and the role of space*, in Cooke *et al.* (ed.), 2015. Handbook of Regional Innovation and Growth, pp. 107 - 118. Edward Elgar Publishing Limited, USA.

Chari, M., S. Devaraj & P. David (2007). International diversification and firm performance: Role of information technology investments. *Journal of World Business*, 42(2), pp. 184-197.

Chen, Y. & J. Zhu (2004). Measuring Information Technology's Indirect Impact on Firm Performance. *Information Technology and Management*, 5, pp. 9-22.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2005). *Plano Regional de Inovação do Alentejo*, Évora.

Cooke, P., B. Asheim, R. Boschma, R. Martin, D. Schwartz, & F. Tödting (2015). *Handbook of Regional Innovation and Growth*, Edward Elgar Publishing Limited, USA.

Dehning, B., V. Richardson & R. Zmud (2007). The financial performance effects of IT-based supply chain management systems in manufacturing firms. *Journal of Operations Management*, 25(4), pp. 806-824.

Dos Santos, B., K. Peffer & D. Mauer (1993). The Impact of Information Technology Investment Announcements on the Market Value of the Firm. *Information Research*, 4(1), pp.1-23.

Elejalde, R., D. Giuliadori & R. Stucchi (2015). Employment and Innovation: Firm-Level Evidence from Argentina. *Emerging Markets Finance & Trade*, 51, pp. 27-47.

Harrison, R., J. Jaumandreu, J. Mairesse & B. Peters (2014). Does Innovation Stimulate Employment? A Firm-Level Analysis Using Comparable Micro-data from Four European Countries. *International Journal of Industrial Organization* 35, no. 1, pp. 29 – 43.

Howells, J. (2005). Innovation and regional economic development: a matter of perspective?. *Research Policy*, 34, pp. 1220-1234.

Legendijk, A. (2015). *Regional innovation policy between theory and practice*, in Cooke *et al.* (ed.), 2015. Handbook of Regional Innovation and Growth, pp. 597 - 608. Edward Elgar Publishing Limited, USA.

Lanthenmaier, S., & Rottman, H., (2011). Effects of Innovation on Employment: A dynamic panel analysis. *International Journal of Industrial Organization*, 29 (2), pp. 210-220.

Lee, J. (2008). Complementary Effects of Information Technology Investment on Firm Profitability: The Functional Forms of the Complementarities. *Information Systems Management*, 25(4), pp. 364-371.

Lee, J. & U. Bose (2002). Operational linkage between diverse dimensions of information technology investments and multifaceted aspects of a firm's economic performance. *Journal of Information Technology*, 17, pp. 119-131.

Lim, J., V. Richardson & T. Roberts (2004). Information Technology Investment and Firm Performance: A Meta-Analysis. *Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences*.

Lisetchi, M. & L. Brancu (2014). The entrepreneurship concept as a subject of social innovation. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 124, Elsevier, pp. 87 – 92.

Martins, M. & P. Raposo (2005). Evaluating Computer's Productivity for Portuguese Firms. In *Proceedings of the 12th European Conference on Information Technology Evaluation*, Turku, Finland, pp. 327-335.

Mateus, A. (Coord.), (2015). *Três Décadas de Portugal Europeu*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Neto, P., Serrano, M., Fermisson, J., Nunes, C., & Duarte, N. (2015). UMPP Estudos 1^a Edição, Universidade de Évora.

Osey-Bryson, K. & M. Ko (2004). Exploring the relationship between information technology investments and firm performance using regression splines analysis. *Information & Management*, 42, pp. 1-13.

Porter, M. (1980). *Competitive Strategy*. New York, The Free Press.

Porter, M. (2008). *Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*, Nova Iorque, Simon & Schuster.

Porter, M. & V.E. Millar (1985). How information gives you competitive advantage. *Harvard Business Review*, 63(4), pp. 149-160.

Ramadani, V, H. Abazi-Alili, L. Dana, G. Rexhepi & S. Ibraimi (2017). The impact of knowledge spillovers and innovation on firm performance: findings from the Balkans countries. *International Entrepreneurship and Management Journal*,. 13 (1), pp. 299-325.

Ravichandran, T., Y. Liu, S. Han & I. Hasan (2009). Diversification and Firm Performance: Exploring the Moderating Effects of Information Technology Spending. *Journal of Management Information Systems*, 25(4), pp. 205-240.

Renkema, T. (1998). The four P's revisited: business value assessment of the infrastructure impact of IT investments. *Journal of Information Technology*, 13, pp. 181-190.

Ross, S., R. Westerfield & J. Jaffe (2002). *Corporate Finance*. 6th Edition, McGraw-Hill, Irwin, EUA.

Shu, W. & P. Strassmann (2005). Does information technology provide banks with profit?. *Information & Management*, 42(5), pp. 781-787.

Stickney, C. (1990). *Financial Statement Analysis: A Strategic Perspective*, Harcourt Brace Jovanovich, São Diego, USA.

Tanriverdi, H. (2005). Information Technology Relatedness, Knowledge Management Capability, and Performance of Multibusiness Firms. *MIS Quarterly*, 29(2), pp. 311-334.

Tavassoli, S. & C. Karlsson (2016). Innovation Strategies and firm performance: Simple or complex Strategies?. *Economics of Innovation and New Technology*, 25(7), pp.631-650.

Thatcher, M. & D. Pingry (2004). Understanding the Business Value of Information Technology Investments: Theoretical Evidence from Alternative Market and Cost Structures. *Journal of Management Information Systems*, 21(2), pp. 61-85.

Thatcher, M. & J. Oliver (2001). The impact of technology investments on a firm's production efficiency, product quality and productivity. *Journal of Management Information Systems*, 18(2), pp. 17-45.

Tödtling, F. & M. Trippel (2005). One size fits all? Towards a differentiated regional innovation policy approach. *Research Policy*, 34, pp. 1203-1219.

Tödtling, F. & M. Trippel (2015). *Regional innovation systems*. in Cooke *et al.* (ed.), 2015. Handbook of Regional Innovation and Growth, pp. 455 - 465. Edward Elgar Publishing Limited, USA.

Wade, M. & J. Hulland (2004). Review: The Resource-Based View and Information Systems Research: Review, Extension, and Suggestions for Future Research. *MIS Quarterly*, 28(1), pp. 107-142.

Zhu, K. (2004). The Complementary of Information Technology Infrastructure and E-Commerce Capability: A Resource-Based Assessment of Their Business Value. *Journal of Management Information Systems*, 21(1), pp.167-202.